

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NÚCLEO HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

**MEMÓRIA E NARRATIVA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
NA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA
(1986 – 1988)**

(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

Francisco José Silva Calixto

FORTALEZA-CE
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NÚCLEO HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

**MEMÓRIA E NARRATIVA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA
(1986 – 1988)**

(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

Francisco José Silva Calixto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, realizada sob a orientação do Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

FORTALEZA-CE
2002

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C159m Calixto, Francisco José Silva.
Memória e narrativa : a história da educação da Administração Popular de Fortaleza (1986 – 1988)
/ Francisco José Silva Calixto. – 2002.
115 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2002.
Área de Concentração: Educação brasileira.
Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.
- 1.Educação e estado – Fortaleza(CE) – 1986-1988. 2.Educação popular – Fortaleza(CE) – 1986-1988. 3.Consciência de classe – Fortaleza(CE) – 1986-1988. I. Título.

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários, para obtenção do título de Mestre em Educação e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade. A citação de qualquer trecho é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas vigentes.

Francisco José Silva Calixto

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC
Orientador

Prof. Dr. Gilsafran Nazareno Mota Jucá – UECE
1º Examinador

Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante – UFC
2º Examinador

Dissertação defendida e aprovada em 21 de maio de 2002.

À minha filha
Bárbara Calixto
Filha da Administração Popular de Fortaleza

À Mama
M^a Helena Calixto
Minha guia e inspiradora

Ao meu irmãozinho
Léo Ramalho
Por sua memória e vida.

AGRADECIMENTOS

Trata-se esta dissertação de uma produção científica e de um escrito mnemônico e coletivo, (com minha inteira responsabilidade sobre os possíveis equívocos). Nesta ocasião gostaríamos de ao fim desta só mais uma outra jornada, agradecer e lembrar inúmeras pessoas . . .

Ao nosso Orientador: José Gerardo Vasconcelos por toda sua generosa partilha.

Aos professores da Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante Maria, Prof. Dr. Gilsafran Nazareno Mota Jucá pelas valorosas críticas e sugestões a revisão desta.

Aos narradores da pesquisa: Maria Luiza Fontenele, Pe. Haroldo Coelho, Dilmar Miranda, Manoel Couto, Rosa da Fonseca, Fátima Mesquita e demais por falas e silêncios, suas narrativas, memórias e esquecimentos.

Aos irmãozinhos dos (des)caminhos: Dudu, Violeta Holanda, Leozinho, Vancarder, Tereza Cristina e Ralfe pelo convívio e projetos comuns e incomuns . . .

Às companheiras, musas, melenas e amigas: Vera Regina, Tuca, Marynha, Giovanna, Soraia, Meire, Ana Cristina, Maria Lúcia, Lalá, Glória, Marta, Inês, Andréia, Cíntia e Tatiana, pela inspiração e companheirismo.

Aos Professores da Pós-Graduação em Educação: Ana Iório, Juraci Cavalcante, Sandra Petit, Eliane Dayse, André Haguete e Neyara Araújo pelos sentidos dos ensinamentos.

Aos colegas do Mestrado: Adriana Limaverde, Cícero, Dorinha de Guilherme, Érica Henrique César, Mazé, Manoel, Mendes, Sandro, Sandra Mara e Telvira pela convivência e estímulos.

Aos amigos da Secretária da Pós-Graduação em Educação: Anne, Geiza, Marcelo e Adalgisa, por todas as gentilezas do cotidiano.

Aos Amigos da Cantina: Gina Meire, Rita e Márcia pelo apoio logístico.

Aos utópicos do Benfica e doutros mundos: Gonçalves e Walter de Lásccio por todos os sonhos e delírios invulgares.

À Financiadora da Pesquisa: Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, pelos subsídios e recursos ao seu tempo e à hora.

Àqueles que a minha memória não logrou selecionar
Por todos os seus silêncios e escutas.

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram.
Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer
balancê, de se mexerem dos lugares.

Guimarães Rosa

A história torna-se história daquilo que os homens chamaram a
verdade e de suas lutas em torno dessas verdades.

Paul Veyne

CALIXTO, Francisco José Silva. **Memória e Narrativa**: a história da educação da Administração Popular de Fortaleza (1986–1988). Dissertação [Mestrado em Educação]. Fortaleza, UFC, 2012. 115p.

RESUMO

A Administração Popular de Fortaleza (1986–1988) constitui-se numa das primeiras experiências da esquerda brasileira na esfera da administração pública, depois dos governos militares no Brasil. O objetivo desta pesquisa foi uma investigação sobre a história da política educacional da **APF**. Em outras palavras buscou compreender e analisar os sentidos daquela experiência administrativa, no âmbito da Educação em Fortaleza. Os focos teóricos utilizados nesta pesquisa em Educação situam-se no campo da História e História da Educação, na perspectiva de pensadores como Paul Ricoeur, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Paul Veyne, Giles Deleuze e Michel Pollak, de quem são utilizados os conceitos/noções como narrativa, trama, jogos de força, disputabilidade da memória e segmentariedade. Os instrumentos metodológicos foram as fontes documentais orais e escritas, resultado de entrevistas com personalidades políticas e de consultas aos jornais do período. A dissertação evidencia para constatação de que a memória da **APF** encontra-se em disputabilidade permanente pelas forças políticas de esquerda em Fortaleza e para a demonstração de que, apesar de inúmeros equívocos político-administrativos, a política educacional inspirou-se na educação democrática e popular, sendo compreendida a educação na noção observada pelo educador brasileiro Paulo Freire, no sentido da elevação da consciência política das classes populares.

Palavras-Chave: Administração Popular de Fortaleza; história; memória; narrativa; política educacional

CALIXTO, Francisco José Silva. **Memory and Narrative**: the story of People's Administration Education of Fortaleza (1986–1988). Dissertation [masters in education]. Fortaleza, UFC, 2012. 115p.

ABSTRACT

The People's Administration of Fortaleza (1986–1988) is one of the first experiences of the Brazilian left in the sphere of public administration, after military governments in Brazil. The goal of this research about the history of the **APF** educational policy. In other words sought to understand and analyze the meanings of that administrative experience in the field of education in Fortaleza. The theoretical research on outbreaks used this Education lie on the field of history and history education in the perspective of authors such as Paul Ricoeur, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Paul Giles Deleuze and Michel Weyne, Pollak, who are used as plot concepts/notions, narrative, games, memory disputed and segmented. The methodological tools were the documentary and oral sources, the result of interviews with political figures and consultations with the newspapers of the period. The dissertation is evidence for finding that the **APF** memory is disputed forces standing left in Fortaleza and to demonstrate that, despite numerous misconceptions, administrative-political educational policy was inspired in the popular and democratic education, being understood in education concept observed by the Brazilian educator Paulo Freire, in the direction of increasing political awareness of the popular classes.

Key-Words: People's Administration of Fortaleza history; memory; narrative; educational policy

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

APF	Administração Popular de Fortaleza
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CBA-CE	Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Ceará
CTC	Companhia de Transporte Coletivo
CDOP	Comitê Democrático Operário e Popular
DN	Diário do Nordeste
FBFF	Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FSSF	Fundação do Serviço Social de Fortaleza
FRIFORT	Frigorífico Industrial de Fortaleza
IJF	Instituto José Frota
IPM	Instituto de previdência do Município
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PART	Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PH	Partido Humanista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PRO	Partido da Revolução Operária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEM	Secretaria de Educação do Município
UCGF	União das Comunidades da Grande Fortaleza
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1. À GUIA DE INTRODUÇÃO: A TRAJETORIA DA PESQUISA	11
<i>1ª Parte</i>	
2. EDUCAÇÃO E POLÍTICA: A GÊNESE HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA	31
2.1. Arqueologia da APF – personagens, tramas e principais eventos sóciohistóricos	31
2.2. O cenário do Movimento Pró-Anistia	35
2.3. O cenário da ocupação e do despejo da Favela da Avenida José Bastos	38
2.4. As disputas políticas no movimento Popular – Diferenças e Jogos de Forças	42
2.5. As eleições de Maria Luiza Fontenele ao Parlamento	46
2.6. A campanha pelas Diretas Já	48
2.7. A eleição de Maria Luiza Fontenelle à Prefeitura de Fortaleza	51
3. A PARTICULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA: “UM CORPO ESTRANHO” NO PODER DO ESTADO	56
3.1. A história da APF: Os três anos que abalaram Fortaleza	57
3.1.1. Ano de 1986 – Expectativas gerais, rupturas e crises sucessivas	57
3.1.2. O ano de 1987 – Divergências políticas com o PT e um relativo êxito administrativo	69
3.1.3. O ano de 1988 – O triste epílogo da calamidade pública	75
<i>2ª Parte</i>	
4. A POLÍTICA EDUCACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA	80
4.1. Por uma História da Educação da Administração Popular de Fortaleza	80
4.2. O Programa de Governo Municipal e a política educacional da APF: os complexos vínculos entre educação e política	88
5. À GUIA DE ARREIMATE	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	110

1. À GUIZA DE INTRODUÇÃO: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A história da **Administração Popular de Fortaleza** (1986–1988), sob a batuta da prefeita Maria Luiza Fontenele, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, em 15 de novembro de 1985, será sempre lembrada pelos fortalezenses pelas polêmicas provocadas ao longo de seus três anos de existência.

Na memória e no imaginário político cearense, particularmente o de Fortaleza, a história da **APF**¹ desde sua gênese histórica, passando por sua trajetória tumultuada até ao seu inusitado epílogo foi certamente – a marca da polêmica –, sua mais significativa caracterização, como demonstram as evidências que apresentaremos ao longo da exposição dessa dissertação.

Agora passados nos dias que correm mais de 25 anos daquela experiência político-administrativa na cidade de Fortaleza-CE, pensamos ser oportuno a revisita àqueles acontecimentos, como uma recomposição do mosaico da história recente de nossa cidade, já com um olhar distanciado pela poeira do tempo.

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre educação e política na história da **APF**. Nosso esforço com essa pesquisa foi o de visitar aquela política educacional, buscando a compreensão, interpretação e análise das peculiaridades e dos significados de sua formulação e implementação no sistema educacional municipal.

Na revisita aos labirintos da história da **APF** e de sua política educacional, o olhar de nossa investigação destacou, sobretudo sua gênese e constituição, o que evidenciou a natureza polêmica do fenômeno sóciohistórico e de seus desdobramentos os quais foram evidenciados nas narrativas coletadas ao longo da pesquisa.

¹ Utilizaremos no texto a partir dessa página a sigla **APF** em negrito.

Trata-se, portanto, o corpo desta dissertação de um escrito mnemônico. Como observa AGOSTINHO (1986), adentraremos aos *vastos palácios da memória*². Seguiremos através das narrativas dos personagens as evidências da história, as trilhas da memória da política educacional e de seus documentos produzidos naquele período. Apresentaremos amiúde os seus enredos, suas tramas e vicissitudes. Enfim, tudo aquilo que conformou a história da **APF** e de sua política voltada para a Educação.

Com efeito, revisitamos com emoção de partícipe da história, os fatos, as reminiscências, os fragmentos de memórias da **APF**, pois como assinalava o poeta Charles Baudelaire *apud* Bachelard³ é mister o “encantamento da vida”.

A recomposição histórica do fenômeno da **APF**, através dos relatos e das narrativas, é destarte o fio condutor deste trabalho dissertativo. Nela, encontra-se o cerne desse escrito mnemônico.

De volta ao começo: reconstruindo o percurso da investigação

A opção por estudar a história da **APF** e a sua política educacional tem uma insofismável justificativa sóciohistórica. O fenômeno em foco foi, sem sombra de dúvida bastante singular, – pelo encanto de uns ou pela ojeriza de tantos outros; e quiçá a indiferença de alguns –, assim como pela paixão desencadeada no imaginário político cearense, com a ascensão de Maria Luiza Fontenele à Prefeitura Municipal de Fortaleza em 1º de janeiro de 1986.

² Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão os tesouros e inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie [...] Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou [...] É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo das ações que fiz o seu tempo, lugar e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-lo. (AGOSTINHO, 1986, p. 260)

³ A verdadeira memória, considerada do ponto de vista filosófico, não consiste, acho eu, senão numa imaginação muito viva, fácil de emocionar-se e, por consequência, suscetível de evocar apoio de cada sensação as cenas do passado, apresentando-as como encantamento da viva. (BAUDELAIRE *apud* BACHELARD, 1988, p.115)

Os desejos relacionados com o interesse em realizar uma pesquisa sobre a **APF** estavam, em primeiro lugar, visceralmente ligados à nossa relação de simpatia e também de crítica ao projeto político que condicionou e foi condicionado pelos *jogos de força*⁴. Em segundo lugar, diziam respeito aos significativos e simbólicos acontecimentos daquela quadra histórica, em meados da década de 1980, na nossa Fortaleza cidade que sempre foram desafiantes para nossa compreensão. Sigamos, pois os passos da história e da memória por meio de nossas narrativas e as de tantos outros narradores.

No verdor de nossos vinte e poucos anos, participamos ativamente, entre os meses de maio a novembro, da campanha política que elegeu a então Deputada Estadual, Maria Luiza Fontenele à Prefeitura Municipal de Fortaleza. Após a eleição, continuamos os contatos, agora no âmbito da Administração, com alguns personagens do governo municipal recém-empossado. Juntamente, com a assistente social, Vera Regina de Souza Brasil, que se tornou minha companheira por longos anos de casamento; e ainda, com o jornalista e cooperativista Francisco Alves Queiroz, Administrador Regional do Mucuripe⁵, colocamos em funcionamento a Administração Regional daquela área que existia somente no papel, ou seja, havia apenas na Lei Municipal que regia suas incumbências e procurava determinar sua funcionalidade para com as comunidades da área do Grande Mucuripe e adjacências.

Evidentemente, que o problema da ciência e o desejo de uma investigação “científica” ainda não estavam postos. De fato, ao calor das disputas políticas, mui raramente, consegue-se harmonizar o campo político com o campo científico. É-nos sempre necessário o distanciamento para a compreensão dos fenômenos sóciohistóricos.

De forma que as inclinações iniciais que nos conduziram ao direcionamento para uma pesquisa científica sobre a **APF** surgiram a partir de algumas reflexões e desejos ulteriores, que encontraram seus desdobramentos quando estivemos na universidade: na graduação em Ciências Econômicas e Ciências Sociais. Na graduação em Economia, pretendíamos tentar

⁴ A noção de “jogos de força” é um conceito nietzscheano que localiza a história efetiva. FOUCAULT (1986) na **Microfísica do Poder** assim observa: “A história efetiva faz ressurgir o acontecimento no que ele tem de mais de único e agudo. É preciso entender um acontecimento não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de força que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que aí se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta [...] É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas [...] a história, em suas intensidade, seus desfalecimentos, seus furores secretos (FOUCAULT, 1986, p.28).

⁵ O organograma administrativo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a época, descentralizava as ações governamentais da PMF em seis Administrações Regionais.

compreender os graves entraves nas finanças **APF**. Na graduação em Ciências Sociais, estivemos instigados, por longo tempo, para os aspectos sociológicos, no campo da política daquele emaranhado ideológico que foi a gestão da **APF**.

Todavia, ambos os projetos de pesquisa foram postergados em face de interesses e desejos de outra ordem. Mas a chama do conhecimento e do interesse continuou latente, guardada nos vastos palácios da memória, na expressão de AGOSTINHO (1986). A emersão desses anseios deu-se quando da elaboração do projeto de pesquisa para a seleção no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

A opção pelo olhar direcionado à política educacional residiu em virtude da complexidade e riqueza do fenômeno no interior da **APF**. Em nossa avaliação um dos “lugares ímpares de memória”, privilegiado em face das vicissitudes políticas ocorridas na área da Educação durante toda a gestão da **APF**.

A área da Educação foi uma das prioridades do governo da **APF** estabelecidas nos seminários *A Fortaleza da Gente I e II*. O primeiro encontro propositivo foi realizado durante a campanha e o segundo no primeiro ano de gestão. Todavia os recursos financeiros destinados aos governos municipais ainda estavam centralizados na União e no Estado, o que representou uma série de crises administrativas. Somente com a constituição de 1999 é que houve a descentralização dos recursos. Todo esse conjunto de fatores condicionou todas as ações administrativas da **APF**, em especial, as relativas à Educação.

Naquele período histórico no Brasil as reivindicações populares cresceram junto com a ascensão dos movimentos sociais na década de 1980. Na capital do Ceará, as expectativas eram também muito grandes, tanto da população de Fortaleza, quanto dos trabalhadores em educação, que contribuíram significativamente na campanha política de Maria Luiza Fontenele rumo à prefeitura municipal, bem como na elaboração das principais diretrizes programáticas educacionais para o novo governo municipal, sob a égide do Partido dos Trabalhadores.

Os trabalhadores em educação tiveram uma ativa participação na campanha da candidata Maria Luiza Fontenele. Rememorando essa expressiva participação da categoria, a prefeita recém-eleita nessa narrativa destaca esta estreita ligação, em entrevista ao jornal **Fazendo o**

Amanhã: *Fizemos uns dez programas de televisão acompanhando as lutas dos professores. No horário gratuito mostrávamos as passeatas dos professores indo ao Palácio do Governo.*⁶

Naquela quadra histórica as relações entre educação e política em Fortaleza estavam consignadas numa problemática complexa. Uma complexidade relacionada com os vícios arraigados do clientelismo das gestões anteriores, tão comuns a história da política brasileira à época.

Por sua vez, a ocorrência de constantes greves e de episódios como a altíssima rotatividade dos secretários de educação da nova administração, certamente significou bastante influência nos aspectos do cotidiano das escolas de maneira ímpar. De maneira que, enfim a caracterização de descontinuidade inerente às políticas sociais foi marcante, em especial na política educacional da **APF**.

Por todo esse conjunto de fatores sóciohistóricos foram enormes as expectativas sociais em relação ao setor educacional e ao desenvolvimento das demais políticas. A trajetória de sobressaltos da **APF** na área da Educação faz valer a observação de FREITAG (1989) sobre as políticas sociais, juntamente ao analisar a política educacional brasileira na década de 1980. Segundo a autora, *o desenvolvimento não linear, com avanços e retrocessos e contradições é comumente a trajetória percorrida por uma política social* (FREITAG, 1989, p.31).

Com vistas a uma aproximação com a trajetória o objeto-sujeito de estudo uma de nossas preocupações iniciais foi uma pesquisa bibliográfica acerca do fenômeno relativo à Administração Popular de Fortaleza. Buscamos, com efeito, outros olhares com objetivo de propiciar um diálogo com os pesquisadores que nos precederam nas pesquisas anteriores sobre a **APF**.

⁶Cfê. Jornal **Fazendo o Amanhã**. Dezembro de 1985. (p.10-11). O jornal era uma publicação do Partido Revolucionário Comunista (PRC), uma das muitas correntes internas do PT, naquele período.

Olhares diversificados: as reflexões da Academia sobre a APF e outros escritos

Na pesquisa bibliográfica realizada no decorrer de nossa investigação de campo encontramos uma reflexão teórica mais geral bastante significativa acerca do termo administração popular no campo da ciência política. Trata-se do ensaio *Política municipal e luta revolucionária* de Marcos Rolim⁷, publicado na Revista Teoria e Debate em maio de 1988, ou seja, durante o transcorrer da APF.

As reflexões desse assessor político da prefeita Maria Luiza Fontenele, conforme as evidências é certamente a primeira intervenção teórica, por nós localizada acerca do fenômeno político das administrações populares no Brasil, a partir da experiência registrada em Fortaleza, entre 1986 e 1988. ROLIM (1988) utilizando-se de conceitos analíticos gramscianos como *bloco histórico*, *hegemonia*, *contra-hegemonia* e *guerra de posição*, realizou um notável esforço teórico digno de ser considerado, para pensar politicamente o papel do PT na construção de uma experiência histórica de administração popular, com a ressalva de pertencer, o autor, ao grupo de “intelectuais orgânicos” do partido revolucionário que deu orientação política à prefeita na época.

Na parte introdutória do seu ensaio ROLIM (1988) situava a visão gramsciana acerca da disputa das eleições para o executivo municipal, no contexto da possibilidade concreta de outras vitórias eleitorais petistas em 1988. Nessa passagem, o autor observa a perspectiva da disputa eleitoral, bem como a de construção de uma experiência de administração popular.

(...) poderemos situar a disputa em torno das prefeituras, bem como a construção de uma experiência de Administração Popular como elementos ilustrativos da chamada “guerra de posição”. Ou seja: como elemento de uma estratégia revolucionária adaptada às condições de um país capitalista desenvolvido e complexo, no interior do qual se desenvolve um trabalho de “cerco político” visando a construção, a longo prazo, de uma *contra-hegemonia* capaz de soldar um *bloco histórico* em condições de realizar a revolução e sustentar o processo de construção do socialismo (ROLIM, 1988, p.78). [Itálicos e aspas no original]

⁷ O intelectual orgânico e militante gaúcho, Marcos Rolim, foi um dos quadros nacionais do PRC na época e esteve entre os assessores políticos da prefeita Maria Luiza Fontenele. Permaneceu em Fortaleza durante os dois primeiros anos da APF. Depois foi deputado estadual e federal pelo PT do Rio Grande do Sul.

Em seguida, o autor avançando nas reflexões debruçava-se sobre os significados de uma Administração Popular nos marcos do capitalismo, considerando as contradições entre ser de oposição, e depois participar do governo, na gerência de crises típicas do capitalismo.

Todavia, a compreensão do significado de uma Administração Popular deve avançar muito além destas constatações para captar a contradição fundamental presente nesta experiência política. Esta contradição pode ser situada precisamente no seguinte ponto: **uma proposta política orientada por um compromisso revolucionário e anti-capitalista, não deve se propor à ingrata tarefa de gerir a crise do capitalismo.** Uma Administração Popular encontrar-se-á sempre constringida pelas limitações políticas impostas por esta contradição (ROLIM, 1988, p.79). [Negrito no original]

Assinalava ainda ROLIM (1988), a par de sua experiência na **APF**, o que seriam as exigências do conjunto da sociedade, do município e a inevitabilidade da ocorrência de relações desarmônicas entre os diversos segmentos sociais do município.

A disputa dos executivos traz uma exigência implícita: a necessidade de falar “para todos” de elaborar um discurso, um texto, uma fala que se aposse do todo, que desenvolva propostas para a sociedade (...) uma Administração Popular não será apenas a representante da “classe operária” ou “dos trabalhadores”. Ela terá, obrigatoriamente, de responder às aspirações das “camadas médias”, de largos setores não-proletários que podem e devem ser contemplados; terá de oferecer alternativas à juventude, selar compromissos com vários segmentos discriminados socialmente e, também procurar construir algum tipo de relação de convivência, com as frações burguesas locais, senão com todas, pelo menos algumas. Certamente, não se estabelecerá jamais uma relação harmônica. Esta convivência será sempre instável e marcada pelo conflito mais ou menos violento. De todo modo, isto já será preferível a uma “guerra declarada” e inglória iniciada gratuitamente pela administração (ROLIM, 1988, p.79). [Grifos no original]

Para além das reflexões críticas, ROLIM (1988) apontava, conforme fragmento transcrito abaixo, o conjunto de orientações básicas que uma Administração Popular deveria ter para minimamente propiciar uma consciência política aos trabalhadores e ao mesmo tempo proceder adequadamente no atendimento às demandas sociais reprimidas:

1.º) A Administração Popular deve contribuir para o avanço da organização independente dos trabalhadores e para o desenvolvimento de sua consciência política; 2.º) A Administração Popular deve criar mecanismos políticos capazes de propiciar o envolvimento dos trabalhadores nas discussões dos “negócios de Estado”; 3.º) A Administração deve garantir algumas conquistas possíveis aos trabalhadores (políticas, econômicas e sociais, culturais, etc.) [...] e direcionar as reivindicações impossíveis de atendimento a nível municipal para pressão sobre os governos estadual e federal (ROLIM, 1988, p.77).

Como podemos perceber a contribuição do autor pretendia ser bastante relevante para as demais administrações populares do PT que se seguiriam à experiência administrativa de Fortaleza, o que aconteceu em várias cidades brasileiras com as eleições municipais em 1988. Como por exemplo, a cidade de São Paulo, com a vitória de Luiza Erundina. Sem dúvida, seu artigo apontou para os limites e potencialidades de uma Administração Popular naquela conjuntura brasileira e nos marcos do capitalismo brasileiro, em meados da década de 1980, pois situou a conquista do poder municipal naquela época não como a conquista de um poder do Estado; mas sim apenas a conquista de um dos aparatos do poder do Estado, com todas as suas contradições.

Ainda na pesquisa bibliográfica sobre das outras experiências de administração popular petista, no âmbito nacional, registramos os trabalhos patrocinados pelo Ministério da Educação sobre a política educacional da Administração Popular de Porto Alegre (RS) e de Vitória (ES), com os títulos: *Uma proposta de educação para as classes populares: a experiência de Porto Alegre 1989/1992* e *Uma proposta de educação para as classes populares: a experiência de Vitória-ES, 1989/1992*.

As pesquisas e pesquisadores que se debruçaram sobre as experiências da **APF** que localizamos foram aqui considerados. Em nosso levantamento da literatura acerca da **APF** registramos diversos trabalhos acadêmicos de toda natureza, com um leque variado de perspectivas, nas áreas da Sociologia, Ciência Política, História e Educação.

Todavia, BARREIRA (1992b) observa que um certo mal-estar incomodou os pesquisadores da academia e a produção de pesquisa sobre o tema, em face à natureza polêmica da **APF**, como podemos perceber nessa proposição:

O relativo silêncio experimentado nos meios acadêmicos é também prova de um certo incômodo, configurado entre reforçar as “críticas da direita” ou tornar-se cúmplice de práticas políticas consideradas “incorretas” (BARREIRA, 1992b, p.08) [Aspas no original].

Nesse levantamento a primeira produção científica sobre a **APF** data de 1989. Trata-se da monografia do sociólogo Osmar Pontes Júnior com o título: *Estado, poder estatal e participação popular: a experiência da “administração popular de Fortaleza”* (aspas do Autor). Nesse trabalho pioneiro foi feita uma análise sobre a participação popular na referida Administração, no âmbito da universidade.

Na área da pesquisa educacional, em 1990, registra-se a dissertação de mestrado de Ana Maria Dorta de Menezes, sob o título: *A difícil tarefa de construir o futuro: sobre as vicissitudes de uma política de educação municipal numa Administração Popular em Fortaleza*. Com essa pesquisa encontramos o registro de memória da experiência de articulação efetiva entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e a Secretaria Municipal de Educação, durante a **APF**.

Na área da Ciência Política, dando sequência à análise do seu anterior objeto de estudo, o sociólogo Osmar Pontes Júnior, produziu em meados dos anos 90 a dissertação de mestrado intitulada: *Dualidade de poderes: um mal-estar na cultura política da esquerda*. Nessa pesquisa o autor analisou interpretou a inserção dos agrupamentos políticos de esquerda nos movimentos sociais e na luta política em Fortaleza, nos últimos 20 anos. A **APF** mereceu um capítulo especial nessa discussão que o autor nomeou de “um mal-estar na cultura política da esquerda”, referindo-se à dualidade de poderes no âmbito da Administração.

Encontramos ainda outra menção à experiência administrativas da **APF** na coletânea de artigos organizada pelas professoras-pesquisadoras da Pós-Graduação em Sociologia da UFC, Dra. Elza Braga e Dra. Irllys Barreira. Os artigos tiveram como tema as lutas urbanas, participação das organizações populares e os programas governamentais implementados pelo Estado e Município nos anos 80, em Fortaleza. Nesse livro organizado em 1991 encontramos um artigo sobre a **APF** com riquíssimas contribuições e análises. Trata-se do artigo das sociólogas, Adelita Fernandes e Irllys Barreira, sob o título: *A gestão “popular” na experiência de poder municipal* (aspas das autoras).

O trabalho apresentou uma análise acerca da relação entre o Governo Municipal e as comunidades urbanas, com relação à implementação dos programas sociais. Sobre a participação popular na Administração, as autoras fazem uma apreciação crítica, que expressa as dificuldades da relação travada entre a **APF** e os movimentos sociais que estiveram simultaneamente como seus “adversários” e “aliados”. Nessa observação abaixo, as pesquisadoras resumem as análises dessas relações conflituosas com parte dos movimentos sociais:

(...) os acenos de transformações nos planos d participação popular avindos da Prefeitura de 1986, de Maria Luiza Fontenele, não são pensados especialmente em termos de execução de programas, mas em dimensões mais amplas que colocariam os movimentos sociais em espaço de **contrapoder** (BARREIRA & FERNANDES, 1991, p.111). [Grifo nosso]

Na análise dos programas sociais executados pela **APF** discutidos à luz do Relatório de Atividades da PMF de 1988, as autoras destacam os seguintes programas: ocupação do solo urbano, habitação popular, geração de renda e assessoria comunitária. Acerca do programa de assessoria comunitária, as sociólogas apresentaram observações e análises relacionadas às ações efetuadas com a política educacional levada a efeito pela **APF**, cujas evidências apontavam para ações voltadas para elevação da consciência crítica.

Assessoria Comunitária, por sua vez é um programa que incorpora ações de atendimento populacional a nível educacional (escolas comunitárias e educação de adultos, conscientização política [...] acompanhamento à formação de Conselhos Populares, campanhas de esclarecimentos de apoio às ações da Prefeitura (BARREIRA & FERNANDES, 1991, p.120).

BARREIRA (1992b) em *Sob o signo da contramão – a esquerda e o feminino na experiência de administração* municipal, apresentou um belo ensaio que tem como foco central a discussão sobre a questão de gênero e as implicações desse aspecto na sociologia e na história da **APF**.

Nesse trabalho acadêmico, as reflexões da socióloga ao voltadas para a discussão sobre as significações culturais e políticas da gestão municipal, compreendendo a **APF** como um processo de luta política e luta simbólica. O aspecto simbólico encontra-se resumido no conceito da *utopia praticada* (BARREIRA, *apud* VOISIN, 1992b, p.44), cuja centralidade teórica e confirmação empírica parece-nos ter sido evidenciada ao longo da trajetória da **APF**.

Acerca da presença simbólica do feminino na política e à frente da administração municipal, as análises apresentavam uma dupla apreciação: uma no sentido da valorização da participação da mulher na política; e outra da depreciação desse envolvimento ligando-a a incompetência administrativa. Essa ambígua no imaginário de parte da população revela o estigma e o preconceito, é o que BARREIRA (1992.b) destaca no seguinte fragmento:

É interessante observar que no interior dos debates veiculados na imprensa, nos programas de rádio, esse imaginário sobre o feminismo vai estar presente, tanto no sentido de uma valorização de características emancipatórias, como numa visão que associa essa condição a noções de ingovernabilidade. É possível verificar na própria gestão municipal um primeiro de apologia do feminino, seguido de outro, onde a emergência dos graves conflitos e problemas urbanos faz estereótipos já sedimentados na própria cultura (BARREIRA, 1992b, p.37).

Continuando nosso levantamento bibliográfico encontramos na área da História Social, a monografia do historiador Farias Filho (1996) que realizou uma importante análise acerca da política cultural da **APF**. Nesse trabalho o pesquisador com um olhar historiográfico, debruçou-se no campo da Arte e Cultura na administração, focando as principais ações culturais realizadas na gestão de Maria Luiza Fontenele.

Nos fins da década, em 1999, registramos outra produção acadêmica significativa sobre a **APF**. Trata-se da Tese de Doutorado da socióloga Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho com o título: *A transição democrática brasileira e o padrão midiático da política: campanhas majoritárias de 1985 a 1986 no Ceará*. Na tese, depois publicada em livro, a autora realiza um estudo sobre a comunicação política no Brasil, tomando como parâmetro para análise as campanhas políticas na mídia, respectivamente, de Maria Luiza Fontenele e de Tasso Jereissati, eleitos em 1985 e 1986.

De acordo com a pesquisadora, a primeira em 1985 teria sido realizada de modo um “tanto amadorístico”; já a outra “bem mais profissional” (p.254). Apesar dessa avaliação sobre o amadorismo, Carvalho (1999) observa que a campanha política midiática de Maria Luiza Fontenele revelou “um pioneirismo da esquerda na produção de uma campanha publicitária ajustada aos protocolos da linguagem televisiva” (CARVALHO, 1999, p.254)

Outro aspecto significativo apontado pela autora, em sua Tese, diz respeito ao processo singular da feitura dos programas para a televisão, onde se registrou inúmeros conflitos e disputas entre as forças políticas do Partido dos Trabalhadores e os profissionais do *markentig* político. No cerne da questão, a experiência da militância política e o saber técnico-científico dos profissionais da publicidade que podem ser evidenciados nessa análise da pesquisadora:

O que a campanha apresentou de peculiar foi a discussão de experiências de militância política de esquerda como as adquiridas no mercado publicitário operadas através dos “meninos da comunicação”, que comandaram a campanha, rompendo sutilmente com hierarquias doutrinárias ou ideológicas das tendências política então existente no partido (CARVALHO, 1999, p.254). [Aspas no original]

Com efeito, das diversas contribuições de inúmeros pesquisadores das áreas da Sociologia, Educação, História e da Ciência Política, em resumo o que podemos sublinhar de mais significativo nesses olhares acadêmicos é que apesar da natureza diversificada dos estudos, por nós localizados, é que há uma caracterização ao fenômeno sócio-histórico. Em cada uma

das áreas de conhecimento que teve a **APF** como objeto-sujeito de estudos encontra-se evidenciado uma tendência à polêmica, à ruptura e à segmentaridade.

As veredas teórico-metodológicas percorridas

As questões que envolvem a teoria e o método sempre ocuparam um lugar assaz importante e decisivo em qualquer investigação científica. Notadamente, quando estamos a tratar de uma pesquisa sóciohistórica – no caso, uma pesquisa no campo da história da educação –, que enfrentou o desafio de investigar a política educacional da **APF**. Por isso, apresentamos algumas considerações bem sintéticas sobre essas questões, pois o que mais nos importa assinalar, nesta exposição, é deixar fluir as evidências orais ou escritas que tornem possível a compreensão do supracitado fenômeno.

De início deixamos claro que por política educacional, conceituamos assim como GERMANO (1994), o conjunto de reflexões e ações realizadas ou apenas formuladas no âmbito do sistema de educação, neste caso em estudo, na singularidade sócio-histórica da **APF**. Desse modo, assim como CUNHA, GERMANO (1994) conceituam a política educacional do Estado como:

(...) o conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pela sociedade política que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar ou não) visando à reprodução da força de trabalho e dos intelectuais (em sentido mais amplo), à regulação dos requisitos educacionais e a inculcação da ideologia dominante” (GERMANO *apud* CUNHA, 1994, p.32). [Entre parênteses no original]

No que concerne ao método histórico⁸, seguido com algum rigor, diz respeito à noção de história-genealogia de Michel Foucault. Trata-se da tentativa de composição do teatro histórico do período buscando a história efetiva. Nesse processo investigativo configurando-se a história efetiva, nos *jogos de força*, nas tramas e na *tessitura das intrigas*⁹, é que recompomos particularidade histórica da **APF**.

⁸ O método histórico de Foucault é oriundo da metodologia de pesquisa histórica de Friedrich Nietzsche (1844–1900) apresentada em *A genealogia da moral*, na segunda dissertação § 12. Nesse parágrafo, o filósofo alemão aponta que o estatuto da história implica numa ontologia da *vontade de poder*.

⁹ Para Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (Tomo I), a intriga tem uma função mediadora na narrativa por três motivos. “Primeiro, faz a mediação entre os acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considera como um todo [...]. Além disso, a tessitura da intriga compõe juntos fatores tão heterogêneos quanto agentes, fins, meios interações, circunstâncias, resultados inesperados [...]. A intriga é mediadora por uma terceira razão [...] a intriga é *uma síntese do heterogêneo* (RICOEUR, 1994, p.103-104).

Neste itinerário atentamos especialmente, no fluir das narrativas, sobretudo para a tendência à ruptura e à *segmentaridade* que pôde também ser evidenciada na noção de *disputabilidade da memória*¹⁰, no campo da política, tão bem formulada por POLLAK (1989) e (1992).

A noção de *segmentaridade*¹¹ também nos foi importante para análise por associar à tendência dos agrupamentos políticos da esquerda brasileira para as rupturas e rachas, conforme poderemos observar nos relatos e relativas dos personagens envolvidos nessa trama histórica que se gestou com a **APF**.

Para uma melhor compreensão do fenômeno sócio-histórico da **APF**, bem como a particularidade de sua política educacional, através do método genealógico, recuamos no tempo para captar os sentidos das narrativas dos principais personagens que remontam a genealogia do agrupamento político, que evidenciamos na parte constitutiva da história da **APF** e de sua política educacional.

Uma história humana demasiada humana que não se desenrolou nos gabinetes com os discursos e projetos; mas nos colégios e nas ruas, no cotidiano, com lágrimas e os risos, com as decepções, as esperanças e utopias, além dos fracassos e as vitórias, pois, como assinala THOMPSON *apud* VIERA (1991) no ofício de escrever e narrar a História “interessa recuperar caminhadas, programas fracassados derrotas e utopias, pois nada garante que o que ganhou foi sempre o melhor.” (VIEIRA, 1991, p.18)

Nesse percurso da pesquisa compreendemos que o acontecer sócio-histórico é constituído por sujeitos sociais em luta nos *jogos de força* e que o fenômeno/objeto de estudo esteve sempre nesse movimento de fissuras peculiares dos mencionados *jogos de força*. Ao destacamos este aspecto sublinhamos a história da **APF** como um movimento contraditório que não se adaptou a ideia de que um acontecer histórico obedece a uma lógica rígida, como poderemos evidenciar nessa revisita aos polêmicos acontecimentos daquele período (1986–1988).

¹⁰ POLLAK (1992) observa que “(...) se é possível o confronto entre a memória individual e a memória coletiva dos outros, isso mostra que a *memória* e a *identidade* são valores e disputas em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1992, p. 204-205) [Itálicos no original]

¹¹ De acordo com DELEUZE (1999) a tendência para a ruptura é algo da condição humana. Para o autor: “(...) somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O Homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem [...] o vivido é segmentado espacial e socialmente [...] cada segmento representa um episódio ou um ‘processo’: Mal acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes e demandados [...] Ora os diferentes remetem a diferentes indivíduos ou grupos, ora é o mesmo indivíduo ou mesmo grupo que passa de um segmento a outro”. (DELEUZE, 1999, p.84).

A reconstituição histórica da genealogia da **APF**, com o apoio nas narrativas de alguns personagens e, sobretudo nos mais marcantes eventos sóciohistóricos de Fortaleza-CE requer também uma reflexão acerca do instrumental da narrativa e de sua utilização na pesquisa em História e História da Educação.

De acordo com BENJAMIM (1988) a narrativa foi vitimada pela Modernidade que valorizou o discurso não-narrativo como uma medida racional em contraposição ao “valor do prazer” que as histórias possuem de melhor. Benjamim observou ainda o valor instrumental do uso da narrativa para a pesquisa histórica assinalando que “(...) a narrativa, como um meio de conhecimento e como um meio de organizar e comunicar experiências tem perdido a importância que deveria ter.” (BENJAMIM, 1988, p.83)

Nas Ciências Sociais, segundo RICOUER (1994), as ciências históricas e a historiografia apresentam dois modelos epistemológicos: o modelo nomológico e o modelo narrativo.¹² Dessa reflexão teórica o que pode nos interessar para a compreensão da história da **APF** e da sua política educacional são as teses narrativistas do historiador Paul Veyne. O franco historiador em: *Como se escreve a história*, faz uma apologia da noção de intriga. Na sua concepção a intriga tem como objetivo fundamental elevar a capacidade narrativa dos historiadores. A noção de intriga do autor foi significativa para o desenvolvimento dessa pesquisa na linha narrativista.

Para VEYNE (1998) um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado. São as evidências filtradas nas entrelinhas da trama. Com efeito, vinculando a compreensão histórica à atividade narrativa da trama, segundo o historiador é que, se consegue conduzir mais longe a descrição do fenômeno histórico.

A noção da trama que é evidenciada ao longo dessa dissertação também segue aqui uma orientação narrativista do supramencionado pensador. Acerca da relevância da trama na explicação histórica afirma o autor que o historiador procura compreender as tramas e que sua clareza emana de uma narração suficientemente documentada. Segundo VEYNE (1998) “uma teoria é somente um resumo da trama”. (p.42). Nesse fragmento o conceituado historiador francês resume suas considerações acerca da função da trama para a história:

¹² Vide, Paul Ricouer, Op. Cit., Parte II, p.133-242.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura humana e pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos (...). A trama não se organiza, necessariamente em uma sequência cronológica (...). A trama pode se apresentar como um corte transversal dos ritmos temporais, como uma análise espectral: ela sempre será trama porque ser humana, porque não será um fragmento de determinismo (VEYNE, 1998. p.42).
[Aspas no original]

À luz das reflexões desses autores, podemos pensar ainda que a pesquisa narrativista é claramente interdisciplinar porque nela estão nitidamente contidos os saberes e elementos de estudos literários, históricos, antropológicos, sociológicos, psicológicos e culturais, além do tronco matriz que é a Filosofia. Noutras palavras, a narrativa é sem dúvida um importante processo metodológico que possibilita a revisita aos acontecimentos do passado.

Sob essa orientação teórico-metodológica inúmeros, são inúmeros os pesquisadores, nas áreas mais diversas das Ciências Humanas que se voltaram para a investigação narrativista, que tem a sua ligação com a literatura, em detrimento dos procedimentos experimentais e da análise estatística de dados. Desse modo a pesquisa com narrativa ganhou aceitação como um significativo instrumento metodológico, em especial, para o desenvolvimento da pesquisa sóciohistórica, em especial, no campo da Educação.

Segundo CHAVES (2000), o recurso metodológico da narrativa encontrou aplicação prática na área da Educação, particularmente, em duas áreas. “A primeira está relacionada ao conteúdo do ensino e a segunda à aplicação na pesquisa educacional”. (CHAVES, 2000, p. 89). Acrescenta ainda a autora que: “As narrativas formam uma estrutura dentro da qual nossos discursos sobre o pensamento envolvem e possibilitam o esqueleto funcional para explicação desta ou daquela prática educacional”. (*Ibidem*, 2000, p.90).

Nessa reconstituição, da história da **APF** e de sua política educacional, mesmo apresentando a política numa dimensão macro, sem embargo é a micropolítica que se sobressai nas tramas, nas intrigas, nas disputas pela memória e nos *jogos de força*.

No entanto para nós seria impossível discutimos aqui de forma exaustiva e profunda todos os caminhos e descaminhos dessa política educacional dos três anos da **APF**; por isso vamos restringir a focalizar alguns blocos temáticos mais cruciais ao reconstituirmos uma história da educação do período já mencionado. Acerca dessas escolhas com relação ao mapeamento do fenômeno histórico a ser compreendido atentamos, sobretudo para as ponderações de VEYNE (1998) que observa com segurança advinda de sua experiência no *métier* de historiador:

É impossível descrever uma totalidade, e toda descrição é seletiva: o historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, ele pode no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam (...). O objeto de estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos (VEYNE, 1998, p.44).

Para mergulharmos nesse acontecer histórico seletivo, traçamos uma revisita às narrativas e à memória do período (1975–1985), a periodicidade em que situamos no campo político a gênese da **APF**. Pela nossa óptica, esse feixe de tempo, correspondeu à emergência do campo político na História Recente do Brasil, com a reorganização e emergência dos movimentos sociais brasileiros que viviam sob um Estado Autoritário, que culminou com a eferescência da luta política reivindicatória para a redemocratização do país. Esta periodização consubstanciou-se na genealogia do nosso sujeito/objeto de estudo. Nesse intervalo e feixe de tempo ocorreram os eventos históricos e os *jogos de força* mais significativos que proporcionaram a gênese e constituíram esse feixe de história que narraremos a seguir. Estendemos essa periodização de 1986, até o ano de 1988, ano que acabou a gestão da **APF**.

Nessa série de tempo, podemos perceber nas narrativas a tessitura da intriga, as rupturas incessantes e as intensidades das paixões da Política, quase sempre tendendo à polêmica, a marca mais significativa da supramencionada conjuntura temporal. Dessa forma, com o recurso instrumental das narrativas selecionamos alguns aspectos mais significativos do período. Neles, poderemos visualizar através desta síntese histórica a dramaticidade dos *jogos de forças* que constituíram a genealogia da **APF**.

Por genealogia, partilhamos da noção de NIETZSCHE (1983) que compreende a história como sendo possível de ser recomposta no teatro dos acontecimentos revisitados. Para tanto, basta-nos o relato dos personagens em sua dimensão humana, uma recomposição dos cenários e do cotidiano da luta, buscando as evidências dos *jogos de força*. Nesse veio teórico metodológico foi que garimpamos um modo de tratar nosso sujeito/objeto de estudo, buscando ‘escavar’ as particularidades do fenômeno sóciohistórico e educacional.

Quanto aos instrumentos metodológicos, privilegiamos as fontes documentais orais fruto de depoimentos e narrativas de vários personagens históricos envolvidos com a história da **APF**. Uma parte significativa a que corresponde com a gênese da **APF** encontrava-se no acervo¹³

¹³ Trata-se do acervo de entrevistas constituído pelo Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos para a elaboração de sua Tese de Doutorado com o título: **A memória em Construção**: sonho, silêncio e esquecimento dos militantes de esquerda no Brasil autoritário, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, em 1997.

do Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, que nos foi compartilhado pelo nosso Orientador e que agradecemos pela generosa partilha.

As narrativas com a ex-prefeita e com os ex-secretários de educação e militantes políticos foram obtidas em entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo e localizadas em entrevistas coletivas dadas aos jornais do período.

Outro procedimento metodológico realizado na pesquisa diz respeito ao uso de matérias de jornais de Fortaleza no período em foco, cujas consultas proporcionaram um grande manancial para análises. A consulta às matérias jornalísticas limitou-se aos dois principais periódicos do Estado do Ceará na época: O Povo e o Diário do Nordeste. O conjunto desse material repousa nas hemerotecas da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e no NUDOC do curso de História da UFC.

A escolha dos dois periódicos para efeito de análise deu-se por duas razões básicas. Em primeiro lugar, em virtude da ampla circulação de ambos os jornais em Fortaleza. Em segundo lugar em face aos posicionamentos ideológicos daqueles periódicos. O jornal O POVO possuía uma feição, a época uma posição editorial menos conservadora do que o Diário do Nordeste¹⁴. Julgamos que essa natureza ideológica dos diários proporcionou um aspecto mais amplo para a realização da pesquisa.

Além disso, na utilização dessa ferramenta de pesquisa – as matérias jornalísticas – levou-se em conta algumas ponderações feitas às fontes escritas em jornal no que respeita ao surgimento da evidência histórica na pesquisa sóciohistórica. Uma vertente analítica digna de nota foi a que encontramos nas formulações de THOMPSON (1988), que faz uma observação significativa a esse instrumental nestes termos:

Os jornais proporcionam um exemplo característico. Poucos historiadores negaram o viés existente nas reportagens contemporâneas, ou aceitaram literalmente o que a imprensa oferece; porém, ao utilizar jornais para reconstruir o passado, mostram-se em geral muito menos cautelosos. Isto se dá porque raramente têm condições de destrinçar as possíveis fontes de distorção em jornais antigos. Podemos saber quem era o proprietário e, talvez, identificar seus vieses políticos e sociais; nunca, porém, se poderá mais do que conjecturar sobre se o colaborador anônimo que redigiu determinada matéria partilhava daqueles vieses. Assim a imprecisão de sua fonte, geralmente o relato de uma testemunha ocular, ou a entrevista feita pelo jornalista, não é a única que padece a evidência que os historiadores citam a partir de jornais (THOMPSON, 1999, p. 140).

¹⁴ O Grupo Edson Queiroz, proprietário do Diário do Nordeste e de grandes empresas no Ceará, teve a prefeita Maria Luiza Fontenele como adversária política, deste o início da década de 1980, quando da greve de professores da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) também pertencente ao grupo empresarial.

Noutra ponderação, incorporamos as reflexões efetuadas pela socióloga e pesquisadora da área da História da Educação no Ceará, Prof.^a Dra. Juraci Cavalcante, apresentada no ensaio: *O jornal como fonte privilegiada da pesquisa no campo educacional*, cujo resumo das proposições sobre o valor das pesquisas em jornais, bem como as ressalvas na utilização dessa ferramenta, as quais reproduzimos nesse fragmento abaixo:

Os que duvidam do valor dos jornais de época como fonte historiográfica alegam a interveniência das ideologias no ato de noticiar. De fato as ideologias perpassam todas as páginas de qualquer jornal. Não há como ignorá-las ou fugir delas. Contudo as ideologias não interferem apenas na veiculação das notícias jornalísticas, já que integram todo o processo de produção e divulgação de ideias, em todos os tempos e lugares. (...) Além disso, tais veículos de informações acabam por espelhar múltiplas ideologias em confronto porque estão sempre a trazer conflitos existentes daquele meio social específico onde eles são produzidos (CAVALCANTE, 1999, p. 140).

À luz dessas reflexões e preocupados ainda com os mesmos aspectos restritivos da fonte escrita supracitada foi que apoiamo-nos também como fonte historiográfica, os documentos oficiais e ‘marginais’ como os jornais alternativos (Fazendo o Amanhã e O Mutirão), além de panfletos, notas, monções, resoluções de partidos clandestinos e revolucionários, com todas suas possíveis restrições ideológicas.

Na medida em que íamos lendo a bibliografia que tematizava a teoria e os conceitos básicos acerca do problema da memória e, em relação à política educacional fomos revisitando nossas memórias e as memórias dos outros pesquisadores. Essa perspectiva de trajetória de pesquisa vislumbrou a possibilidade de *pensar relacionalmente*, seguindo a acepção de BOURDIEU (1989), pois de fato é preciso um olhar relacional ao objeto de estudo, aqui enfocado, com base em cuidados especiais, como indica aquele sociólogo.¹⁵

Esta postura deve conduzir o pesquisador/expositor a evitar à aridez de procedimentos ligados à teoria e à metodologia que muitas vezes, por seu turno, deixam de evidenciar a riqueza dos sentidos e nuances do fenômeno investigado, conforme advertira BOURDIEU (1989) ao tematizar o ofício na pesquisa social. “Apetecia-me dizer: *é proibido proibir ou livrar-vos dos cães de guarda metodológicos* (BOURDIEU, 1989, p.26) [Itálicos no original].

¹⁵ Segundo autor: “O que conta, na realidade, é a construção do objeto e a eficiência de um método de pensar que nunca se manifesta tão bem na sua capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos, os objetos socialmente importantes, apresentando-os de um ângulo imprevisto, (BOURDIEU, 1989, p. 25)

Na mesma linha reflexiva BASTIDE (1988) ao apresentar a poesia como método sociológico, apontava a diversidade de itinerários que estão à disposição do pesquisador no campo da pesquisa social. Nesses fragmentos abaixo, o estudioso francês, num diálogo com um crítico imaginário, assinala a riqueza e a essência do método sociológico poético, que consiste noutra forma de olhar o real.

Para compreender a riqueza social em toda sua farta complexidade precisamos recorrer aos mais variados métodos mesmo o método poético, caso seja necessário. É aquilo que já denominei como o senhor deve estar lembrado, princípios dos projetores convergentes que iluminam o objeto estudo como no teatro a dançarina é aprisionada nos múltiplos fachos luminosos que jorram em todos os cantos da sala (BASTIDE, 1988, p.84).

Nosso trabalho, ao revisitar a história e as memórias da **APF** e, mais especificamente a sua política educacional, enveredou picadas, tomou e alçou voos, mergulhou nas turvas e às vezes límpidas águas, sob estes signos, ao sabor de *Mnemósine* – a deusa das memórias –, como assinala VASCONCELOS (1998) em sua arqueologia da memória, parte de sua Tese de Doutorado acerca da memória de brasileiros das décadas de 1960/70/80, militantes de esquerda no Estado Autoritário. Nessa passagem, o pesquisador assinala:

O ato de lembrar e o ato de esquecer, na realidade, envolvem o dilema do passado, do presente e do futuro. É o drama da transitoriedade humana que está em questão. *Mnemósine* retorna ao cenário moderno e aviva o fogo sagrado da razão, distribuído aos homens por Prometeu para despertar os acontecimentos vividos (VASCONCELOS, 1998, p.19).

Nos três anos de Administração Popular de Fortaleza, as evidências históricas apontaram para a existência de disputas, impasses, contradições e limites na configuração desse fenômeno sóciohistórico. Não é o caso, portanto, de perguntamos se a formulação e a efetivação de sua política educacional foram de inclinação “popular” ou “revolucionária”. Mas sim de estabelecermos, em primeiro lugar, como se formou esse ideário político, filosófico e educacional? As quais interesses respondiam com essa política municipal de educação? Quais os seus significados dos *jogos de força* no campo das alianças políticas e das relações de poder. Em segundo lugar, pensamos como essas premissas foram efetivadas ou não, na política educacional da **APF**? Nessa perspectiva procuramos aprofundar à luz dessa pesquisa com base nas seguintes questões gerais norteadoras. Quais foram os eixos teórico-metodológicos e filosóficos que nortearam a política voltada para a Educação? Existia alguma referência histórica prática do conjunto de ideias educacionais formuladas e efetivadas ao longo da administração? Quais os significados e desdobramentos da política educacional com relação à governabilidade da **APF**?

Para efeito de exposição e com vista a responder a esta problematização, dividimos nosso trabalho dissertativo em 03 (três) capítulos, além dessa introdução. Cada parte com um ritmo de narração e exposição próprio. A nossa narrativa com duas fontes básicas: de um lado está apoiada na oralidade dos narradores; e por outro lado, nas fontes escritas em matérias jornalísticas e ainda nos documentos produzidos no período.

No capítulo I, com efeito, tratamos de apresentar no ritmo da narração os elementos mnemônicos constituintes da genealogia da história da **APF** e suas estreitas ligações com a educação e a política. Nesse mosaico histórico, para melhor compreensão do caráter formativo de sua política educacional, recompomos os principais eventos sociopolíticos, com as peculiaridades dos enfrentamentos sociais e das disputas ideológicas entre as diversas forças políticas que atuavam em Fortaleza, em especial, nos movimentos sociais que foram a gênese histórica da **APF**.

Com o capítulo II apresentamos os fatos mais significativos do cotidiano da **APF** estampados nas páginas dos principais jornais de Fortaleza, ulteriormente já mencionados, com o fito de apresentar o quadro permanente de controvérsias que se configuram os três anos de administração da prefeita Maria Luiza Fontenele. Sobretudo, evidencia-se nesse capítulo a noção da *disputabilidade da memória* que sem dúvida nenhuma permeou todo este escrito mnemônico. Aqui, nas entrelinhas vamos encontrar as intrigas, os desafetos, os fatos, os silêncios e as versões, todo o conjunto de narrativas que vão dar corpo a noção de disputabilidade da memória assinalada por POLLAK (1989) (1992).

No capítulo III, enfocamos e apresentamos os sentidos e os fluxos da política educacional da **APF**, com o apoio na oralidade de alguns personagens daquela quadra histórica, com base nas reminiscências daqueles participes ativos, acrescidos das matérias de jornais, bem como ainda, dos principais documentos oficiais publicados pela Secretaria de Educação Municipal (SEM). Nesse processo, além da hermenêutica realizamos o caminho inverso, revisitando as narrativas por intermédio das falas e, por vezes, silêncios dos narradores, com o propósito de buscar um olhar panorâmico sobre a política educacional no período da **APF**.

Por fim, de volta ao começo, repassamos de modo sucinto algumas de nossas impressões e questões peculiares com relação à política educacional da **APF**, sobretudo acerca da sua complexa interação com a conjuntura política e sóciohistórica brasileira no período investigado.

2. EDUCAÇÃO E POLITICA: A GÊNESE HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA

É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político.

Paulo Freire

Os historiadores narram tramas, que são tantos quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo [...]; nenhum Historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido. E não pode passar por toda parte; nenhum caminho é verdadeiro ou é a historia.

Paul Veyne

Neste capítulo nosso desafio consistiu no de apresentar a complexidade histórica que se evidenciou nos cenários e dramas constituintes da história da Administração Popular de Fortaleza. Em outras palavras, nesse trecho da exposição discorreremos sobre a história recente de Fortaleza que se entrelaçou com a história da **APF**. Buscamos, com efeito, apresentar a sua genealogia histórica e, assim estabelecemos a ligação entre a educação e política, cujo liame foi decisivo para política educacional da **APF**.

Em síntese apresentaremos, pois, o caráter educativo do ato político evidenciado a seguir com os personagens, nos marcantes eventos, na rememoração das narrativas e dos *jogos de força*, todos em evidência na tessitura das intrigas e nos cenários que conformaram e condicionaram a eleição de Maria Luiza Fontenelle à Prefeitura de Fortaleza em novembro de 1985.

2.1. Arqueologia da APF – personagens, tramas e principais eventos sócio-históricos

A Administração Popular de Fortaleza não tem sua gênese numa abstração histórica. Não se origina tampouco de uma história sem cenários, sem lutas ou *jogos de força*, sobretudo sem personagens proeminentes ou anônimos. Nem tampouco se configura sem fundamentos sóciohistóricos, sem uma genealogia de uma vontade de poder dos seus personagens.

A histórica recente da política no Brasil no campo da esquerda tem este marco importante e revelador que evidencia sua caracterização mais significativa. Na análise de grande parte dos historiadores brasileiros à inclinação para as rupturas e a *segmentaridade* é certamente o traço histórico mais marcante da trajetória das forças políticas da esquerda brasileira.

De acordo com os autores GORENDER (1987) e SILVA (1987) a primeira cisão da esquerda brasileira registrou na década de 20 entre comunistas e anarquistas, com a fundação PCB e filiação deste à III Internacional Comunista. Esses autores dividem essa trajetória em duas fases. A primeira fase dos grandes ‘rachas’¹⁶ da esquerda brasileira registra-se na década de 50 e se prolonga até 1964. A segunda fase dos grandes rachas da esquerda brasileira registra-se após o golpe militar de 1964. No final da década de 60 o PCB, até então hegemônico no campo da esquerda fraciona-se em dissidências e diversas organizações dentre estas o PC do B.

Em meados da década de 70, com o governo do General Geisel, após os anos sombrios do endurecimento do Regime Autoritário sob o governo general Médici, a esquerda brasileira inicia o processo de reorganização em todo o país, inclusive no Ceará.

A aventura da luta armada e o contínuo fracionamento fora extremamente desgastante para as forças de esquerda em geral. Com a branda distensão patrocinada pelo Ministro da Casa Civil, General Golbery, os agrupamentos de esquerda procuraram aglutinar-se até onde a inclinação para os rachas e a possibilidade de *segmentaridade* pôde lhes impor limites.

Nesse processo de reorganização o fluxo migrante de militantes é contínuo, tanto em função do reordenamento das organizações quanto com relação à fuga da repressão ainda bem ativa e com operações em todo país. E nesse contexto e cenário sócio-histórico que aparece nossos personagens.

A vinda separadamente para o Ceará do casal Jorge Paiva e Zélia Zanetti como militantes clandestinos do PC do B, no início de 73, parece ser o primeiro registro do surgimento do depois nomeado grupo da Maria. O momento de extrema repressão no denominado anos de chumbo fez com que sua chegada fosse cercada de toda cautela. Assim Jorge Paiva fugindo

¹⁶ O termo racha é um jargão político da esquerda brasileira é utilizado para designar o traumático processo de disputas internas dentro de um partido político que resulta na poda de ramos cujo resultado é o surgimento e constituição de novas organizações. Vide especialmente em OZAI SILVA (1983).

da repressão da ditadura militar chega a Fortaleza, isoladamente, sem sua companheira Célia Zanetti, passando por alguns lugares de São Paulo e Minas Gerais e pelas nas cidades de Salvador e Recife. Sua missão era contribuir com o processo de reorganização política do PC do B, dado que grande parte de seus quadros havia caído com a repressão em Fortaleza. Neste feixe de tempo surgem as primeiras divergências¹⁷ resultando numa fração interna do partido.

A instituída e instituinte fração interna do PC do B, O PC do B – ML tinha como principais integrantes dessa trama e tessitura de intriga, além de Jorge Paiva, Célia Zanetti, outros personagens como Maria Luiza Fontenele¹⁸ e Rosa da Fonseca.¹⁹

Observemos no relato a seguir as narrativas de Jorge Paiva, principal ideólogo do agrupamento e de Célia Zanetti uma das principais ativistas. Nas entrelinhas as evidências das principais divergências internas que o grupo mantinha com a direção do PC do B.

Nós lutávamos pela derrubada do regime militar. A nossa inserção no movimento era essa. A nossa concepção era não só teórica, mas pratica (...) Nós raciocinávamos que o regime conseguiu. Ter o controle praticamente de todo o setor expressivo da sociedade e nesse caso havia a possibilidade de um procedimento amplo e radicalizado contra o regime militar e substituí-lo por uma democracia, que evidentemente deve ser bastante inovado em relação ao resto do mundo. O Brasil poderia ter comprado naquela época um papel muito grande, mas predominou a questão de distensão. Acho que o regime militar conseguiu se superar na chamada transição controlada e possibilitou a Nova Republica. [Jorge Paiva]²⁰

A narrativa a seguir da militante de esquerda, ativista e companheira de Jorge Paiva, Célia Zanetti, evidencia também as dificuldades políticas e divergências internas com o PC do B.

¹⁷ As divergências eram profundas, dentre elas, as mais importantes diziam respeito à linha política do partido, com relação à política internacional e à análise da Guerrilha do Araguaia

¹⁸ Maria Luiza Fontenele, nascida em Quixadá, estudante em Fortaleza foi militante nos anos 60 do Movimento Estudantil na mocidade, chegando à vice-presidência da União Estadual dos Estudantes do Ceará. Presidenta do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social de Fortaleza. Foi integrante da JEC e da Ação Popular. Incorporou-se ao PC do B resultado da integração da AP ao PC do B em 1973. Nos fins dos anos 60 ingressa no magistério da Universidade Federal do Ceará, e anos depois, viaja para uma pós-graduação nos Estados Unidos. Retornou a Fortaleza em 1973 e logo retomou as atividades políticas, integrando junto com o casal Jorge Paiva e Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e outros, a fração interna do PC do B, o PC do B – ML que posteriormente em 1985 originaria o PRC.

¹⁹ Rosa da Fonseca, aguerrida militante política natural de Quixadá participou do movimento estudantil na década de 1960, ainda estudante na sua cidade natal já era integrante da JEC. Em Fortaleza, no início de 1970, já como diretora do CA do Curso de Ciências Sociais da UFC, participou de um debate na TV com o então Ministro da Educação, o Cel. Jarbas Passarinho. Os questionamentos feitos pela aluna de Ciências Sociais não agradaram o ministro coronel e deram-lhe uma notoriedade perigosa e motivou uma pena de dois anos e dois meses de prisão e a selvageria da tortura. Com sua saída do cárcere em 1973 retomou a militância política na fração dissidente supracitada.

²⁰ Acervo de entrevistas constituído pelo Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos para a elaboração de sua Tese de Doutorado com o título: **A memória em Construção**: sonho, silêncio e esquecimento dos militantes de esquerda no Brasil autoritário, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, em 1997.

Foi uma porque o partido não ajudou em nada, a direção abandonou a gente (...) porque já havia o questionamento interno, a gente não concordava com a linha do PC do B, nem com o que aconteceu na guerrilha do Araguaia (...). Então por conta das divergências políticas eles nos abandonaram e quando mandaram o Jorge para o Ceará a ordem era que não mantivesse contato comigo (...). A ideia deles era deixar a gente isolada aqui (...). Era uma forma, eu acho, de jogar a gente nas mãos da repressão, porque você sem dinheiro, documentação, sem poder arrumar emprego, sem nada (...). [Célia Zanetti]²¹

O núcleo central do agrupamento político de Maria Luiza Fontenele não sofreu grandes modificações nesta quase três décadas, pois se vinculou organicamente no período compreendido entre 1975 até o final de 2000, quando estamos escrevendo estas linhas mnemônicas, já no início do 3º milênio. De forma que essa célula base esteve agrupada nas seguintes organizações partidárias de esquerda: PC do B, PRC, PT, PRO, PH, PSB, PSTU e por último no PART, nesses anos de 2002.

O mais relevante nessas narrativas, além das tramas históricas dos personagens, o que podemos assinalar é o conceito da memória constituindo-se como um elemento de identificações do grupo político. Em outras palavras, a partir de narrativas individuais é evidenciada uma memória coletiva tendo por base no *sentimento de identificação* do agrupamento político conforme as observações de POLLAK (1992).

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identificação, tanto individual como coletiva na medida em que ela e também uma fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstituição de si. (POLLAK, 1992, p.204) (itálicos do autor).

O fato sóciohistórico mais significativo que precisamos ressaltar até aqui, foi que a participação desse agrupamento político em diversas frentes de luta constituiu, além dessas identificações e sociabilidades ímpares. Com efeito, como veremos a seguir que os *jogos de força* condicionaram e foram condicionados por inúmeros cenários sócio-históricos da conjuntura local e nacional e internacional. Estes cenários, estes *jogos de força* serão alvos de reconstituição culminaram com fenômeno histórico da Administração Popular de Fortaleza em meados dos anos 80.

De maneira que os personagens, as divergências, as tramas e as intrigas foram postas historicamente ao acaso do enfrentamento da luta política, naqueles *jogos de força*. Os desdobramentos históricos dessa querela da práxis revolucionária iriam por sua vez

²¹ *Idem.*

condicionar outros cenários e outros *jogos de força* conforme demonstraremos a seguir nas demais seções.

2.2. O cenário do Movimento Pró-Anistia

*Meu Brasil que sonha com a volta do irmão do Henfil /
com tanta gente que partiu num rabo de foguete*

Aldir Blanco e João Bosco

A conjuntura da política nacional no início dos anos 70 era de total de desmantelamento das organizações de esquerda com a prisão e o exílio de centenas e centenas de políticos de esquerda. Marighela morrera metralhado em novembro de 1969, vários militantes encontravam-se nos cárceres sob torturas e outros no exílio. Das resistências, a última mais significativa fora o episódio da Guerrilha do Araguaia, sob a égide do PC do B, que depois de tantos confrontos foi vencida pelos militares do Regime Autoritário. Fechado o capítulo da luta armada, as organizações de esquerda ressurgiriam no campo político integrando a frente de oposição ao regime militar nos anos 70 com o denominado Movimento Democrático Brasileiro: o MDB. Nesse espaço político na chamada Tendência Popular, foi que algumas organizações de esquerda como PCB, PC do B e MR-8 tiveram uma atuação legal paralela à militância clandestina, no período de reorganização da esquerda brasileira (1974-1987).

Por seu lado também os movimentos sociais em meados dos anos 70 voltariam a se reorganizar na cena política. Naquele período um grande movimento nacional pela anistia dos presos políticos em todo o Brasil fora organizado pelas forças de esquerda e setores da Igreja Católica. A agitação política redundou num grande movimento democrático e popular que demarcou nacionalmente o processo de redemocratização brasileira.

Nesse processo de reorganização da sociedade civil brasileira, em 1975, com a comemoração do ano internacional da mulher iniciou-se o Movimento Feminino pela Anistia em todo país. No ano de 1977, essa luta se ampliou através de mobilizações estudantis e já em 1978 ganhara mais amplitude com ascensão incipiente dos movimentos populares. Em São Paulo organizou-se o Iº Comitê pela Anistia sob a presidência da Dra. Terezinha Zerbini.

O Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção do Ceará - fora fundado em 10 de março de 1979, com o objetivo de lutar pela anistia ampla geral e irrestrita dos presos políticos cearenses e brasileiros. A presidência do movimento no Ceará coube a Prof^a. Nildes Alencar, irmã do mártir cearense, frei Tito Alencar, religioso dominicano que foi barbaramente torturado pelo delegado Fleury nos porões da ditadura, cujas seqüelas o levariam posteriormente ao suicídio em seu exílio na França.

No campo político o movimento feminino pela anistia com a articulação do CBA-CE consistiria no primeiro grande passo para atuação pública das forças de esquerdas em Fortaleza. Com efeito, o movimento nacionalmente organizado a favor da anistia tem um significado relevante para a atuação da esquerda cearense.

Em primeiro lugar, representou a possibilidade de maior visibilidade daqueles quadros políticos que podiam apresentar-se sem tantos receios de repressão da ditadura brasileira. Em segundo lugar, o movimento Pró-Anistia potencializou as lutas sociais e mobilizações de diversas origens. Com efeito, as bandeiras da democracia e dos direitos humanos atingiram largos setores das camadas médias. Assim, profissionais liberais de diversas áreas acorreram aos comitês dos movimentos pela anistia e engrossaram as fileiras da oposição ao Regime Autoritário.

Na narrativa que apresentaremos na seqüência poderemos perceber que o aspecto da visibilidade na esfera pública e ainda da *disputabilidade da memória* é acentuado na narrativa de Rosa da Fonseca a respeito de um dos eventos realizados em Fortaleza, em 1975, pelo recém criado CBA-CE: a promoção do debate em Fortaleza com a presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, a Dra. Terezinha Zerbini.

*Foi um papel importantíssimo por que enquanto (...) a orientação inclusive dos partidos, por exemplo, a orientação do PC do B era se fingir de morto era a ideia de que (...) a sanha da ditadura era tão grande que era todo mundo se fingir de morto para poder sobreviver e esperar que melhorasse, para poder botar a cabeça fora de Novo.*²²

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

Nessa lembrança toda a intensidade da narrativa naquele que foi o reencontro de antigos companheiros da luta contra o Regime Autoritário brasileiro. O debate ocorreu num colégio religioso, o Colégio Nossa Senhora de Lurdes como o lugar de memórias.

A gente tornou iniciativa de chamar a Terezinha para cá e foi uma coisa emocionante, o primeiro ato de massa que foi o debate com ela no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (...). O auditório estava lotado, aquele pessoal era o ex-presos político, o pessoal do Partidão (...) a gente conseguiu articular todo o pessoal que era do período pré 64 e de depois de 68(...)²⁴

O fenômeno da publicação dos fatos políticos, dos eventos, dos acontecimentos como se evidencia foi de extrema relevância para a potencialização da luta contra ditadura militar. Toda essa mobilização em torno da Anistia para os presos políticos do Regime Autoritário revelou-se numa estratégia de visualização dos conflitos no tecido social e que, sem dúvida, possibilitou à ascensão de personalidades políticas como Maria Luiza Fontenele, Iranildo Pereira, Bianou de Andrade e tantos outros, todos integrantes da Tendência Popular do MDB.

Por consequência dessa estratégia e tática políticas, nas eleições realizadas em 1978, o MDB nacionalmente conquistou cadeiras importantes no parlamento em diversos estados brasileiros. No Ceará, particularmente a bandeira e as palavras de ordem do Movimento pela Anistia aos presos políticos do regime militar aglutinaram todas as organizações da sociedade civil. E como narraremos posteriormente, o conjunto desses fatos políticos encontrou na professora da UFC, a Assistente Social Maria Luiza Fontenele uma personagem que caberia como uma luva para impulsioná-las na tribuna do parlamento estadual.

O movimento pela Anistia dos presos políticos vai até 1979 com sanção da Lei da Anistia no Governo do General Figueiredo. Para as organizações políticas o tema da anistia possibilitou mobilização de diversos setores dos movimentos sociais como é evidenciado nesse fragmento de narrativa de Rosa da Fonseca.

O pessoal mais a esquerda puxava a coisa da luta contra a ditadura, os direitos humanos, abordando a questão do capitalismo (...). Começaram os movimentos a reaparecer. Aqui já houve desde o início a vinculação com o movimento popular, e isso possibilitou a inserção no movimento popular, no movimento sindical, no movimento feminista, nos movimentos de bairros, na criação do jornal Mutirão.²⁵

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Idem.*

O acúmulo de forças resultante do movimento Pró-Anistia teve desdobramentos importantes para a esquerda cearense. Em primeiro lugar, a retomada de iniciativas públicas das organizações esquerdistas. Em segundo lugar, essa visualização e publicação dos eventos possibilitaram alguns personagens apresentarem-se a cena política.

Nesse processo de reorganização das forças políticas de esquerda o nome de Maria Luiza Fontenelle foi um dos que mais se evidenciou na arena política. Esta visibilidade, aliada ao carisma de Maria Luiza Fontenele e o caráter mobilizador de seu agrupamento político condicionaram a sua primeira eleição para deputada estadual, em 1978, como veremos mais adiante. Mais um outro acontecimento teria um papel muito significativo nesse contexto.

2.3. O cenário da ocupação e do despejo da Favela da Avenida José Bastos

Nos fins dos anos 70, no cenário nacional, a distensão política e a abertura lenta, gradual e segura dos Governos dos generais Geisel e Figueiredo possibilitariam alguma mínima reorganização da esquerda brasileira. Um episódio que a memória nacional não pode jamais esquecer jamais como a morte de Vladimir Herzog, em 1976, e o atentado do Rio-Centro, nas comemorações do Dia do Trabalhador, no 1º de maio de 1980, apontariam de forma reticente para os limites dessa abertura.

Todavia as forças políticas da esquerda brasileira como vimos pelos cenários da luta pela Anistia não pediram licença para ir à luta. Com muito suor e lágrimas e ardor revolucionário foram conquistando os espaços políticos. Assim foram soerguidas as entidades e as organizações de classes, sindicatos, associações de moradores e outras. Enfrentou-se os cassetetes e os cães com uma anti-candidatura, como a do deputado federal Ulisses Guimarães, em 1979, pelo MDB de São Paulo. Nesse feixe de tempo foi o momento da conjuntura nacional em que se mobilizaram todos os segmentos sociais até aonde foi possível. Dessa forma, construiu-se com muita luta os novos cenários democráticos. Forjou-se no cotidiano da luta política o direito de voltar a organizar-se nas entidades de classes, nas associações de moradores, nos sindicatos, nas entidades estudantis.

Na conjuntura local, juntamente com o Movimento pela Anistia dos presos políticos do regime militar, o cenário da ocupação e do despejo dos moradores da Favela José Bastos, no final da década de 70 foi um dos eventos de mobilização popular mais marcante da história política cearense recente.

Este movimento popular por moradia deu-se no momento em que a sociedade civil fortalezenses retomava o processo de reorganização e mobilização, iniciado com o movimento pela anistia que pipocavam em todo país e sinalizou para “idéia do conflito como forma de espetáculo” (BARREIRA, 1992, p.71).

Naquele período houve o renascimento das entidades categorias profissionais com uma marcante atuação da Igreja Católica no processo organizativo dos movimentos sociais. As diversas forças políticas envolvidas nesse processo buscaram os espaços e os territórios na arena política apresentando-se para a sociedade. BARREIRA (1992) assinala nessa passagem a excelência do movimento de bairro e favelas para aquela conjuntura sóciohistórica.

O movimento de bairro como reorganização de espaço de lutas desarticuladas face ao regime autoritário é destacado na maioria dos trabalhos sobre os movimentos urbanos. O bairro representaria a possibilidade de aglutinar experiências associativas capazes de tecer fios de solidariedade dispersos pela imposição do autoritarismo: espaço de resistência e sociedade (BARREIRA, 1992, p.23).

Na narrativa e nos relatos de memória de Rosa da Fonseca, pode-se observar a singularidade do momento e, mais uma vez, da *disputabilidade mnemônica*.

A gente se vinculou com o movimento de bairro, porque, por exemplo, uma das primeiras lutas foi a da favela Zé Bastos, ainda não tinha nem a união das Comunidades, era o MFPA, então nós fomos para lá e ficamos juntos com o pessoal, então justamente quando houve o problema com o PC do B cuja orientação era prá gente abandonar completamente aquele negócio porque não tinha sentido, não tínhamos condições, o povo não tinha nível para enfrentar o governo Virgílio e a ditadura e nós fincamos só pé e o povo teve uma vitória importante(...).²⁶

O processo de ocupação e formação da favela da José Bastos refletiu o drama da moradia em Fortaleza, tendo como personagens anônimos os trabalhadores migrantes da seca, desempregados de origem basicamente do interior do estado. A rapidez, a grandiosidade da ocupação e solidariedade das entidades da sociedade civil foi a característica mais marcante do movimento. Em pouco mais de duas semanas cerca de dois mil casebres foram construídos

²⁶ *Idem.*

abrigo uma população em torno de dez mil moradores. Logo se estabeleceu o conflito com os proprietários entrando na Justiça com uma ação de reintegração de posse.

A resistência popular ao recurso de reintegração de posse aconteceu então com a mobilização dos moradores com o apoio de parlamentares e entidades da sociedade civil. A intervenção de advogados e o papel mediador de integrantes da Igreja Católica possibilitaram o adiamento da expulsão dos moradores por um prazo de dois meses. Nesse intervalo os ocupantes realizaram novas mobilizações junto ao Governador do Estado, Cel. Virgílio Távora e depois com o Governador Waldemar Alcântara, através de abaixo-assinado com mais 16.000 assinaturas e ações jurídicas por parte dos advogados. As mobilizações culminaram com uma vigília de solidariedade com todas as entidades da sociedade civil que apoiava a ocupação.

Nas negociações foi concedido um novo prazo de um mês pela justiça. As mobilizações continuaram com novas vigílias e atos públicos. O governo do Estado propõe a transferência para um terreno doado em outro local. Apesar de recusada inicialmente a proposta foi trabalhada por interferência de assistentes sociais do Estado do Ceará, o que dividiu o movimento. Por outro lado face ao esgotamento das iniciativas jurídicas o movimento começou a perder a vitalidade. Apesar da resistência e das mobilizações finalmente veio o dia do despejo.

O jornal alternativo Mutirão²⁷, na edição de janeiro de 1979, abria dessa forma sua 1ª página em manchete com um registro icnográfico de uma criança chorando aos meios do casebre com um camburão da polícia militar ao fundo: **DESPEJO CRIMINOSO – A ação da policia contra os favelados da José Bastos**. Naquela edição, no corpo da matéria na p.8, os relatos e as narrativas de favelados da violência concreta e simbólica.

A grande maioria dos mais de 10.000 moradores da favela tornou conhecimento do despejo apenas no dia do seu inicio. Não apenas casas desabitadas foram derrubadas, mas também, muitas na ausência de seus moradores e mesmo com a presença de mulheres e crianças. O material das casas derrubadas ficou quase completamente imprestável. Policiais e pessoas ligadas aos proprietários ameaçavam constantemente os favelados de colocar tratores contra suas casas atirar de metralhadora e até jogar bombas. (Jornal **Mutirão**, 1979, p.08)

Com toda a perspectiva e viés ideológico do jornal alternativo é-nos possível evidenciar, por alguns depoimentos dos favelados, a terrível situação vivenciada pelos os sem-tetos em Fortaleza no final dos anos 70. Para além dos significados para o renascente movimento social

²⁷ O jornal Mutirão foi um jornal cearense de esquerda que iniciou sua circulação em setembro de 1977, com todas as dificuldades impostas pela censura de imprensa do período do Regime Autoritário.

de bairros de Fortaleza, que representou o ponto de passagem da mobilização coletiva dos moradores da periferia, o episódio da ocupação e do despejo da favela José Bastos sedimentou as divergências internas do PC do B.

Os desdobramentos dessas insuperáveis divergências no interior do movimento social resultaram historicamente na acirrada disputa pelo poder nas direções nos movimentos populares em Fortaleza. Por conseguinte condicionaram a ideia da ruptura e da *segmentariedade* na cena política cearense.

Toda e qualquer intervenção dos partidos (leia-se PC do B e fração de dissidência deste que, no início de 1984, tornar-se-ia no PRC) nos movimentos sociais resultaram em disputas e conflitos na cena política. Exemplo disso foi a constituição de duas entidades representativas no Movimento de Bairros e Favelas de Fortaleza: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) e a União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF); e ainda, no movimento de mulheres: Conselho Popular da Mulher e União das Mulheres Cearenses.

Os eventos aqui rememorados são destacados com os principais movimentos na história da mobilização popular em Fortaleza por toda década de 70: o movimento da Pró-Anistia e o movimento da Favela José Bastos. Na década seguinte, no início dos anos 80 o movimento de bairro e favelas em Fortaleza assistiríamos um revigoração com a organização de centenas de associações de moradores, configurando-se no lugar por excelência de disputa pela hegemonia do movimento e como espaço de sociabilidade e visibilidade esquerda. Como observa de BARREIRA (1992), no fragmento abaixo sobre o evento, o cenário político posterior ao despejo dos favelados e sua relevância na história do movimento popular tanto quanto na história dos grupos de esquerda de Fortaleza.

O evento aparece como a oportunidade em que várias forças podia aparecer no cenário político. Associações profissionais, partidos políticos clandestinos, parlamentares comprometidos com a causa popular são forças que mantêm com o movimento distintas formas de interação (...). Neste sentido a luta da José Bastos nos diz tanto da história do movimento popular como dos grupos políticos de esquerda (BARREIRA, 1992, p.71).

Para a história do movimento popular de Fortaleza esse episódio tem uma intensa significação política. O acontecimento representou o momento da retomada da luta política que possibilitou a organização de um movimento social de grande alcance sóciopolítico e de repercussões enormes no campo da política como veremos a seguir. O que nos interessa é

pensar aqui é a *disputabilidade da memória*, e ainda ressaltar o clima de disputa entre as diversas facções que buscavam a hegemonia do movimento de bairros e favelas.

2.4. As disputas políticas no Movimento Popular – Diferenças e Jogos de Forças

A luta política desencadeada na Favela José Bastos possibilitou aos principais líderes e às entidades que deram apoio ao movimento a pensarem também numa entidade que representasse as favelas e os diversos bairros de Fortaleza. Dessa necessidade organizativa que congregou militantes ligados à Igreja Católica e aos partidos políticos clandestinos aconteceu o primeiro encontro de INTERBAIROS, que no desenrolar do novelo da história foi o embrião para a organização de duas entidades representativas das associações de moradores de bairros e favelas em Fortaleza.

A pesquisadora Kelma Matos, no livro “**NAS TRILHAS DA EXPERIÊNCIA: a memória, a crise e o saber do movimento popular**”, revisita a história desse movimento social em Fortaleza através dos relatos de memória dos militantes. Acerca do movimento retomado, Célia Zanetti *apud* MATOS (1998), apresenta com suas narrativas esse momento incipiente da reorganização do movimento popular de bairros e favelas em Fortaleza no final de década de 70.

O primeiro encontro que eu participei, o pessoal deu o nome de inter bairros: Jardim Nova Esperança, Ex-favela Zé Bastos - São Miguel, Dias Macedo, cajueiro Torto. Ai surgiu a idéia da gente cria a União das Comunidades da Grande Fortaleza (MATOS, 1998, p.40). (Itálicos nossos)

A fundação da UCGF e FBFF dera uma maior organização e visibilidade ao movimento popular em prol de moradias e impediram diversos despejos nesse período, apelando para dois tipos de táticas de luta: o enfrentamento jurídico e o reforço da organização popular. Os relatos e as narrativas apresentadas na pesquisa de Kelma Matos apresentam de forma fidedigna a tessitura da intrigas na história dos congressos de bairros e favelas realizadas entre 1981 e 1984. O que nos interessa dialogar com MATOS (1998) são as narrativas dos três primeiros congressos realizados entre na década de 80, pois se relacionam diretamente com a gênese da APF. Conforme poderemos observar as divergências se avolumaram nestes eventos chegando ao ápice com segmentação do movimento social de bairros e favelas.

Segundo MATOS (1998, p.41), no primeiro congresso de entidade de bairros e favelas de Fortaleza participaram 34 entidades de bairros e favelas e cerca de 600 pessoas. A principal reivindicação foi o abastecimento de água para toda a cidade.

Neste congresso as principais divergências entre as facções presentes ligadas ao grupo da Maria e ao PC do B, além de luta política pelo direcionamento da entidade, foram ainda de natureza ligada à presença de parlamentares no evento e foram questionadas à representação de algumas entidades dos movimentos popular.

No segundo e no terceiro congresso realizado em 1983 e 1984 é que foram mais explicitadas as posições e divergências dos dois grupos no interior do movimento popular.

No segundo congresso houve um confronto entre as forças políticas que provocou uma grande fissura no movimento de bairros e favelas. As lideranças comunitárias ligadas ao grupo de Maria apresentaram uma proposta de eleição direta, com urnas nos bairros e favelas, enquanto os líderes das associações orientadas pelo PC do B defenderam que eleição saísse do próprio congresso. A polêmica mais uma vez tinha se estabelecido, desta vez com outros contornos conforme apurou MATOS (1988) em sua pesquisa, especialmente nesse fragmento:

O confronto entre as forças políticas resultou um desgaste. Ao invés de buscar a unidade do movimento – de acordo com práticas anteriores – foram trocadas forte acusações morais, colocando em seque a honestidade de gente parte das lideranças (MATOS, 1998, p.43).

No terceiro congresso, realizado em 1984, novamente a polêmica das eleições para a diretoria da entidade, acrescida pela discussão de duas propostas com relação à conjuntura nacional. Uma pelo apoio da candidatura de Tancredo Neves pela Aliança Democrática (PMDB e PFL) através do Colégio Eleitoral; e outra pela continuidade da luta do Movimento pelas Diretas Já.

Toda polêmica gerada e os desdobramentos desses confrontos nos três congressos citados resultaram na segmentação do movimento de bairros e favelas em Fortaleza. De modo que aconteceu uma ruptura mais visível do movimento popular. Com isto, aqueles que desde o segundo congresso só posicionaram pelas eleições diretas em todos os níveis continuaram como União das Comunidades da Grande Fortaleza e formaram um movimento que ficou conhecido na cidade como Jornada de Luta Contra a Fome e UCGF. A outra posição política orientada pelo PC do B cerrou fileiras na Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

No calor dessas lutas político-ideológicas, desses enfrentamentos internos da esquerda cearense foi constituída então a jornada de Luta Contra a Fome. A reivindicação básica do movimento eram as frentes de serviços nos bairros da grande Fortaleza. O auge da participação política da jornada foi no ano de 1983. O movimento organizou diversas passeatas pela cidade, reivindicando audiência com o então Governador do Estado, Cel. Virgílio Távora. A então Dep. Maria Luiza Fontenelle e seu agrupamento político lideravam essas mobilizações populares.

As posições divergentes da Federação de Bairros e da União das Comunidades dariam a tônica do movimento popular nas ruas naquele período. Toda essa agitação política representava a guerra surda entre a direção do PC do B e a dissidência daquele, que desaguaria anos depois, em 1984, na fundação PRC. As diferenças de atuação eram bastante nítidas como poderemos perceber nas narrativas posteriores.

Dessa forma no movimento popular unificado através da Federação de Bairros e Favelas, o PC do B, PCB e MR-8 tinham como estratégia política enfatizar organizacional dos movimentos associativos de bairros e favelas. A União das Comunidades – leia-se PRC –, por sua vez, tinha como referencia fundamentais as estratégias de mobilização mais ostensivas, em que as palavras de ordem eram o poder de pressão e a visibilidade dos jogos de forças.

As distintas concepções políticas quanto ao método operacional, à estratégia e às táticas podem ser apreendidas nessas duas narrativas de militantes fornecidas à pesquisadora e socióloga Irllys Barreira. São relatos em que a noção de *disputabilidade da memória* também se apresenta amiúde. Na primeira narrativa apresenta-se a posição da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, ligada politicamente ao PC do B, PCB e MR-8.

*O pessoal da União da Comunidade priorizava mais o que a gente chamava de agitação em torno do problema, quer dizer, procura agitar, levantar o pessoal e com pouca preocupação de deixar uma base organizativa de continuidade daquele movimento. O pessoal chamava de bombeiro, era atuar em cima do problema e resolver o problema imediatamente. Como. Saqueando supermercado e matando a fome naquele dia: indo para assembléia legislativa, para o governo, distribuir leite, matando a fome naquele dia. Essa era a proposta, inclusive tinham pessoas que iam, para reunião e não eram espontâneas, era realmente uma coisa pensada, assumida, como reunião convocada por varias pessoas, por varias entidades, por vários bairros.*²⁸(Itálicos nossos)

²⁸ Narrativa de um ex-presidente da FBFF *apud* BARREIRA, 1992, p.122.

Noutra narrativa podemos perceber o posicionamento da União das Comunidades em que ficam claras as divergências entre as duas entidades do movimento popular. As palavras-chave como: confronto, revitalização da luta e não conciliação aponta para ligação estreita com as propostas defendidas pelo grupo político ligado à Maria Luiza Fontenele.

*Havia dificuldades para levar á frente o trabalho dos movimentos de bairro pela orientação que foi dada á Federação pela Diretoria. Por que realmente, antes quanto existia a União das Comunidades como entidade se fazia muitas mobilizações e o pessoal respondia. Então houve as caminhadas onde o pessoal de todos os bairros iam a prefeitura, a havia sempre a preocupação com o confronto, com a não conciliação. Então acho que contribui para o processo de maior revitalização da luta. Então, essa história de chegar ao bairro, formar a coisa de cima prá baixo. O pessoal do bairro não assumir a coisa na linha de frente, e isso contribuiu para pôr obstáculos ao trabalho.*²⁹ (Itálicos nossos)

As narrativas anteriores, tal como a seguinte, assinalam o nível de divergências políticas entre as duas forças políticas, com suas posições que disputavam o poder no movimento social de bairro e favelas em Fortaleza naquela conjuntura histórica dos anos 80.

É importante assinalar que toda esta cultura política gerada no desenrolar das ações dos movimentos populares ao longo dos anos 70/80 teve como fontes inspiradoras a participação, o igualitarismo e, especialmente, a noção de organização e direção formuladas por pelos assessores e lideranças articulados aos grupos e tendências partidárias. Esse aspecto aparece em narrativa também citada por BARREIRA (1992), onde destacar-se a ideia de educação e formação política, como podemos evidenciar pelo discurso militante deste fragmento a seguir:

*Cada movimento desse pretendia ter a hegemonia, mas ele pretendia ser o movimento mais formativo, e isso levou a que a maioria das ações de rua, ou seja, ida ao palácio do governo, ao palácio da prefeitura, reivindicar água, reivindicar moradia então, durante uma semana, se você pegar o jornal de 1980, você pode ver a união das comunidades foi na segunda-feira à prefeitura, na terça-feira foi o movimento contra a carestia, na quarta-feira foi a Associação, o Inter bairros. “A gente ver na mesma semana tinha três articulações diferentes, com objetivos semelhantes, levando abaixo-assinado, de documentos, cada um querendo ser mais ativo, como se houvesse uma competição entre eles de quem era mais combativo.”*³⁰ (Itálicos nossos)

GOHN (1994) quando analisa “o caráter educativo dos movimentos sociais” procurou demonstrar que os movimentos sociais urbanos e a educação popular possuem elementos comuns. Não resta dúvida que na década de 80, os movimentos sociais, particularmente os de

²⁹ Narrativa de um ex-militante da UCGF *apud* BARREIRA, 1992, p.121-122.

³⁰ Narrativa de um ex-presidente da FBFF *apud* BARREIRA, 1992, p.120.

caráter popular, foram o lume com seus saberes e fazeres que orientou sobretudo os avanços democráticos da sociedade civil. Conforme GOHN nesta passagem,

A educação se apresenta como forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos e associações; como efeito pedagógico multiplicador das ações coletivas junto á sociedade civil e á sociedade política [...] os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, praticas e estruturas, possuem um caráter educativo, assimilável aos seus participantes e á sociedade mais ampla. Os resultados desse processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira. (GOHN, 1994, p.111)

Todo esse processo de aprendizagem e formação política foi vivenciando pelos novos sujeitos sociais que emergiram na cena política na década de 80 em todo país. Mas voltando ao fio da história, a particularidade dos movimentos sociais em Fortaleza, toda essa efervescência e tendência para a *segmentariedade* na disputa política entre as forças de esquerda que militavam no movimento social de bairros e favelas, no movimento feminista e estudantil, também foram levados para área dos embates eleitorais. O lançamento de candidatos aos parlamentos estadual nas eleições de 1978 e 1982 respectivamente, representou mais divergências, atritos e intrigas entre essas forças políticas.

2.5. As eleições de Maria Luiza Fontenele ao parlamento

Como resultado de toda essa mobilidade política que acompanhamos anteriormente, a conquista de um mandato popular foi como uma continuidade do processo de luta política. Dessa forma, a primeira eleição de Maria Luiza Fontenele para Assembléia Legislativa do Estado Ceará, ocorreu em novembro de 1978, pelo MDB, que como demonstram as evidências aqui apresentadas foi resultado da intensa mobilização de seu grupo político no movimento em torno da anistia para os presos políticos cearenses.

A conquista do primeiro mandato com mais 18.000 votos veio fortalecer Grupo de Maria³¹ na seara da esquerda e, conseqüentemente, mais acirramento das divergências neste campo, especialmente no interior do PC do B e do MDB. Ressalte-se que Maria Fontenele

³¹ O agrupamento político com a eleição de Maria Luiza Fontenele depois de 1978 acabaria ficando conhecido na esquerda de Fortaleza dessa forma personalista como: o Grupo da Maria.

permanecia no PC do B e, ainda clandestinamente, sob a capa Movimento Democrático Brasileiro, como já mencionamos na denominada Tendência Popular.

Essa eleição proporcional de 78 é considerada pelos os estudiosos da política cearense como um dos raros momentos em que parte das esquerdas unificou-se e assumiram coletivamente uma candidatura de um parlamentar. Os diversos grupos reunidos no Casarão Democrático – outro lugar de memórias significativas –, o sugestivo nome do local de reuniões do comando político das candidaturas populares do MDB, essas forças de esquerda se articularam para a eleição de 1978. Entretanto, as divergências internas do PC do B continuavam e iriam se acirrar com o cenário da ocupação e despejo da favela José Bastos, já bastante evidenciada na seção anterior.

Até 77 e 78, ainda com alguns conflitos todos permaneceram todos juntos no PC do B e sob a capa do MDB. A narrativa de Rosa da Fonseca que apresentamos abaixo sinaliza conforme podemos observar nesse fragmento evidencia com precisão os *jogos de força* internos da organização do partido clandestino e o cenário mencionado.

Em 79 rompemos com o PC do B, foi uma ruptura de lado a lado, ao mesmo tempo em que a gente saía, o pessoal nos botava para fora, e aí ainda na ditadura a gente criou o PRC (Partido Revolucionário Comunista) dentro da clandestinidade, mas foi só até 84,85. Até aí nós estávamos no PMDB, depois fomos para o PT. Ficamos no PRC e no PT.³² (Itálicos nossos)

Uma novidade política no mandato político de Maria Luiza iria acirrar mais ainda os *jogos de força* no interior dos movimentos sociais em Fortaleza. Já no final do exercício do primeiro mandato legislativo e no novo processo eletivo já próximo as eleições proporcionais de 1982 fora criado o núcleo que daria suporte a atuação política do agrupamento e que organizou a campanha pela reeleição da parlamentar: o Comitê Democrático Operário e Popular (CDOP). Esse comitê político daria orientação aos militantes do Grupo da Maria nos diversos movimentos sociais. No movimento popular, no movimento sindical, no movimento feminino. Essa estrutura política que centralizou as articulações políticas do Grupo da Maria acirrou ainda mais as divergências com o PC do B nos diversos movimentos sociais da cidade.

Em 1982, acontece a reeleição da deputada estadual de Maria Luiza Fontenelle, com 19.600 votos já pelo PMDB depois da reestruturação dos partidos. O PC do B por sua vez lança

³² Entrevista concedida ao Prof. Dr. Gerardo Vasconcelos, já mencionada em nota anterior.

também candidatos à Assembléia Legislativa e à Câmara de Vereadores sob o guarda-chuva do MDB. Um dos seus representantes, o Prof. Francisco Lopes (que seria um dos principais opositores da **APF**) é eleito vereador resultado que daria um fôlego a mais ao PC do B em Fortaleza. As eleições de 1982 representaram o momento em que as divergências internas do PC do B eram impossíveis de contornar, tanto aqui no Ceará, como nacionalmente.

Assim desse modo, as formas de pensar e atuar na política local e nacional constituiu-se em mais um racha com a fundação do PRC, em janeiro de 1984. Sobretudo a posição da Dep. Maria Luiza Fontenele no episódio da Favela José Bastos em que, os pontos de vista com relação à articulação com os movimentos de bairros e favelas, foram evidenciados os diferentes posicionamentos políticos e as divergências internas intransponíveis, como vimos nas narrativas anteriores. Com efeito, as escaramuças tornaram-se o estopim para a *segmentaridade* e, de somenos, as disputas incessantes como veremos a seguir.

Por todo esse conjunto de narrativas e relatos de memória dos *jogos de força*, o PC do B, constituiu-se como o mais ferrenho e principal adversário político do “Grupo da Maria” na disputa pela hegemonia nos movimentos populares em Fortaleza, como o seria também significativa a oposição levada a cabo pelos comunistas do PC do B ao longo da história da **APF**.

2.6. A campanha pelas Diretas Já

Em 1984, com a Campanha das Diretas o Brasil foi alvo de mobilização gigantesca. Em todo país realizaram passeatas e comícios em quase todas as capitais brasileiras. O resultado concreto da Campanha das Diretas Já foi renascimento da democracia do Brasil. Todavia o resultado da votação no Congresso Nacional, em 25 de abril de 1984, frustrou a população brasileira.

De um lado, a frustração em si pela derrota no Congresso Nacional. Por outro lado, com parte dos partidos de esquerda (PCB e PC do B), face à rapidez com que a opção Tancredo Neves foi apresentada à classe política e consolidada no cenário político, com a denominada Aliança Democrática (PMDB e PFL). A este fenômeno político midiático CARVALHO (1999) cognominou de “a metamorfose da eleição indireta virtual” (p.119).

Nessas diversas lutas políticas que estamos a revisitar através das memórias e narrativas dos personagens-narradores, foi-se conquistando espaços, abrindo picadas, beirando desfiladeiros navegando, pois navegar é preciso viver não precisa. Então se forjou e gestou-se a democracia. Conseguiu-se através de muita luta, suor, sangue e lágrimas a redemocratização do país. Mas não foi nada fácil.

Todavia e como pré-dissera o poeta-cantor popular Chico Buarque – “apesar de você amanhã pode ser um novo dia”. O dia em que as flores da democracia desabrochariam e como o outro poeta Ivan Lins arriscara no princípio de 80, o rei caiu: “cai rei de espadas, cai o rei de pau. Cai o rei ...”. E mais ainda que: “apesar dos perigos estamos nas praças fazendo pirraça/prá sobreviver/prá sobreviver ...” Assim se deu a resistência nas ruas e na Música Popular Brasileira.

Logo as massas ganhariam as ruas, já no ano de 84, lutando pelas Diretas Já. O dia 25 de abril de 1984, data presente da memória de milhões de brasileiros, de todos aqueles atores sociais que se vestiram de camisetas amarelas e que não será olvidada.

Contudo, no teatro político brasileiro, o resumo da ópera já havido sido acertado nos bastidores. Todo o ato da opereta bufa já havia sido previamente roteirizado. Saída conciliatória de elites políticas consignada na longa transição democrática, sob a égide do governo Sarney, antes um dos líderes da ARENA e PDS. Logo ele depois de Paulo Maluf a cria visceral das entranhas do Regime Autoritário que agora viria a ser o Presidente da República, com a morte do presidente eleito Tancredo Neves. Tudo isso num condomínio de poder que apresentava o Senhor Diretas: o Dep. Ulisses Guimarães de um lado; e do outro, o mais um grande líder dos setores da direita brasileira, o então Senador da República Antônio Carlos Magalhães do PFL da Bahia, além do José Sarney. Nada mais surreal nesse arrolamento de nossas elites políticas, sob as bênçãos de partidos vermelhos oportunistas em busca de legalização. Chico Buarque e Francis Hime ainda arriscariam um “Vai Passar”, logo pasteurizado pela Rede Globo aderente a “nova ordem”.

Como se sabe, o desfecho do acordo das elites resultou na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral que, no entanto não tomaria posse em virtude de sua morte em 21 de abril de 1985. É empossado na Presidência José Sarney ex-PDS e agora no PFL. Entretanto alguma coisa estava fora da ordem e, alguns outros, não se ajustariam a “nova ordem”. Eis o fato novo na vida política brasileira.

Dentre essas forças da política nacional que se contrapuseram a “nova ordem”, a denominada “Nova República” estabelecida no jogo político das cúpulas, encontravam o recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Aquele PT de saudosa memória de todos nós. Dos núcleos de base, da luta política conseqüente, sem conchavos, da democracia interna, enfim de tudo aquilo que consignava sua carta de princípios e documentos do partido.

O fato sociologicamente relevante é que o PT tendo como berço, a zona de industrialização mais efetiva do país – o ABC paulista, o lugar de memória dos operários brasileiros que foi palco dos primeiros enfrentamentos com o Regime Autoritário, depois do decesso do movimento estudantil e da luta armada –, construiu e fez uma das mais belas páginas históricas da política brasileira, estabelecendo os primeiros passos da pedagogia da cidadania; muito diferente da conjuntura atual dos anos 90 e início do novo milênio.

No Ceará, as repercussões desse acordo de cúpulas, no qual PC do B e também do PCB participaram ativamente, acirrou mais e mais os *jogos de força* de disputa pela hegemonia nos movimentos sociais como vimos nas narrativas anteriores.

O movimento pelas Diretas Já e seus desdobramentos, sob todos os aspectos na cena política local e nacional, tornou-se o momento no qual a esquerda cindiu-se mais notoriamente. Até a votação da emenda Dante de Oliveira que restabeleceria a eleição direta para Presidente da República houve uma efêmera unificação estratégica e tática com relação ao fim da ditadura militar. Com a derrota no Congresso Nacional, em 25 de abril de 1984, da emenda das Diretas Já, restabelece-se o acirramento das divergências táticas e estratégicas da esquerda brasileira para pôr fim aos governos militares.

“Não, não, não a conciliação! A saída para a crise é a Revolução!” Eis a palavra de ordem de documentos³³ clandestinos e do panfleto do PRC que víamos e ouvíamos nas praças e ruas de Fortaleza. O cenário político nacional e local, mais uma vez, na seara da esquerda traduzia-se em dois campos antagônicos. Um campo do PC do B que apoiava a candidatura presidencial de Tancredo Neves; e outro do PRC, que apontava para radicalização pelas Diretas Já.

A campanha pelas Diretas Já deu continuidade a história de intrigas e rupturas da esquerda cearense, com desdobramentos em todos os movimentos sociais onde estiveram presentes o Grupo de Maria Luzia e os ligados ao PC do B.

³³ Cfe. Documento: I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. Maio/86.

No ano seguinte, em novembro de 1985, com essa conjuntura nacional e num cenário local recheado de divergências históricas das esquerdas foi que transcorreu a campanha e a eleição para Prefeitura de Fortaleza.

2.7. A eleição de Maria Luiza Fontenelle à Prefeitura Municipal de Fortaleza

“Estava escrito nas Estrelas”³⁴

Como trilhamos nessas narrativas e nesses fragmentos de memória de alguns personagens, desde meados da década de 70, fortalece-se a luta política das terras cearenses, no dizer do poeta, no ‘chão sagrado’. Em Fortaleza e alhures, também a história se desenrolava conectada com o resto do país e mundo em busca da democracia e de seu fortalecimento. Na resistência ao Regime Autoritário e na luta pelo estabelecimento do Estado de Direito.

Nesse caldeirão sócio-cultural, políticos combativos, personagens anônimos, estudantes, intelectuais e artistas, operários e cidadãos de todos os matizes ideológicos se juntariam em Fortaleza. Alguns pelas ruas, nas concentrações, nas passeatas, nos atos públicos, nas escolas e universidades. Outros saindo dos cárceres. Todos unidos na medida das possibilidades de cada um; mas todos juntos no combate ao Estado de Exceção, naquela arena política em que se envolveram as diversas frações de classes, no campo da esquerda.

Assim na “loira desposada pelo sol” no dizer do poeta e que o escritor José de Alencar afirmou descender de uma Deusa que é Iracema, na quadra histórica em que estamos tecendo e compondo essas narrativas, o momento foi de intensa efervescência política com a redemocratização. Mobilizações históricas como a ocupação da Favela José Bastos, movimento Pró-anistia, Movimento da Jornada de Luta Contra a Fome, dentre outros, são exemplos da marca da ebulição do caldo cultural e política na Fortaleza da Gente.

No andar da carruagem histórica chegou-se a 1985, com acúmulo de experiências das lutas políticas, com as canchas do parlamento e com a mobilização da política de massas de notável importância. O Regime Autoritário ruína nos marcos que lhe foi possível com o arreglo das elites políticas já caracterizadas anteriormente, consubstanciada na longa transição da Aliança

³⁴ Esta canção disputou o Festival de Música de Popular Brasileira – MPB Shell em fins de 1985, promovido pela Rede Globo de televisão. A música cantada por Tetê Espíndola no festival tornou-se muito popular e logo seria escrita nos muros da cidade após a vitória de Maria Luiza Fontenele.

Democrática, com todas as amarras e cautelas possíveis da pós-distensão avançavam com todos os cuidados políticos.

No Congresso Nacional, no início de 1985, votou-se a Lei que devolveria a prerrogativa às capitais dos Estados de elegerem diretamente seus prefeitos, após 23 anos de prefeitos biônicos³⁵, em 1982, a eleição direta fora recuperada, mas somente para governadores estados. Estes, eleitos, por sua vez, indicavam os prefeitos das capitais. Somente em 1989, depois de muita luta e decepções foram à vez da eleição direta para presidente da republica.

Retomando o fio da historia recente da Fortaleza da gente, ainda naquele Carnaval que passou em fevereiro de 1985, entre confetes e serpentinas; pierrôs e colombinas, do que me pode ser selecionado à memória³⁶ – como observa POLLAK (1989) –, um bloco diferente foi para às ruas de Fortaleza. Tinha em seu estandarte, como emblema de sua bandeira: **DIRETAS PARA PREFEITO (a)**. A belíssima porta-bandeira a defender o samba, para muitos além de uma nota só, como não poderia deixar de ser era a Dep. Maria Luiza Fontenele. Nada mais amador no então incipiente marketing político. Havia sim em tudo isso um ingênuo amadorismo; todavia existia algo mais; um *feeling* do *métier* da lida de fazer a Política que logo seria confirmado em algumas outras atividades políticas e culturais.

O passo seguinte, ainda 1985 foi o ingresso em bloco do Grupo da Maria no PT conforme resoluções³⁷ dos congressos e orientação do Comitê Central do PRC. Essa entrada foi marcada por uma reconhecida desconfiança da direção local em face ao tamanho do grupo que era bem superior a estrutura do próprio PT-CE. O PRC local atuava na época com forte representação no movimento estudantil, no movimento popular, no movimento de mulheres e no movimento sindical. Estes segmentos sociais foram os que mais tiveram papel ativo na campanha política de Maria Luiza Fontenele para a prefeitura em 1985, além do mais o convívio desse grupo, com as demais forças de esquerda já era muito difícil, desde 1979, quando aqueles ainda estavam no PC do B.

Com o slogan “Construir o novo com o povo”, a campanha política de Maria Luiza Fontenele foi marcada pela relação umbilical com as atividades de mobilização de ruas, como também pela inédita e sensibilizante propaganda televisiva. Com apenas cinco minutos na televisão o

³⁵ Expressão cheia de humor que a população criou no Regime Autoritário para designar aos senadores e prefeitos indicados pelos caciques políticos e não eleitos diretamente pelos eleitores.

³⁶ Por trata-se de escrito mnemônico recorro a também a minha seleção de memória.

³⁷ Cfe. doc. cit.

PT junto com os “meninos do *marketing*” produziu um brilhante programa segundo os analistas e estudiosos do *marketing* político. Como resultado, além da vitória, também se constituiu um importante segmento como núcleo de poder durante a campanha político: “os militantes publicitários” (Cfe. CARVALHO, 1999, p.119).

Na produção do programa de televisão diversas técnicas de produção de imagens foram utilizadas. Uma das mais significativas e memoráveis foi o uso da música de Milton Nascimento/Fernando Brant, “Maria, Maria” que era muito popular à época. Nos programas televisivos da campanha eleitoral esta canção acompanhava Maria Luiza Fontenele nas imagens, mostrando-a atuante em greves e mobilizações populares. A produção do texto televisivo era baseada em roteiro prévio, recriado por Maria Luiza na ocasião das gravações. Tratava-se de uma técnica sofisticada e bastante utilizada nas campanhas políticas atuais conforme observou a socióloga e pesquisadora, Rejane Carvalho em sua Tese de Doutorado.

Nesses fragmentos mnemônicos apresentamos a seguir a narrativa da ex-prefeita Maria Luiza Fontenele que evidenciava, na ocasião, a estreita ligação com a luta dos professores e de outros setores populares com a estratégia e táticas da campanha eleitoral em 1985, conforme fragmento abaixo:

*Acompanhamos e apoiamos não só a greves, mas outras lutas do povo, como do meio rural. Fizemos uns dez programas de televisão acompanhando as lutas dos professores. No horário gratuito mostrávamos a passeata dos professores indo ao palácio do governo, a repressão policial, etc. Além disso, abrimos os espaços para que o próprio professor falasse e assumia o programa. Colocamo-nos ao lado dos trabalhadores rurais, denunciando a reforma agrária do Sarney.*³⁸ (Itálicos nossos)

Com a mobilização dos segmentos sociais já mencionados a campanha eleitoral registrou a participação de uma militância inédita nas eleições em Fortaleza marcando uma das mais belas campanhas políticas, de todos os tempos, realizadas no Ceará.

Assim combinando os elementos de sua trajetória pessoal e da singular conjuntura política nacional e local, além dos elementos das técnicas da mídia, eis que uma escalada fenomenal na história recente da política cearense, Maria Luiza Fontenele surpreendentemente derrota dois grandes pesos pesados na eleição municipal de novembro em 1985.

³⁸ Entrevista de Maria Luiza Fontenele ao jornal **Fazendo o Amanhã**, Dez. 85, p.11.

A Aliança Democrática (PMDB/PFL) nessa eleição esfacelou-se em Fortaleza. De um lado, o PMDB lançou como candidato a prefeito, o então Deputado Federal Paes de Andrade com o apoio total do PC do B, PCB e outros. No campo do PFL apontou-se também o Deputado Federal, Lucio Alcântara, ex-prefeito biônico de Fortaleza e depois Senador da República pelo PSDB.

Favas contadas diziam os analistas políticos da ocasião, a disputa e a polarização política estavam entre ambos, isto é, no âmbito da Aliança Democrática. Não foi o que de fato aconteceu ao serem abertas as urnas, ainda naquela sexta-feira, dia 15 de novembro de 1985 até o domingo dia 18 com a virada memorável de Maria Luiza Fontenele.

Apontar-se-ia, logo depois, com algumas pichações nos muros da ‘Fortaleza da Gente’ que “estava escrito nas estrelas”. Maria Luiza Fontenele tornar-se-ia a 1ª mulher a ocupar o cargo de prefeita da capital do Ceará: e mais inédito ainda, por um partido de esquerda como o PT.

Em novembro de 1985 a cidade de Fortaleza vivenciou uma inesquecível festa popular. Foi um dia histórico. Domingo, 18 de novembro do dia de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1985. Domingo de missa, de praia, de céu de anil e de futebol. Todavia aquele domingo seria um dia diferente para cidade para além dos atrativos de nossa já moderna província. Foi a euforia do “Dia da Virada”. Os jornais daqueles dias – inclusive os dos Sul do País – noticiariam desse modo aquele momento histórico da população fortalezense.

Só uma vez na vida Fortaleza assistiu uma festa como aquela do dia 17 de novembro, quando terminou na cidade a apuração dos votos desta eleição 85. Foi em 1970, na conquista do campeonato mundial de futebol no México, em plena ditadura Médici. Agora o povo saiu às ruas, inundou praças e praias de Fortaleza para comemorar a maior zebra eleitoral do país a vitória da petista Maria Luiza Fontenelle na prefeitura da quinta maior cidade brasileira.³⁹

Também não era para menos tamanha festa do povo de Fortaleza, depois de mais 20 anos sem eleições diretas para prefeito os eleitores fortalezenses retornaram às urnas. O resultado das eleições municipais foi surpreendente à cidade e ao país. A deputada estadual Maria Luiza Fontenele do Partido dos Trabalhadores, derrotara a política dos coronéis e seus prepostos elegendo-se como a primeira prefeita na história política da capital cearense.

Se a eleição de Maria Luiza Fontenelle causou *frisson* na história da política cearense. Por sua vez o período de três anos de administração municipal da prefeita Maria Luiza Fontenele, fora sob todos os aspectos e sentidos assaz polêmicos. Na história política recente de Fortaleza mui

³⁹ Jornal do Brasil Extra. Edição Especial. Dezembro de 1985. p.09

raramente se viu tantas e tão contínua dificuldades no exercício do governo municipal como a autodenominada Administração Popular de Fortaleza (**APF**). Nos três anos de administração foram imensos e intensos os enfrentamentos político-ideológicos internos e externos.

A intensidade do burburinho das ruas com manifestação das mais diversas foi uma constante por todos os três anos de administração municipal. De 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 1988, continuamente foram inúmeros episódios que evidenciaram as intrigas e as animosidades dos personagens, e que marcaram, sobretudo a trama da administração municipal, naqueles anos que com certeza abalaram Fortaleza. A espetaculação dos acontecimentos políticos foi a tônica desse período supracitado. Toda essa gama de vicissitudes fez desses três anos de administração um período intensamente conturbado, particularmente na sua política educacional, alvo principal de nosso trabalho de pesquisa.

Assim fechava-se um ciclo histórico que assinala para uma genealogia da **APF**, bem como dos seus elementos constituintes e mnemônicos. Em outras palavras, os já mencionados *jogos de força* que a condicionaram, os cenários e os personagens num mosaico histórico, lugar onde a linearidade esteve ausente, nas memórias e silêncios de seus personagens.

No próximo capítulo trataremos dos três emblemáticos e polêmicos anos da Administração Popular de Fortaleza.

3. A PARTICULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA: “UM CORPO ESTRANHO” NO PODER DO ESTADO

(...) os problemas de Fortaleza não serão resolvidos nos limites da administração municipal. A partir daí, assim como fizemos na campanha, vamos denunciar os aspectos da realidade local que estão relacionados com a política da Nova República e, por isso mesmo, permanecem sem solução.

Maria Luiza Fontenele

Assim, a vitória de um projeto de administração popular nas eleições municipais expressa a responsabilidade pela direção de um importante aparato do Estado em um quadro político no qual as relações de poder e dominação de classe permanecem inalteradas em sua essência.

Marcos Rolim

A ideologia dos eventos, a produção dos acontecimentos e suas regras de legitimação constituem espaços que conformaram a tessitura política social da Administração Municipal da Prefeita Maria Luiza Fontenele. Não é por acaso, que o setor jornalístico enquanto produtor de opiniões e imagens vai marcar de forma decisiva esse confronto permanente de oposições, discursos freqüentes de defesa e acusação que evocam a imagem de um julgamento.

Irllys Barreira

Neste capítulo apresentaremos a síntese histórica da **APF** com os mais significativos acontecimentos do período administrativo (1986–1988). Nessa reconstituição histórica apoiando-nos especialmente nas matérias jornalísticas, ligando a história à memória da administração municipal, pois como bem assina Paul Veyne (1998) *a história é filha da memória*.

Nesse percurso reconstitutivo e mnemônico, as narrativas nas seções que se seguem evidenciam as situações políticas que mais suscitaram a controvérsia na polêmica trajetória histórica da **APF**, ao longo dos seus três anos de duração.

3.1. A história da APF: Os três anos que abalaram Fortaleza

3.1.1. Ano de 1986 – Expectativas gerais, rupturas e crises sucessivas

O ano de 1986 foi marcado pelas expectativas de todas as ordens, nos mais diversos sentidos. O mundo aguardava o surgimento do Cometa Halley nos céus. Os brasileiros esperavam ansiosamente o tetracampeonato na Copa do Mundo de Futebol, no México. No campo da política, a eleição dos representantes para os trabalhos da Assembléia Constituinte gerava um clima de expectativa para o país. Os fortalezenses, além de todas essas outras expectativas, aguardavam ansiosos a nova administração na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Dessa forma, em 1º de janeiro de 1986, teve início a Administração Popular de Fortaleza com expectativa geral da cidade para a posse de Maria Luiza Fontenele. “*Meu Deus, eu pareço a noiva do tempo!*” (O POVO, 02.01.86. p. 04) exclamou a prefeita eleita para os jornalistas que acompanhavam seus preparativos para a solenidade de posse.

Ainda em dezembro de 85, antes mesmo de tomar posse, Maria Luiza Fontenele, numa entrevista, apresentaria com esta frase contundente as premissas da **APF**: “[...] *romper não só com a política que vinha da nova República, mas com o continuísmo que vinha da velhíssima República*”.⁴⁰

Dois anos depois, noutra momento, já rememorando o 1º ano de gestão a prefeita Maria Luiza Fontenele resumiria: “*Como em toda ruptura passamos por um período de definição, vivenciando boicotes e confrontos tensos, especialmente logo no primeiro ano de administração*” (O POVO, 31.31.88. p. 05)⁴¹. Essa simbologia da ruptura constituiu-se no fio condutor de toda a gestão, de maneira que os confrontos políticos foram de todas as ordens possíveis como demonstraremos com as evidências posteriores.

Nas páginas dos jornais da cidade, ainda em dezembro de 1985, evidenciavam-se a expectativa dos meios políticos cearenses. Publicada na coluna Política do jornal O Povo, esta matéria aponta algumas apreensões com os primeiros momentos da **APF**.

⁴⁰ Entrevista de Maria Luiza Fontenele ao jornal **Fazendo o Amanhã**. Dez. 1985, p. 11.

⁴¹ Também publicada no Jornal do Brasil em 30.01.88. p.23.

À medida que se aproxima o dia da posse da Prefeita eleita Maria Luiza Fontenele mais se especula sobre o quadro político deficitário em que se encontra a Prefeitura. A expectativa é de que dificilmente ela encontrará uma saída a curto de médio prazo para solucionar a avalanche de problemas que terá pela frente a partir do dia 1º de janeiro.

Muitos apostam no seu desgaste logo nos três primeiros meses, o que reverterá toda a euforia popular em torno de sua proposta para mudar os destinos da administração municipal [...] Ninguém sabe o que a nova administração fará para pagar a diferença salarial de novembro, as folhas de dezembro de janeiro e dos meses subseqüentes. Ninguém sabe como vão se comportar os professores que votaram em Maria Luiza, quando não receberem o salário em dia. (O POVO, 18.12.85. p. 02).

No princípio de 1986, o clima era de expectativa, alegria e desejo de fazer uma grande administração, de **construir o novo com o povo** como garantia o lema e *slogan* da campanha política. Os jornais da cidade também declaravam suas expectativas e esperanças. Após a festa da vitória, sendo que até mesmo os jornais do sul do país saudaram a posse da nova administração com entusiasmo.

Na edição do Jornal O POVO nos primeiros dias do ano de 86, ao folheá-lo encontramos a tradução da expectativa e da esperança. Com uma mensagem positiva, o seu editorial anunciava as grandes tarefas que cabiam à nova administração:

As modificações que o povo espera de sua Prefeita são viáveis. Em primeiro lugar, pôr ordem na casa e, em segundo, atacar os problemas da cidade. [...] A expectativa é generalizada. De nossa parte, não nos anima o menor propósito de desajudar a Prefeita, o que não se ajustaria à tradição deste jornal. (O POVO, 02.01.86. p. 06)

A autodenominada Administração Popular de Fortaleza não passou indiferente na História recente de Fortaleza. Para além do bem e do mal, esta quadra histórica continua na memória da população fortalezense. A administração municipal logrou a cada dia da gestão da Prefeita Maria Luiza Fontenele, colocar a cidade em estado de perplexidade e estupefação. No cotidiano dos noticiários das emissoras de rádio, de televisão e dos jornais eram apresentados os fatos políticos referentes à **APF**.

Um cenário carregado de crises e polêmicas. Este foi o indescritível e impensável panorama dos primeiros meses de administração como, de resto, não foi diferente do que se assistiu durante os três anos de **APF**.

As cenas parecem tomar formas em nossa memória enquanto folheamos as páginas já quase amareladas dos jornais do período, depois de quase 15 anos do episódio. Cenas impressionantes nas imagens da televisão mostravam montanhas de lixo que se espalhavam pelas ruas da cidade. Greves parciais nos mais diversos setores administrativos. Proposta de greve geral de todo o funcionalismo municipal. Greves de fome. Dívidas impagáveis e bloqueio de contas da Prefeitura. Dificuldades de relacionamento entre a **APF** e o Partido dos Trabalhadores. Calendários não cumpridos para o pagamento dos salários dos servidores municipais já parcelados em acordos anteriores. Por tudo isso, por toda a sorte de fatos político-administrativos inusitados é que podemos afirmar mais uma vez que a principal característica da **APF** foi a polêmica.

Antes mesmo de iniciada – ainda em dezembro de 1985 –, a Administração Popular de Fortaleza, novamente confirmou-se a inclinação para os rachas da esquerda brasileira, tão bem tematizada por GORENDER (1987) e SILVA (1987).

Conforme documento⁴² consultado no momento em que se gestavam e acomodavam-se as forças políticas para compor os cargos na Administração Municipal deu-se um novo racha na força de esquerda que deteve hegemonia política durante a campanha da prefeita Maria Luiza Fontenele. Com este novo fracionamento político, surgia o PRO – Partido da Revolução Operária – dissidência do PCR. A Prefeita Maria Luiza acompanhou a nova fração, juntamente com Jorge Paiva, Célia Zanetti, Rosa da Fonseca, dentre outros.

Esse fato político, ao nosso olhar, teve repercussões em quase todas as esferas administrativas. Há evidência, pelas tramas políticas e conflitos que se seguiram a esse episódio, que ele foi um fator significativo para existência de inúmeros conflitos políticos e equívocos administrativos por todo o período da **APF**.

Ainda que não possibilite uma compreensão de todo do processo histórico da **APF** é inegável que ele tem uma significação vital na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele. O desenrolar dos acontecimentos ao longo dos três anos da **APF** só confirmariam a importância capital desse fato político. Não resta dúvida que a rede de conflitos e intrigas, ampliou-se com este episódio e foram acirrados tremendamente os *jogos de força* na esfera interna da Administração Municipal.

⁴² Documento: manifesto clandestino do Partido da Revolução Operária (PRO).

Como se não bastassem os inúmeros conflitos internos no Partido dos Trabalhadores, os problemas e as disputas ideológicas com o governo estadual e federal foram igualmente incomensuráveis.

O ano de 1986, o primeiro ano da **APF** foi como uma tormenta cotidiana. A conjuntura política local e nacional apontava inúmeras dificuldades políticas. A eleição de Maria Luiza Fontenele, em 15 de novembro de 1985 representou a primeira ruptura do esquema oligárquico rural dos coronéis no quadro da política cearense. A segunda, sem dúvida, com efeito dar-se-ia com a vitória eleitoral de Tasso Jereissati em 1986 e sua ascensão ao Governo do Estado, em 15 de março de 1987.

O fenômeno da eleição da então deputada estadual Maria Luiza Fontenele, pelo PT, portanto, teve na sua gênese o símbolo do *novo*, de cisão com o velho. Este processo de rupturas daria as cores e o tom político-administrativo de toda a gestão da **APF**.

Dessa forma, na esfera externa as dificuldades foram igualmente portentosas, consubstanciadas nas relações difíceis com o Governo do Estado – à época sob o comando de Gonzaga Mota do PMDB -, e com o Governo Federal, na gestão do presidente José Sarney. Desde, ou muito antes, dos primeiros dias de gestão, prenunciava-se os imensos embaraços que estariam à frente da **APF** ao longo de três anos de gestão.

Os obstáculos a serem enfrentados eram sabidamente imensos pelos novos gestores. De um lado, alguns problemas de natureza interna já mencionados. Sabia-se da inexperiência na seara administrativa face à inexperiência da maioria dos dirigentes petistas na administração pública. Os resultados logo nos primeiros meses foram sentidos em relação a esse campo.

Em meio à grande expectativa, a população aguardava as primeiras providências administrativas para a cidade. Os problemas da Fortaleza cidade herdados pelas administrações anteriores eram sabidamente enormes. Funcionalismo com três meses em atraso. Dívida pública impagável. Máquina administrativa carregada, emperrada e viciada no clientelismo.

O impacto na sociedade fortalezense, conforme assinalamos fora marcante com tantas questões polêmicas. Os jornais locais após o entusiasmo das primeiras edições voltaram-se contra a forma e os métodos relativos à governabilidade da **APF**.

A conquista do poder municipal, logo após o período dos generais- presidentes, na capital do Ceará, onde a política dos coronéis imperava há longos anos, por si só, já se constituiria num feito memorável na história da esquerda brasileira. Por outro lado, sem embargo, foi através da gestão político-administrativa que a **APF** notabilizou-se, ganhou simpatizantes, adeptos, dissidentes, adversários e afins.

Em menos de um mês de gestão da **APF**, evidenciava-se a instalação do caos administrativo em Fortaleza. Herdeira de uma dívida impagável acumulada das administrações anteriores, a **APF** viu-se paralisada por greves parciais em quase todos os setores da administração municipal, que reivindicavam o pagamento salarial de três meses de atraso da gestão anterior.

Uma greve de funcionários públicos municipais ligados ao saneamento e à limpeza pública deixou vários locais da cidade cheia de lixo. As ruas esburacadas com a chegada das primeiras chuvas representaram outro grave problema de infra-estrutura na cidade. O atraso do funcionalismo de três meses de salários gerou descontentamento generalizado, com perspectivas de desdobramentos imprevisíveis. A solução da **APF** apresentada para a solução do problema foi uma proposta de uma greve geral do funcionalismo municipal.

Nesse episódio, temos evidências de que a **APF** acabou por aglutinar o problema das dívidas salariais das administrações anteriores, encampando um pleito por recursos federais, na forma de empréstimos ou a fundo perdido, apoiada na greve geral da Prefeitura de Fortaleza.

A ofensiva da **APF** foi logo delineada e desencadeada. O apoio às greves, solucionar o problema de pagamento dos salários em atraso e eliminar a ociosidade da máquina administrativa configuraram a estratégia contraditória com a qual a prefeitura se defrontou nos primeiros dias de gestão.

A estratégia de transferir a problemática para a esfera do Governo Federal e reconhecer a justeza do movimento grevista constituiu-se na 1ª iniciativa da **APF**. Nas assembléias dos funcionários em greve, a prefeita Maria Luiza Fontenele argumentava na negociação com a apresentação do déficit da folha de pagamento e as possibilidades acionadas para obtenção dos recursos. Com pouco mais de 15 dias de administração municipal, os jornais anunciam a estratégia da **APF**.

Greve Geral na Prefeitura dia 21

Os servidores municipais decidiram ontem deflagrar greve geral no próximo dia 21, às 17 horas, na Praça do Ferreira, como forma de pressionar o Governo Federal. No mesmo dia será entregue à prefeita Maria Luiza Fontenele um abaixo-assinado da campanha que os grevistas vão promover: “Sarney, 500 bi já” [...] A liberação de recursos para o pagamento das diferenças de novembro e dezembro e o décimo - terceiro é a principal meta dos servidores (O POVO, 17.01.86, p. 01).

No editorial do jornal Diário do Nordeste, aparece uma sinalização de temor com a perspectiva do caos administrativo na Prefeitura Municipal de Fortaleza, apontando para uma possibilidade de enquadramento constitucional da prefeita Maria Luiza Fontenele, no episódio da possível greve geral do funcionalismo público municipal.

Da calamidade à anarquia

Com reconhecida experiência que tem em movimentos grevistas, tanto sabe o PT como a Prefeita de nossa capital, que as pressões quando não são legítimas, enquadram-se no grupo de fenômenos que formam o processo subversivo, ou seja, a atividade política marginal, fora da lei, clandestina (DN, 18.01.86, p.02).

É sintomático que rapidamente um grupo de vereadores na Câmara Municipal tenha articulado o primeiro pedido de cassação de mandato da Prefeita Maria Luiza Fontenele. Na edição do dia seguinte, o mesmo jornal Diário do Nordeste publica em suas páginas.

Um grupo de vereadores de Fortaleza começou a articular o pedido de decretação da intervenção na Prefeitura, em fevereiro, com base no artigo 200 da Constituição Estadual, caso persista a situação atual na administração municipal. Eles justificam o pedido com base no item “V” daquele artigo, que considera motivo de intervenção quando ‘forem praticados na administração municipal atos subversivos ou de corrupção’ [...] Para o pedido da decretação bastam 11 assinaturas (DN, 19.01.86, p. 04).

De modo mais persuasivo, conforme podemos examinar no fragmento a seguir, o jornal O POVO, em editorial de 1ª página reage desta maneira à estratégia político-administrativa da APF, assegurando, ou advertindo que o caos fatalmente se instalaria na cidade. Há indícios que, logo após o alerta do jornal, a proposta tenha sido colocada de lado pelo comando de greve e Maria Luiza Fontenele tenha mudado de estratégia política:

O presidente Sarney tem se caracterizado pelo espírito de compreensão e tolerância, típico dos que abraçam e vivenciam os ideais da democracia. [...] Consagra no trato da questão social os postulados da negociação em clima capaz de assegurar os direitos e as prerrogativas das partes [...]

Por tudo isso, não se justifica que a Sra. Maria Luiza Fontenele, prefeita de Fortaleza, pretenda ir à presença do presidente Sarney, no próximo dia 23 para pedir ajuda ao município, com uma retaguarda de greve de todos os serviços municipais. (O POVO, 18.01.86, p. 01).

De acordo com a leitura dos jornais locais nos dias seguintes, a propalada greve geral acabou não acontecendo. A prefeita Maria Luiza Fontenele, conforme relatam os jornais, peregrina por vários ministérios em Brasília à cata de recursos financeiros. Segundo os jornais, a prefeita dirigiu-se também às embaixadas da Líbia e da União Soviética com os mesmos propósitos.

Na audiência com o presidente Sarney, foi recebida juntamente com o Governador do Estado Gonzaga Mota, que também solicitava recursos para o pagamento de atraso do funcionalismo estadual. Ambos receberam promessas de liberação de recursos financeiros.

Todavia, as verbas não chegaram ao erário municipal, sob a alegação de falta de recursos orçamentários do governo federal. Nesse momento histórico, o governo Sarney, por sua vez, enfrentava graves dificuldades econômicas e políticas, com a escalada inflacionária cada vez maior. Para enfrentar tais problemas econômicos, o Governo Sarney lançou mão do Plano Cruzado⁴³ no final de fevereiro de 1986.

A estratégia política de confronto com o governo federal a princípio não surtiu efeito. As estratégias administrativas desenvolvidas no curto prazo, com o intuito de saldar as dívidas a partir de empréstimos com bancos particulares revelaram-se insatisfatórias. A solução foi a renegociação da dívida da prefeitura das administrações anteriores e a apresentação de um calendário de pagamento dos salários do funcionalismo municipal.

Ainda sobre o episódio das greves nos primeiros meses da **APF** é importante assinalar as disputas entre o Grupo da Maria (ex-PRC e agora PRO) e o PC do B, que podem ser evidenciadas nessa série de matérias com o vereador Francisco Lopes do PMDB.

⁴³ Plano econômico heterodoxo lançado pelo Ministério da Fazenda, sob a gestão do Ministro Gilson Funaro. Em março, naquele pós-carnaval de 1986, o Brasil passaria a ter outra moeda: o cruzado, após décadas de cruzeiro.

Nessas matérias, no primeiro mês de gestão, o jornal Diário do Nordeste apresentava-se como o principal porta-voz da oposição, fazendo coro aos opositores da APF falando-se a uma possível cassação do mandato da prefeita recém-eleita.

O vereador Francisco Lopes enfatizou que a interpretação dada pelos petistas sobre uma possível cassação de Maria Luiza não passa de má-fé pois o que foi dito é que ela estaria infringindo dispositivo constitucional e que isto poderia ocasionar uma cassação.

[...]

Lopes denunciou a manipulação da greve dos servidores pelos assessores da prefeita que formaram à revelia da categoria, um ‘comandão de greve’ e que este não defendia os interesses dos servidores, mas sim da prefeita. Para ele, a posição dos petistas, notadamente de Rosa da Fonseca, que agora acha que os serviços essenciais não devem parar, é puro oportunismo, pois antes de assumirem o poder o comportamento era completamente diferente (DN, 23.01.86. p. 06).

A polêmica com o vereador Francisco Lopes prossegue, com a resposta da Prefeita Maria Luiza, que faz uma série de acusações ao edil, o que reflete, mais uma vez, a *disputabilidade da memória* acerca da APF.

Lopes rebate acusações e diz que prefeita é incompetente

O vereador Fco. Lopes, do PMDB, rebateu indignado, as acusações da prefeita Maria Luiza e de vários petistas, segundo os quais o PMDB estaria fazendo o jogo da direita ao tentar inviabilizar a administração municipal. [...] ‘Ela tem consciência de que é impossível conseguir dinheiro a fundo perdido para pagamento do funcionalismo, mas seu objetivo é tumultuar e criar um clima que leve à desestabilização do Governo da Nova República e enfraquecimento do PMDB que tem ainda um importante papel histórico (DN, 29.01.86, p. 06).

Aqui julgamos oportuno apresentar a narrativa de um dos representantes da União das Comunidades da Grande Fortaleza, que apoiava a prefeita Maria Luiza Fontenele, pois evidencia mais ainda a noção de *disputabilidade da memória* e disputa pelo poder daquele período.

As greves eram oportunistas porque a gente via. No caso da Fundação de Serviço Social, nós acompanhamos o processo da Fundação. Essa fundação passou grande parte do tempo, mais em greve do que trabalhando. As greves eram puxadas oportunamente por algumas lideranças do PC do B e até de direita, que não acreditava e não acredita até hoje que a Prefeitura de Fortaleza caiu nas mãos de uma pessoa progressista, honesta e inteligente que tem um trabalho nesta cidade desde a sua época de deputada.⁴⁴

Outra ideia polêmica apresentada desde a campanha política foi a proposta de administrar com os conselhos populares. As dificuldades foram tanto dentro do PT, como fora deste.

⁴⁴ Narrativa de um diretor da União das Comunidades da Grande Fortaleza *apud* BARREIRA (1992b, p. 123).

Com várias posições a respeito do caráter dos conselhos populares refletindo as diversas tendências internas do partido, a proposta acabou não se concretizando, correspondendo a uma primeira frustração de campanha da **APF**. Apesar da não concretização da proposta, a idéia causou controvérsias no campo do movimento popular, traduzindo-se na oposição da FBFF, sob a hegemonia do PC do B, quem em nota publicada no jornal O POVO expôs o seu posicionamento: “A Prefeitura devia respeitar a autonomia e a organização da entidade de moradores e não criar conselhos populares importados de outras culturas, querendo impô-las de forma arbitrária e tradicional” (O POVO, 19.01.86. p.08).

Outro episódio marcante no primeiro ano da **APF** foi o levantamento da situação real da Prefeitura Municipal de Fortaleza com relação ao quadro dos funcionários públicos da Administração Municipal de Fortaleza: o **Dossiê Fortaleza Nunca Mais**.

A publicação do Dossiê que relatava os desmandos administrativos das administrações anteriores gerou mais polêmica junto ao funcionalismo municipal. As medidas administrativas tomadas pela **APF** como o recadastramento do funcionalismo e a proposta de parcelamento dos salários atrasados também acirraram os ânimos, especialmente, dos funcionários municipais que ficaram mais propensos às greves.

O editorial do Diário do Nordeste sob o título: *Do dossiê a sujeira*, apresenta a sua apreciação sobre os primeiros três meses de gestão de Maria Luiza Fontenele. Com esse título bastante sugestivo, o jornal relaciona o problema do acúmulo do lixo com a resposta da **APF** em relação ao clientelismo das administrações anteriores.

Ineludivelmente, a documentação levantada pelos patrulheiros petistas da Prefeitura de Fortaleza era, e ainda é, uma arma de defesa. Destinava-se, ou destina-se, antes de tudo, a proteger não só a atual administração, particularmente, a vida pública (e até mesmo privada) da Prefeita Maria Luiza [...] Enquanto o tempo passava, as ruas da cidade iam ficando mais sujas e os problemas se agravavam em todas as áreas [...] Flagrada em sua impotência para resolver o problema, a Prefeita teve de recorrer ao dossiê, como manobra divisionista visando desviar a atenção do público para os rumorosos fatos de um escândalo em grande estilo (DN, 16.03.86, p. 02).

Como podemos visualizar acima, o clima mais e mais se acirrava com a publicação do dossiê por parte da **APF**. Um clima de animosidade irrompeu-se em toda a administração municipal.

À respeito das tensões provocadas pelo dossiê, registramos as seguintes narrativas coletadas na entrevista realizada com o 1º Secretário de Educação, padre Haroldo Coelho e com a prof^ª. Fátima Mesquita. Nessas duas narrativas podemos perceber as repercussões do dossiê na

Secretaria de Educação do Município e, certamente, na execução da política educacional da **APF**.

*O dossiê era mais do que justificado; mas eu acho que foi algo precipitado. A gente deveria ter feito com mais conhecimento. Ora foi sabotado. Esse negócio de nome que saiu e que deu problemas. Aquilo foi a propósito. Foram nomes infiltrados, eu não tenho nem medo de afirmar. Se havia funcionários lá, gente grande que foi capaz no tempo do ex-prefeito César Neto de falsificar a assinatura do prefeito. Mas os erros contidos no dossiê não invalidavam o documento. Mas, a prefeita Maria Luiza teve a honestidade de dizer: estamos dispostos a revisar se saiu algum erro. Mas o documento era mais que justificado. Na Secretaria de Educação, alguns funcionários estavam em Brasília; outros no Rio Grande do Sul. Isso eu vi com documentos não foi coisa inventada pela imprensa não.*⁴⁵

Noutra entrevista, o relato de memória da professora Fátima Mesquita aponta outros aspectos circunstanciais em volta do marcante episódio para a história da APF e de sua política educacional. Em sua narrativa, ela assinala as implicações geradas no dia-a-dia da Secretaria de Educação do Município com a publicação do dossiê, conforme se evidencia neste fragmento:

*Alguns estavam assessorando as prefeituras do interior; mas viviam aqui. Algumas pessoas foram citadas e algumas injustamente. Houve erros. Aí a pessoa que fez o dossiê lá, que era apoio, que era uma pessoa muito respeitada, que era Terezinha Farah. Era uma técnica de educação especializada e querida passou a ser execrada no grupo. Então foi horrível pra ela. Foi horrível para pessoas porque criou um sentimento de perda, de traição. Foi tão complicado aquilo né!. E foi assim tiveram alguns erros e a gente não sabe se foi a Terezinha responsável por estes erros. Eu acho que não foi. E ela não podia se explicar porquê estava com o nome dela como responsável. E aí, foi uma confusão que até hoje a gente não sabe como foi essa história.*⁴⁶

O fato é que o documento divulgado com bastante estardalhaço na grande imprensa apresentou as inúmeras irregularidades administrativas herdadas das gestões anteriores à **APF**. Disfunções de todos os tipos como acumulação ilícita de cargos, sobrecarga de hora/aula, licenças para fins alheios ao interesse público, lotação de professores do quadro municipal em escolas conveniadas mais caracterizadas como escolas privadas e outros abusos administrativos foram arrolados no dossiê.

⁴⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2001, na residência do reverendo em mais de 02 horas de lembranças do generoso Padre Haroldo Coelho.

⁴⁶ Entrevista realizada em abril de 2000, na UFC, por cerca de uma hora e meia com a Prof^a. Fátima Mesquita, liderança do Movimento dos Professores, em Fortaleza, nos anos 80 e militante da tendência do PT: **O Trabalho**.

A publicação do dossiê foi uma das iniciativas que mais gerou atritos com funcionalismo municipal. Na área da Secretaria de Educação, foi um problema que ganhou grandes proporções e deixou o relacionamento bastante tenso entre os funcionários, como ficou demonstrado nas narrativas da Prof^a. Fátima Mesquita e do primeiro secretário de educação Padre Haroldo Coelho.

Por outro lado, as greves contínuas em diversas secretarias e autarquias foram também outro grave problema da **APF** no primeiro ano de sua história. A greve de funcionários públicos incluindo os serviços ligados ao saneamento e à infra-estrutura da cidade representou um dos principais, com qual a prefeitura teve que se defrontar ao longo da administração. Um balanço retrospectivo do primeiro ano da **APF** realizado pelo jornal O POVO destacou em sua retrospectiva anual o que ficou mais marcante na população:

Greves curtas, de longo prazo indeterminado, 'brancas', trabalho em forma de rodízio e também ameaça de deflagração de uma greve geral o que geraria um colapso total na administração de Fortaleza são os fatos que marcaram o cotidiano no decorrer do ano de 1986 (O POVO, **Caderno Retrospectiva**, 31.01.86. p. 03).

BARREIRA & FERNANDES (1991) nas suas considerações sobre o relacionamento da **APF** com o funcionalismo público municipal fazem as seguintes observações em que apontam as dificuldades existentes no período.

Além das diferenças político-ideológicas, a relação entre PMF e servidores foi permeada de embates em que as questões salariais eram destacadas. Com baixos salários, os servidores desencadearam uma onda de greve sem precedentes na história da Prefeitura, que atingiu o IJF, a Secretaria de Educação, FSSF, A SUMOV, entre outros órgãos. Para ilustrar esse fenômeno, a FSSF em apenas um ano de administração (1986 a fevereiro/87) enfrentou um total de 149 dias de greve, inviabilizando o atendimento às comunidades e a operacionalização do órgão (BARREIRA & FERNANDES, 1991, p.115).

A prefeita Maria Luiza Fontenele em entrevista ao fazer um balanço administrativo da **APF**, nas páginas do Jornal O Povo, em 1987 e 1988 respectivamente, rememora nessas narrativas o ano de 1986, particularmente crítico para sua administração, referindo-se à herança recebida das administrações anteriores.

Seria impossível nós revertermos esse processo em apenas um ano de administração, particularmente, não só por conta da herança maldita que nós recebemos em termos de dívida financeira, mas também do ponto de vista do número excessivo de funcionários e uma máquina emperrada (O POVO, 18.02.87, p. 04).

Noutra narrativa já no último ano de governo, a prefeita Maria Luiza Fontenele amplia o leque de dificuldades da **APF** conforme podemos observar nesse fragmento:

Encontramos a Prefeitura em situação monstruosa e sabíamos que não poderíamos contar com os recursos via apadrinhamento, como acontece com os outros prefeitos. Além disso, alinhada com o governo federal, a Câmara dos Vereadores, que comandava os favorecimentos na escolha de uma rua a pavimentar ou de novo posto de saúde, ao perder os privilégios, ficou avessa à Administração Popular (O POVO, 31.01.88, p. 05).⁴⁷

Estes dois momentos a auto-avaliação da prefeita Maria Luiza Fontenele são muitos “suspeitos” para servirem como uma avaliação. Nem sempre sobressai a autocrítica. Dessa forma, buscamos outras fontes de avaliação do 1º ano da **APF** nas páginas dos jornais da cidade, para evidenciarmos a *disputabilidade da memória* sobre o período em foco.

No início de 1987, o jornal O POVO publicou uma série de artigos que avaliaram o primeiro ano da **APF**. Nessas análises, uma equipe de articulistas do Jornal O POVO, os jornalistas mais renomados do periódico apontaram os principais equívocos cometidos pela prefeita Maria Luiza Fontenele em sua gestão.

Francisco Lima em: **As duas Marias**, observou que: “um ano depois se vê que a Maria do palanque era melhor que a Maria do trono”. (O POVO, 11.01.87, p.07).

Temístocles de Castro e Silva assinalou que: “Maria vive no círculo da ideologia, sem trocar idéias com os mais experientes e sem escolher auxiliares pela competência”. (O POVO, 11.01.87, p.07).

Pádua Campos destacou uma série de erros políticos como a hostilidade dos vereadores, os estímulos às greves e a falta de recursos, por fim, observou que: “os erros clássicos cometidos por Maria Luiza decorrem de sua inexperiência do Executivo, sua e do pessoal do PT, que se perdeu em muitos casos, quando se viu de posse de cargos” (O POVO, 11.01.87. p.07).

A jornalista Adísia Sá foi mais contundente e sublinhou em seu artigo: **Honestidade só, já não basta**, cujo fragmento transcrevemos abaixo:

Perdeu-se Maria Luiza na Administração. Ela nunca administrou coisa alguma, perdeu-se nos labirintos do palácio [...] Fortaleza não tem uma administração eficiente, pragmática, competente. Mas tem no Paço uma mulher cuja honestidade de vida não foi questionada. (O POVO, 11.01.87, p.07).

⁴⁷ Também publicado no **Jornal do Brasil** em 30.01.88.

No primeiro ano da **APF**, as evidências como podemos observar pelas análises colhidas nas páginas dos jornais do período, foi marcado por muitas dificuldades administrativas. Todas as iniciativas políticas geraram polêmicas, em especial, a publicação do dossiê e o enfrentamento político com a Câmara Municipal de Fortaleza.

3.1.2. O ano de 1987 – Divergências políticas com o PT e um relativo êxito administrativo

Em 1987, a Administração Popular de Fortaleza experimentou um relativo sucesso administrativo, ao lado da persistência das intrigas internas do PT, que davam continuidade aos *jogos de força* resultantes das eleições do ano anterior.

A **APF** mesmo sem apoio do Governo do Estado inovar ao realizar, com o apoio das prefeituras da Grande Região Metropolitana, um grande mutirão de limpeza de Fortaleza. Na área de saúde reequipou o maior hospital municipal de Fortaleza, o IJF. No setor de transportes municipais, reaparelhou a Companhia de Transportes Coletivos, a CTC, e ainda recuperou a malha viária com a pavimentação das principais ruas e avenidas. No campo das finanças públicas, providenciou uma racionalidade administrativa e fez um acordo de rolagem da dívida municipal. A prefeita Maria Luiza, nessa narrativa relembra os primeiros momentos difíceis e o relativo êxito do 2º ano da **APF**.

No primeiro ano nossa posição era de um boxeador juntos às cordas do ringue, defendendo-se de um ataque que parecia tornar iminente o nocaute. No segundo ano, graças ao mérito de resistir e de mostrar – honesta e que não concilia com a corrupção -, tivemos condições de trabalhar (O POVO, 31.01.88, p.05).⁴⁸

Apesar de um relativo êxito na área administrativa com a renegociação das dívidas da prefeitura, no campo político, aumentaram as divergências no âmbito do PT. Todo o processo do ano eleitoral de 1986 e a continuidade das desarmonias entre as diversas tendências políticas no interior do partido, também, em muito contribuíram para os atritos. A prefeita Maria Luiza Fontenele em entrevista ao Jornal O POVO reporta-se a esse momento complicado: o relacionamento sempre difícil no namoro com petistas.

⁴⁸ *Idem.*

Essas divergências agravaram-se porque, em 86, vivenciávamos um ano eleitoral. Ora, ao invés de facilitar o processo de unidade, esse ano eleitoral serviu para agravá-lo. Não podemos hoje esconder: os conflitos agravaram-se não só no âmbito da administração, os nossos opositores (dentro do próprio PT) foram virulentos ao nos atacar, e aí assumimos uma nova postura (O POVO, 31.01.88. p.05).⁴⁹

Nos primeiros dias de 1987, explode nas páginas dos jornais o “Caso dos Coronéis”. O episódio faz crescer a crise interna e a ebulição das divergências entre as lideranças da **APF** e do Partido dos Trabalhadores. A cúpula do partido e os principais assessores de Maria Luiza Fontenele são envolvidos nesse rumoroso episódio. Nas folhas dos periódicos, mais uma vez, são retratadas as intrigas e *jogos de força* como podemos observar nos fragmentos desta matéria:

A prefeita Maria Luiza Fontenele, Gilvan Rocha, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, Manuel Fonseca Secretário de Saúde do Município e o ex-vice-primeiro-presidente do PT, Willian Montenegro poderão ser expulsos da agremiação, caso sejam confirmada as denúncias de Antônio Amorim candidato não-eleito, a deputado federal. Eles são acusados em nota assinada por Amorim e mais de 15 mil militantes petistas, de terem recebido 140 mil cruzeiros e um carro de som dos coronéis durante a última campanha eleitoral (O POVO, 07.01.87. p.06).

A prefeita Maria Luiza negou qualquer envolvimento com o episódio. Apesar de negar seu envolvimento, após a constituição de uma Comissão de Ética do partido para apurar o caso foram tomadas algumas providências. A começar por uma advertência à prefeita Maria Luiza Fontenele e pelo afastamento de 11 membros do Diretório Regional do PT e cinco suplentes todos ligados ao ex-presidente do PT – Gilvan Rocha.

Os diversos problemas de relacionamento de Maria Luiza Fontenele com o Partido dos Trabalhadores datavam desde a sua entrada na legenda ainda em 85 para ser candidata do partido às eleições municipais, mercê das divergências internas das diversas tendências que se movimentavam no interior do PT. Durante toda a gestão municipal, as dificuldades só fizeram se avolumar em progressão geométrica, culminando com a saída dos principais dirigentes do partido e a expulsão da prefeita Maria Luiza Fontenele no último ano de administração, em 1988, como veremos na seqüência da narrativa.

Os embaraços são novamente sinalizados num encontro partidário para discussão sobre essas dificuldades de relacionamento do partido com a administração municipal. Nesse encontro, que tinha por objetivo de aparar as arestas existentes, um dos personagens mais eminentes do governo municipal, Prof. Américo Barreira, então vice-prefeito criticou acirradamente a **APF**.

⁴⁹ *Idem.*

Suas avaliações foram publicadas numa matéria do Jornal O POVO e causaram um grande mal-estar na administração. Observemos na matéria publicada, a que nível se encontrava a tessitura das intrigas e as divergências internas.

O vice-prefeito Américo Barreira manteve a sua opinião crítica: [...]. Questionou a existência de 'administração popular' em Fortaleza, dando como exemplo o desempenho da atual gestão nos setores de educação e saúde "que não fazem nada de criativo, a não ser imitarem o modelo dos governos federal e estadual" (O POVO, 15.02.87. p. 03).

Noutro momento de avaliação da **APF**, persistiam as controvérsias sobre o relacionamento do PT com a administração. Exemplo disso aconteceu no início de 1988, no debate amistoso sobre as experiências e dificuldades do governo municipal, realizado pelo Jornal O POVO e o Jornal do Brasil. O referido debate suscitou tantas polêmicas, que levou o então presidente do PT, deputado estadual João Alfredo à imprensa. O parlamentar considerou infundadas as críticas sobre o relacionamento dos petistas com a **APF**, e acerca das divergências que teriam acontecido em 1986, conforme matéria abaixo:

Na qualidade de Presidente Regional do PT, afirmo que as críticas feitas pela Prefeita Maria Luiza em matéria divulgada no Jornal do Brasil e no O POVO, dia 31 de janeiro, sobre o relacionamento dela com o Partido dos Trabalhadores são injustas, inoportunas e descabidas. João Alfredo justifica ainda a sua declaração de que as críticas da prefeita são injustas e inoportunas, afirmando que os principais órgãos citados por ela na reportagem, como sendo os que deram melhor resposta administrativa são dirigidos por militantes petistas. "todos eles implantaram uma visão político-administrativa do PT. É o caso de Mário Cavalcante na CTC, José Vital, no FRIFORT e Mário Mamede, no IJF (O POVO, 31.01.88. p. 05).

Há evidências de que a resposta do presidente do PT, dep. João Alfredo, no jornal O POVO deve-se à avaliação feita pela prefeita Maria Luiza Fontenele acerca do relacionamento com o partido, como já citamos anteriormente, ou seja, a declaração publicada no jornal quando da realização de um debate sobre os dois primeiros anos da **APF**.

Esse fórum em questão sobre a Administração Municipal foi promovido pelos dois jornais já citados, constituindo-se um dos momentos significativos da história da **APF**. Nele, foram apontadas com toda clareza as limitações e as potencialidades do grupo de administradores que tinham chegado ao Executivo Municipal.

As discussões contaram com a presença da prefeita Maria Luiza Fontenele, de lideranças significativas da sociedade e dos principais assessores da prefeita em Fortaleza. A mesa foi composta pelo representante da Igreja Católica, Dom Edmilson Cruz – Bispo Auxiliar de Fortaleza, da Universidade Federal do Ceará, o Reitor Hélio Leite e do empresariado,

Amarílio Macedo representando o Centro Industrial do Ceará – o CIC. As três lideranças confrontaram suas ideias com a prefeita Maria Luiza Fontenele e seus colaboradores. Os debates tiveram o objetivo de realizar um balanço dos dois anos de Administração Popular de Fortaleza.

À despeito dessa nova intriga interna com os parlamentares petistas nessa trama que permeou os *jogos de força* de toda a **APF**, os interlocutores presentes no debate foram críticos, mas justos com a Administração Municipal. O balanço feito pelos representantes dos diversos setores da sociedade fortalezense, apesar de algumas críticas pontuais, foi equilibrado e eqüitativo.

O representante da Igreja Católica, Dom Edmilson Cruz, reconheceu uma série de equívocos administrativos ao longo do primeiro ano de administração, mas, por outro lado, constatou também a coerência entre o discurso e a prática da **APF**. Segundo o Bispo Auxiliar de Fortaleza, a Igreja estava bastante impressionada com essa coerência.

As palavras do representante da Igreja Católica, em tom pastoral, absolveram a administração municipal ressaltando, sobretudo, o compromisso da **APF** com o discurso e a prática, conforme podemos observar nesses fragmentos do Jornal O POVO.

Aqui, a proclamação tem coerência. Há uma coerência que deve ser destacada, sublinhada e enfatizada entre o discurso e a prática. Isso é verificável e proclamável, sem possibilidade de contradição. E são visíveis a persistência e a constância na manutenção deste processo, que neste debate foi amplamente explicado. Não há cansaço, não há descanso, não há derrota que possa mudar essa tenacidade. A administração busca reconhecer o povo como povo, como agente de seu próprio desenvolvimento (O POVO, 31.01.88. p.05).⁵⁰

Enquanto Dom Edmilson reconhecia a coerência da prática com discurso e elogiava a resistência com que a equipe da prefeita vinha sustentando sua linha de ação administrativa, o empresário Amarílio Macedo mencionava a **APF** como exemplo de “seriedade, honestidade e da competência”, que deveria servir de modelo para as demais prefeituras do país, embora tenha cobrado de Maria Luiza Fontenele “uma posição ideológica menos exclusivista”.

Por sua vez, o reitor da UFC, Prof. Hélio Leite destacou “a tarefa heróica” da prefeita que arrebatou com o sistema clientelista e empreguista dos governos anteriores e citou como inovador o mutirão de limpeza de Fortaleza realizado com a ajuda das prefeituras da Grande Região Metropolitana de Fortaleza.

⁵⁰*Idem.*

Os principais assessores da prefeita Maria Luiza Fontenele em suas declarações foram bastante esclarecedores e rememoraram os primeiros dias da **APF**. As narrativas deles evidenciam a revelação de um equívoco significativo, que já havia sido revelado pelos desacertos iniciais da administração municipal, mas ainda não reconhecidos publicamente, o que é digno de nota de ser lembrado neste trabalho.

Primeiro o assessor especial da prefeita Maria Luiza Fontenele, Jorge Paiva foi incisivo em suas afirmações neste debate. Desse modo, sua narrativa resumiu e rememorou, à guisa de memória heróica⁵¹, assim os primeiros dias e os momentos difíceis vividos pela **APF**. “*Ganhar eleições e assumir a prefeitura foi como arrebentar a cerca e de se ver diante da fera*” (O POVO, 31.01.88. p.05).⁵²

De maneira mais clara ainda, assinalou as limitações na área do planejamento administrativo e as principais tarefas do início da **APF**. Naquela ocasião, Jorge Paiva demonstrou que houve um forte choque entre ideal e ação.

Não tínhamos sequer planejamento, durante a campanha não acreditávamos que íamos ganhar [...] Tínhamos que dar passos concretos. E isso significou superar a questão financeira e o problema do lixo. E também, operar as reformulações dos órgãos da administração, corrigindo os desmandos de governos anteriores e promovendo uma reforma administrativa (O POVO, 31.01.88. p.05).⁵³

O Plano de Ação de Governo afinal acabou sendo elaborado em 1987. Foi basicamente apoiado nos dois seminários populares – um deles realizado ainda antes das eleições, em 1985. O segundo seminário foi realizado no início de 1986, reunindo lideranças do movimento popular e do movimento sindical, especialmente a categoria dos professores, e ainda diversos técnicos em vários campos de conhecimento que construíram o caminho da participação popular. As ideias aí surgidas serviram de subsídios para o plano de governo municipal.

Já as afirmações do Secretário de Finanças, Dalton Rosado no debate foram bastante esclarecedoras, com relação à situação em que encontraram a administração municipal, o que foi feito e ao que era esperado pela população de Fortaleza.

⁵¹ Vide VASCONCELOS, José Gerardo. **A memória em Construção**: sonho, silêncio e esquecimento dos militantes de esquerda no Brasil autoritário. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC em 19.08.97.

⁵² Também publicado no **Jornal do Brasil** em 30.01.88.

⁵³ *Idem*.

Conforme matéria do Jornal O POVO, sobre a situação financeira da prefeitura, o Secretário de Finanças Dalton Rosado afirmou que depois de dois anos, embora a dívida não tivesse ainda sido paga, ela foi redefinida.

O Secretário de Finanças assinalou ainda que Fortaleza tinha sido a primeira capital dos estados brasileiros a ter sua dívida rolada de maneira racional, de modo a poder ser resgatada em período compatível com acumulação de receita, que poderia crescer ainda mais, com a esperada reforma tributária. Relembrou a reforma administrativa que permitiu a redução para 24 mil contracheques, sem que fosse feita uma demissão em massa, somente pondo-se enfim a destacar apenas às irregularidades encontradas. Por fim, com alguma racionalidade, relembrou o primeiro ano da **APF**.

Ganhamos a eleição com uma proposta avançada, o que significou que a insatisfação era grande. Por isso, precisávamos de racionalidade e moralização para procurar mostrar nossa capacidade administrativa e, assim, nos credenciarmos também como projeto político. Estava claro que isto passava obrigatoriamente pela solução destas questões financeiras (O POVO, 31.01.88. p.05).⁵⁴

A postura da prefeita Maria Luiza Fontenele no debate foi a de rememorar as dificuldades e confirmar a disposição para reverter a situação do primeiro ano de administração. Segundo as suas afirmações, ficaram evidenciadas as propostas fundamentais da Administração Popular de Fortaleza. Vejamos suas declarações, publicadas no jornal O POVO, nos primeiros dias de 1988.

Criamos a consciência de que os problemas existentes a nível do município têm uma outra dimensão em suas origens, ressaltando o conceito de cidadania do fortalezense; reforçamos o conceito de defesa do patrimônio ecológico, inibindo a ação da especulação e destruição protegendo os manguezais ao longo do Rio Cocó; e criamos o hábito de debates e avaliações.⁵⁵

Apesar de todo esse relativo sucesso administrativo, a **APF**, no ano seguinte, seria sucumbida por inúmeras e sucessivas crises. No ano de 1988, o último ano de administração foi que os problemas se avolumaram em todas as áreas; houve atrito, nos flancos internos e externos, cujos resultados levariam a imagem da **APF** a ser reconhecida como um verdadeiro “desastre administrativo”.

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.*

3.1.3. O ano de 1988 – O triste epílogo da calamidade pública

O último ano da **APF** foi o mais marcante e polêmico de todos os três anos de administração. O ano de 1988 realizou-se as eleições para a sucessão de Maria Luiza Fontenele. Eleições gerais para prefeituras e câmaras municipais, com vistas à renovação dos mandatos dos vereadores e prefeitos em todo país.

A prefeita Maria Luiza Fontenele ao deflagrar sua campanha sucessória para a prefeitura e ao apresentar como seu candidato, o Secretário de Finanças, Dalton Rosado, conseguiu acirrar ainda mais a disputa interna no PT, que já vinha bem quente desde o princípio da **APF**. A nova ruptura era eminente com todos os requintes das intrigas internas dos partidos de esquerda. Os expurgos são comuns nestes episódios. O desfecho já era esperado nos *jogos de forças* partidários.

Em abril de 88, a prefeita Maria Luiza Fontenele e mais 19 pessoas integrantes do grupo de atuação clandestina – o PRO – foram expulsos do PT. Depois se filiaram ao PSB e ao PH. Como consequência dessas escaramuças internas no Partido dos Trabalhadores, grande parte do 2º escalão e do secretariado da prefeita Maria Luiza Fontenele solicitou a exoneração de seus cargos, com graves repercussões administrativas.

Com efeito, para exposição do episódio recorramos ao editorial do jornal O POVO para rememorar alguns pontos daquele episódio. O editorialista observa dessa maneira a nova polêmica da **APF**:

Vendavais administrativos

Os fortalezenses recordam ainda a primeira fase da administração da prefeita Maria Luiza. [...] A cidade viveu grandes transtornos, antes que a engrenagem começasse a funcionar a contento. Somente aos poucos, os novos dirigentes de repartições foram estabelecendo seu ritmo de trabalho. [...] Eis que, na semana passada, eclodiu violenta crise política. De repente, setores do PT descobriram que já não podiam tolerar a convivência com o grupo ligado à Prefeita e houve o rompimento traumático. A cidade acompanhou incrédula o duelo das facções. Agora está apreensiva. Esfacelou-se a máquina administrativa e ninguém sabe quais serão as consequências (O POVO, 02.05.88 p.06).

Nos meses seguintes, apareceram mais dificuldades, que se estenderiam até o final da **APF**. Na área externa, pingou a gota da água que faltava para o caos administrativo total. Depois de toda a renegociação da dívida relativa aos empréstimos das administrações anteriores, o problema retomou com a cobrança dos bancos credores. Para saldar essas dívidas, as contas da Prefeitura de Fortaleza foram bloqueadas. A partir daí, generalizaram-se as greves em quase todos os setores; quando chegou setembro de 1988, Fortaleza esteve ameaçada por um colapso total dos serviços municipais. As ruas voltaram a se encher de lixo.

Num apelo dramático, a edição do jornal O POVO, em editorial com título: **Fortaleza pede socorro**, o periódico expõe a gravidade do momento, onde nas linhas é apresentado o agravamento da situação da Prefeitura Municipal de Fortaleza, cujo teor reproduzimos nesse fragmento:

A situação é por demais grave para que não haja uma movimentação de todos os segmentos da sociedade em favor de uma saída capaz de atender aos interesses prioritários da população. Urge, pois, que o Estado e Município se dêem as mãos, deixando de lado qualquer diferença de ordem político-ideológica, imbuindo-se unicamente do espírito público que deve presidir as ações de quem detém tais responsabilidades (O POVO, 24.09.88. p.06).

Contudo, a situação político-administrativa só se agravaria mais ainda nos últimos meses da **APF**. Num último gesto que simbolizou a agonia final na condução da administração municipal, a prefeita Maria Luiza Fontenele decretou Estado de Calamidade Pública na cidade. Em Carta Aberta à população, em 23.12.88, publicada em todos os jornais da cidade a gestora municipal expõe todas as dificuldades administrativas, desde o início da gestão em 1º de janeiro de 1986. Os principais parágrafos da carta transcrevemos no fragmento abaixo:

Governo Federal provoca colapso financeiro na prefeitura

Desde janeiro de 1986, quando assumimos a Prefeitura temos lutado incansavelmente em favor do melhor para nosso povo cearense (...). O povo de Fortaleza está diretamente atingido pelo bloqueio dos recursos da Prefeitura, está também atingido pelo desgoverno da Nova República.

(...)

Solidário com nossa gente e com a responsabilidade que nos confere o cargo de dirigente da cidade é que decretamos ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, no sentido de criar prerrogativas para solução de problemas urgentes de nossa urbe, bem como, alertar as autoridades para o crime que se comete contra uma população de quase 2 milhões de habitantes.

(...)

Vamos resistir, lutar e denunciar até que um dia surja uma nova ordem, surja o verdadeiro novo construído pelo povo (O POVO, 23.12.88. p.06).

Apesar de todas as resistências, denúncias e lutas ao longo dos três anos, os resultados foram pífios. A decretação do Estado de Calamidade Pública significou a expiação final da **APF**. Marcado pela polêmica, o derradeiro episódio não poderia deixar de representar a sua marca maior do fracasso político-administrativo da administração. A governabilidade reduziu-se ao limite zero. Todas as articulações políticas revelaram-se ineficazes. O desgaste político das forças de esquerda foi enorme com a experiência político-administrativa vivenciada pela **APF**.

As evidências históricas apontam as principais motivações para o insucesso da **APF** como sendo resultado do “sectarismo político” do Grupo de Maria e da “inexperiência administrativa” de seus principais assessores. Contudo, nem tudo resultou em fracasso. Fontes consideradas imparciais apontam algumas das contribuições da **APF** à frente da Prefeitura Municipal.

Ao final de 1988, nos últimos dias da **APF** são publicados alguns editoriais interessantes nos jornais O POVO e Diário do Nordeste. Em suas linhas e entrelinhas ambos fazem uma análise retrospectiva que realizam um balanço da história da administração.

Reproduzimos, inicialmente, um editorial que teve um tom ameno. O editorial de O POVO reconhece as dificuldades encontradas, bem como, algumas iniciativas importantes efetivadas ao longo da **APF**.

Mas nem tudo foi errado na Administração Popular. Maria Luiza assumiu com o caos financeiro e administrativo instalado. O recolhimento do lixo já era precário. A buraqueira das ruas só seria evitada com serviços de infra-estrutura (esgotos, drenagem). Essas premissas, ainda que atenuantes, não a isenta da responsabilidade direta do agravamento dessas questões. Mas há méritos que não se pode esquecer. Em Maria Luiza, a moralidade no tratamento da coisa pública não foi apenas um discurso, foi prática reconhecida. Consciente da inevitável transitoriedade do poder, não se tornou arrogante. Soube conviver com a crítica. Jamais deixou de prestar contas.

(...)

Em termos administrativos, não se caracterizam como fracassos os desempenhos, do IJF, da CTC, do FRIFORT e do IPM (O POVO, 23.12.88. p.06).

Noutro editorial, de O POVO, publicado no dia 30.12.88, podemos perceber que uma análise mais crítica é efetuada. Em suas linhas, além da proclamação dos êxitos, é assinalada, acima de tudo, a capacidade de produzir polêmica e o sectarismo de seu agrupamento político. Uma análise cristalina e fiel às evidências históricas que marcaram toda a história da **APF** e de seu polêmico período administrativo, está expressa no editorial:

Festival de incoerências

A controvérsia não poderia deixar de estar presente ao encerramento da auto-intitulada Administração Popular, como de resto fora sua característica marcante ao longo de sua breve gestão. Se, por um lado, Maria Luiza conseguiu colocar a administração pública dentro de um novo patamar de racionalidade, moralização e transparência, pondo fim à estrutura arcaica e fisiológica que dava corpo à Prefeitura Municipal, terminou por jogar fora esse patrimônio positivo com uma controvertida atuação política que levou ao seu isolamento e facilitou a atuação de forças politicamente interessadas em seu insucesso. Uma prova está no fato de que o bloqueio financeiro a que foi submetida a Prefeitura, apesar de provocar indignação de vários segmentos sociais, não resultou numa política solidamente articulada para desfazê-lo, com o respaldo orgânico da sociedade. E a culpa de tal insucesso pode ser debitado tranqüilamente ao sectarismo político do grupo que sempre auxiliou a Prefeita (O POVO, 30.12.88. p.06).

O balanço administrativo da **APF** sublinhado pelo jornal O POVO, como observamos, apontava para alguns pontos relevantes, tais como: a racionalidade administrativa, a moralização da coisa pública e a transparência como ‘patrimônio positivo’. Todavia, tais finalidades, segundo o editorialista, foram reduzidas ao pó pelo radicalismo no campo político. Este é um ponto mais significativo que também é apontado no editorial do DN.

No editorial do Diário do Nordeste, outro enfoque é dado ao angustiante final da **APF**. A opinião do jornal, reconhecidamente, ligado às forças conservadoras e produzindo as posições mais elitistas da cidade, não era de se esperar outra avaliação da gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele.

Portanto, para editorial do DN, a caracterização da **APF** é a do desastre administrativo causado pela inexperiência dos auxiliares da prefeita e o aspecto ideológico da administração, conforme este fragmento:

A prefeita, cujo mandato está expirando, realizou uma gestão desastrosa, porque não dispunha de material humano capacitado de ajudá-la e se insulou em um hermetismo ideológico, representado por um partido clandestino – O PRO – recusando entendimentos com quaisquer outros partidos ou segmentos representativos da sociedade. Em virtude dessa orientação, a prefeita chegou ao extremo de chocar-se com o partido que a elegeu, do qual foi expulsa, passando a administrar exclusivamente com os elementos do PRO, mais empenhado em agitar os segmentos sofridos da massa popular do que identificar e resolver os problemas de Fortaleza. (DN, 24.12.88, p.02).

Como bem assinala THOMPSON (1991 : 37), é preciso “*deixar falar as fontes que desnudam mais as evidências que a melhor das interpretações*”. À luz dessas fontes, em linhas gerais, como já sublinhamos anteriormente, o traço mais significativo dos três anos de **APF** foi a polêmica. Por esse motivo, as iniciativas positivas, apesar de nominalmente citadas, foram praticamente esquecidas nas páginas dos jornais que escreveram a história da **APF**.

As evidências apontadas pelo ritmo da síntese narrativas foram notáveis. As dificuldades foram potencialmente aumentadas pela natureza da condição de adaptação ao poder. O mais grave problema, a nosso ver, foi a mudança de ambientes: da oposição para à situação.

A origem dos principais sujeitos históricos que fizeram a **APF** teve lugar nos movimentos sociais reivindicativos, no esteio da democracia direta e participativa, em contraposição às instituições democrático-representativas do Estado.

Por tudo isso, as lideranças da **APF** partiram para uma postura bastante rígida quanto à negociação com as demais forças políticas, situando basicamente o seu poder de fogo nas pressões da mobilização popular. Esta perspectiva que deixou a questão da governabilidade sempre estável nos três anos e simbolicamente situou a **APF** como “um estranho no ninho” (BARREIRA, 1992b, p.38), na esfera da política tradicional.

Nessa exposição, as narrativas e memórias – as minhas e dos demais narradores, bem como, as apresentadas nas matérias dos jornais e de alguns documentos, permitem integrar acontecimentos numa única perspectiva histórica contextualizando-os no tempo e no espaço. Na particularidade evidenciada pela história da **APF**, contudo, é preciso lembrar-se da assertiva de BENJAMIM (1987) que diz: *articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo.* (BENJAMIN, 1987, p.224).

No capítulo seguinte, continuamos a nos apropriar dessas reminiscências, agora voltando nossas atenções mais propriamente para a política educacional da **APF**.

4. A POLÍTICA EDUCACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA

A escola tem de ser voltada para a comunidade. Não tem cabimento uma escola que não prepara o aluno para a vida dentro de sua realidade. O PT conta com nomes muitos conceituados em educação, como Paulo Freire, e uma experiência nova será implantada no setor.⁵⁶

Maria Luiza Fontenele

A nossa proposta de Educação Popular tem como prioridade a ALFABETIZAÇÃO, entendida como um processo de aprender bem a ler e a escrever, desenvolver o raciocínio matemático, além de possibilitar uma leitura crítica da realidade.⁵⁷

II Seminário Fortaleza da Gente

Neste capítulo apresentaremos a história da educação da **APF**. De um lado, com base na memória documental da política educacional explicitaremos a constituição das principais linhas e diretrizes programáticas da área educacional. De outro lado, apoiado nos relatos e narrativas apresentadas nas entrevistas que realizamos e, ainda no material coletado nas páginas dos jornais, seguiremos a linha da trama que nos forneceram os elementos constitutivos mnemônicos da própria história da Administração Popular de Fortaleza.

Dessa forma, nas seções que se seguem, através de documentos oficiais, matérias jornalísticas e narrativas de alguns importantes personagens, destacaremos, sobretudo os episódios mais significativos para a história da educação municipal da **APF**.

4.1. Por uma História da Educação da Administração Popular de Fortaleza

Ao longo dos três anos de **APF** a Secretaria de Educação do Município foi dirigida por quatro secretários de educação. Ao nosso exame, essa alta rotatividade dos dirigentes municipais foi um fato significativo para a compreensão dos fatores que contribuíram para a elaboração e consolidação de uma política educacional para o município de Fortaleza nesse período. Não resta dúvida que essa descontinuidade administrativa, além de outros fatores, certamente, influenciou a política voltada para a Educação, conforme veremos mais adiante.

⁵⁶ 1ª entrevista coletiva da prefeita Maria Luiza Fontenele. O POVO, 18.11.85. p.02.

⁵⁷ Cfe. doc. **II Seminário Fortaleza da Gente**, jan.86, p.02.

O primeiro Secretário de Educação, Padre Haroldo Coelho não passou nada mais que dois meses à frente da Secretaria de Educação do Município. Sua indicação, conforme demonstram as narrativas colhidas em entrevista⁵⁸ com o ex-Secretário e as evidências históricas revelaram-se numa estratégia política equivocada do Partido dos Trabalhadores, pois logo ele seria indicado como pré-candidato do PT nas eleições do Governo do Estado, em 1986. Nessa narrativa, ele aponta os motivos de sua indicação para o cargo e os *jogos de força* na disputa interna do Partido dos Trabalhadores, na ocasião de sua indicação a pasta da Educação:

Nessa disputa eu estava lá no meu lugar. Aí então, começou dentro do PT uma luta de foice pelos cargos. E o cargo mais visado era o de Secretário de Educação. Então, o meu nome surgiu como Tertius para apaziguar. [...] agora não foi fácil [...] porque eu não queria mesmo [...] Eu disse: olha, eu fiz essa campanha toda. O que eu fiz para merecer isso? Um dia lá citaram meu nome e me procuraram. Então, o argumento forte era o seguinte: ‘Padre Haroldo você deu uma grande contribuição. Nós precisamos de uma outra contribuição. A sua escolha resolverá o problema administrativamente. Então, é o momento de você mostrar serviço à causa dos trabalhadores’. Foi isso que me derrubou. Mas, isso foi uma discussão de uma semana. Ficaram lá em casa até 2 horas da madrugada. Eu disse: “o grande problema também é eu pedir licença ao Bispo”, pois um padre não pode exercer um cargo desses sem permissão, pois o cargo de Secretário de Educação também é político. Eu procurei os colegas padres para dizer a eles as minhas intenções.⁵⁹

Convencido politicamente pela cúpula do PT e depois de vencidas essas implicações canônicas junto ao arcebispo Dom Aloísio Lorscheider, Padre Haroldo Coelho toma posse juntamente com todo o secretariado em 1º de janeiro de 86. Na edição do jornal O POVO, logo em seguida à posse do novo Secretário de Educação, uma matéria destacava as linhas filosóficas e pedagógicas que seriam implementadas pela Secretaria de Educação do Município.

O projeto educacional da novíssima administração municipal de Fortaleza que ontem se empossou – já tem um *slogan*: ‘educar para libertar’. O Secretário da Educação, Padre Haroldo Coelho, está certo de que será possível, ao longo de três anos que durar o mandato da prefeita Maria Luiza Fontenele, transformar profunda e radicalmente o processo de ensino básico de primeiro grau, nesta que é a quinta maior cidade brasileira em população. Para alfabetizar – mas, principalmente, para por termo ao analfabetismo aqui – o Padre Haroldo não tem opção melhor: “vamos usar o método Paulo Freire”. Trata-se de um modelo pedagógico que já foi experimentado em vários países do mundo e cujos fundamentos o novo secretário conhece minuciosamente, porque pessoalmente participou dessas experiências na paróquia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, onde trabalhou durante algum tempo. (O POVO, 02.01.86. p.06).

As críticas pela indicação logo viriam a público pelas páginas dos jornais. Noutra matéria, o secretário indicado pela prefeita Maria Luiza Fontenele era apontado como um homem deslocado no ensino público municipal. A primeira crítica ao secretário partiu do vereador

⁵⁸ Entrevista realizada em janeiro de 2001, na residência do reverendo em mais de 02 horas de lembranças.

⁵⁹ *Idem*.

José Sidou do PMDB. Nas páginas do Jornal O Povo, encontramos registrada a primeira investida de um dos representantes do PMDB na Câmara Municipal de Fortaleza contra a APF. Na ocasião, o vereador oposicionista, criticou a escolha do primeiro Secretário de Educação, alegando não ter o mesmo qualquer consistência como podemos observar por estes fragmentos:

‘A administração do PT frente à prefeitura de Fortaleza começou decepcionando o professorado da rede municipal’, disse ontem, o vereador José Sidou (PMDB) também professor, referindo-se à escolha do Secretário de Educação do Município. Dizendo nada ter contra a pessoa do Padre Haroldo Coelho, o vereador disse que a decepção da escolha ficou por conta de não haver recaído em um professor do ensino do 1º ou 2º grau. [...] ‘pelo que sei, o escolhido, além de sacerdote, é professor universitário, e não é uma figura ligada ao 1º ou 2º grau, categoria que estará sob seu comando nos próximos três anos’ [...] (O POVO, 12.01.86. p.03).

Quando mais uma vez entrevistado pelo jornal O POVO, Padre Haroldo Coelho afirmou que à frente da Secretaria Municipal de Educação ele queria revolucionar. Assinalava que tinha um projeto próprio para a educação. E que a expectativa era a de inaugurar um processo novo no sentido de instalar uma educação popular. Assim assinalou o Padre Haroldo, em entrevista ao jornal, sobre seus projetos à frente da Secretaria de Educação.

A Secretaria será colocada à serviço dos marginalizados e dos oprimidos, pois a totalidade dos alunos da rede municipal vem de famílias operárias ou subempregadas [...] Não quero apenas que os alunos aprendam a ler e escrever, mas principalmente a pensar (O POVO, Segundo Caderno, 18.01.86. p.01).

Na entrevista ulteriormente mencionada que realizamos com Padre Haroldo Coelho sobre sua efêmera passagem na Secretaria de Educação do Município, o ex-secretário, ao rememorar aquele período à frente da secretaria, comentou seus sonhos, atropelos e problemas:

O meu grande sonho era o de desencadear um processo de educação a partir do ensino básico. Restaurar o ensino básico com o método Paulo Freire. Mas não era somente fazer um trabalho, somente aqui não. Mas, tudo isso foi atropelado. Mas eu queria fazer um trabalho com os colegas da Grande Fortaleza. Com o Secretário da Educação de Caucaia, e outros da Região Metropolitana. O meu projeto era esse. Mas havia tantos problemas (...)⁶⁰

A gestão do Padre Haroldo Coelho na Secretaria de Educação, a par de seus conhecimentos e suas experiências educacionais anteriores, como mencionamos, foi inexplicavelmente meteórica. Como ele mesmo ressaltou “tudo isso foi atropelado”. As evidências históricas apontam sua saída da Secretaria de Educação como mais um processo doloroso resultante dos *jogos de força* na disputa para indicação do nome a candidato a governador, nas eleições de 1986, entre as várias tendências internas do PT.

⁶⁰ *Idem.*

O nome do Padre Haroldo Coelho surgiu mais uma vez como Tertius, como fora, a sua indicação, para Secretário de Educação do Município. Lembremo-nos do que ele afirmou no relato sobre a sua convocação anterior, ou seja, de que ele foi o nome de consenso, que aplacava as intrigas das forças internas do partido ao indicar o seu nome da Secretaria de Educação. Todas as evidências nos fazem supor e interpretar nas entrelinhas que sua saída da pasta da educação municipal fora pelos mesmos motivos.

Na entrevista que realizamos com o Padre Haroldo Coelho, avaliando todo o período da Administração, para além do seu período como Secretário de Educação, ele apresentou uma avaliação sobre a experiência administrativa na Prefeitura. Ainda que aponte para o lugar comum da sabotagem e do boicote como interpretação para as dificuldades da **APF**, o Padre Haroldo avançou na análise, assinalando também como justificativa para os obstáculos da Administração, a inexperiência dos quadros petistas e a luta ideológica. Observemos sua narrativa nessa passagem:

Não resta dúvida que houve sabotagem e que muitas dificuldades foram criadas à Administração pelo PT e pelos outros partidos de esquerda, principalmente o PC do B. Eu sentia essa frustração de ver os partidos de esquerda fazendo uma oposição a uma experiência de um grupo de esquerda, mais radical do que o Presidente da República, que foi sempre líder do bloco militar, presidente da ARENA. Mas não resta dúvida que o poder da mídia também foi importante. [...] A política estava viciada. Na Educação tudo era clientelismo. Eu acho que essa semente não foi destruída. Mesmo os que combatem a Administração Popular reconhecem que havia seriedade. Vamos dizer que havia 80% de sabotagem e uns 20% pela inexperiência e pela luta ideológica⁶¹.

Padre Haroldo Coelho, como já destacamos, passou um período curtíssimo na Secretaria de Educação. Um mês e meio depois de sua posse, por motivos políticos eleitorais, ele decidiu desincompatibilizar-se a 14 de fevereiro de 1986. Sua renúncia ao cargo de Secretário de Educação do Município, para disputar a indicação na convenção do PT, de candidato a Governador, causou perplexidade nos meios políticos, conforme noticiaram os jornais do período.

A substituição do Padre Haroldo Coelho na Secretaria de Educação do Município, além de causar incredulidade a todos, em face do reduzido período de tempo dele à frente da pasta, foi motivo de ironia por parte do jornal Diário do Nordeste. O título da matéria apresenta jocosamente a nomeação do novo secretário de educação, em meados de fevereiro de 1986:

⁶¹ *Idem.*

Maria substituiu padre pelo ex-marido

O professor e ex-marido da prefeita Maria Luiza Fontenele, Dilmar Santos de Miranda substituirá o Padre Haroldo Coelho na Secretaria de Educação do Município. Padre Haroldo resolveu sair da pasta de Educação após ser convocado pelo presidente do PT a ocupar a cabeça de chapa do partido, na pré-convenção petista (DN, 18.02.86. p.06).

Na gestão do Secretário Dilmar Miranda o comando da SEM foi breve e bastante agitado. Os jornais do período dão conta de duas paralisações do professorado municipal. A primeira greve aconteceu logo após a sua posse em fevereiro, quando os trabalhadores em educação reivindicavam o pagamento do 13º salário – dívida da gestão anterior –, e a quitação dos salários do mês de janeiro. O segundo movimento grevista ocorreu no mês de maio. Naquele mês, os professores solicitavam o pagamento do piso salarial, que fora recém implantado pela **APF**, e uma das promessas de campanha para a categoria dos professores.

Estranhamente, o período do sociólogo Dilmar Mirando na Secretaria de Educação também foi bastante curto. Um breve período de cinco meses. Desse período que o novo secretário ficou à frente da SEM, podemos registrar como acontecimento significativo a assinatura de um convênio importante com a Fundação Educar. Tratava-se de um projeto de Educação Popular para adultos e adolescentes, que visava atingir 12 mil analfabetos a partir de 15 anos de idade.

Seguiu-se ao período do Secretário Dilmar Miranda à interinidade de um mês da educadora Lúcia Helena Granjeiro, técnica da própria Secretaria de Educação do Município. A escolha do novo Secretário, o quarto contado com a interina, recaiu sobre o filósofo e educador angolano Manuel Couto que, no início da **APF**, já tinha sido incorporado à Secretaria, como um dos assessores educacionais do Padre Haroldo Coelho.

Na gestão de Manuel Couto foi que tivemos realmente a produção da política educacional que estamos a relatar nessas linhas. Coube ao novo Secretário a maioria das iniciativas registradas na história da Educação da **APF**. As principais diretrizes educacionais foram elaboradas nesse período, conforme os documentos oficiais pesquisados.

A gestão do Professor Manuel Couto à frente da SEM, da mesma forma que a história do conjunto da Administração, foi caracterizada por assuntos polêmicos. Na edição do dia 18 de setembro de 1986, os jornais registram a posse do novo secretário de Educação do Município.

Das páginas de O POVO transcrevemos a matéria em que Manuel Couto aponta suas principais diretrizes e propostas na direção da Secretaria de Educação do Município.

Novo Secretário toma posse hoje

O novo secretário pretende em seu mandato valorizar os professores que realmente trabalham. Defender a escola pública e gratuita com boa qualidade, segundo ele, é uma das suas principais propostas. [...] O projeto de Educação Popular que a Secretaria irá implantar no início de outubro será empenhado em prol da participação popular, levando consequentemente o bem estar das comunidades periféricas de Fortaleza afirma Manuel Couto (O POVO, 18.09.86. p.06).

Como destacamos no 2º capítulo, a história da **APF** foi marcada por uma sucessão de conflitos internos e externos. Na Secretaria de Educação do Município, o acirramento dos conflitos relacionou-se diretamente com a chegada do 4º Secretário: o angolano Manuel Couto. Os sucessivos deslocamentos dos secretários de Educação do Município encontraram suas causas evidenciadas por esta ampliação dos *jogos de força* no interior da **APF**.

Na entrevista que realizamos com a professora Fátima Mesquita, nos seus registros de memória a mestra analisou assim o período do novo secretário, Manuel Couto, apresentando as dificuldades do secretário em relação ao diálogo. Observemos sua narrativa:

Depois teve o português. Depois veio o Manuel Couto com aquela rigidez tamanha. Segurou a peteca. Eu acho que depois que ele chegou lá e segurou a peteca. Ele vinha com milhares de idéias assim dele e tal. Mas ele tinha uma dificuldade enorme de dialogar com as pessoas, principalmente, com os funcionários antigos. O Dilmar Miranda era aquela beleza. Todo mundo adorando o Dilmar, mas também não encaminhava essas coisas todas. Gerencialmente era um problema. Mas, Manuel Couto era até muito organizado, mas cometeu muitos erros. Era essa coisa do medo do diálogo. De achar que os inimigos eram mais fortes e que iam vencer a administração⁶².

Os problemas de relacionamento foram a tônica da gestão do Secretário Manuel Couto. Essa rigidez e, fundamentalmente, essas dificuldades para com o diálogo, apresentadas como características do novo secretário trouxeram-lhe inúmeros problemas na Secretaria de Educação. Somando a isso, havia a tensão provocada pelo problema dos atrasos salariais da **APF**, como vimos no capítulo anterior, que redundaram em diversas crises na administração de Fortaleza. Uma dessas crises envolveu, diretamente, o Secretário de Educação do Município, Manuel Couto.

⁶² Entrevista realizada em abril de 2000, na UFC, por cerca de uma hora e meia com a Prof^a. Fátima Mesquita, liderança do Movimento dos Professores, em Fortaleza, nos anos 80 e militante da tendência do PT **O Trabalho**.

No final do mês de março de 1987 explode na Secretaria de Educação uma crise de outra natureza. A edição de 29.03.87 do jornal O POVO, publicou uma matéria que registra as dificuldades administrativas do novo secretário.

As técnicas da Secretaria de Educação do Município estão protestando contra o sistema de trabalho do titular da pasta, o angolano Manuel Couto. Consideram antidemocrático e ditatorial o método que emprega para executar o sistema educacional de Fortaleza (O POVO, 29.03.87. p.06)

Na mesma edição de O POVO, a então vereadora pelo PMDB e presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores de Fortaleza, Prof^a. Nildes Alencar faz sérias críticas à atuação do Secretário Manuel Couto à frente da SEM. Como podemos visualizar nesses fragmentos das páginas do periódico, a crítica reproduz as queixas das técnicas da Secretaria de Educação.

Esse Secretário quer transportar para Fortaleza uma realidade com que conviveu em Angola. Pretende implantar o ensino informal em uma estrutura integrada para dar fluxo ao ensino formal. Ele rejeita as formas democráticas do processo que envolve a ação conjunta e participativa da comunidade educacional (O POVO, 29.03.87. p.06).

Consideremos agora a resposta da **APF** ao episódio, na afirmação do Secretário de Imprensa Paulo Linhares, na edição do jornal O POVO, do dia seguinte, em que pontua os motivos para tanta polêmica em torno dos métodos administrativos do novo Secretário de Educação:

A reação da vereadora Nildes Alencar reflete a reação de um grupo de funcionários da Secretaria de Educação contra os privilégios antigos que foram cortados pela Administração Popular – afirmou o Secretário de Imprensa, o jornalista Paulo Linhares – ao refutar as críticas que a vereadora Nildes Alencar fez contra o Secretário de Educação, Manuel Couto. (O POVO, 30.03.87. p07).

Encerrada a supracitada polêmica, uma nova controvérsia surgiria no mês seguinte. Para acirrar mais ainda os ânimos, os professores ameaçavam com uma nova greve. A motivação era o não cumprimento do calendário de salários atrasados já acertado na última negociação. O atraso dos salários do professorado mantinha uma média de três meses de retardamento, que vinha desde a administração anterior.

Numa atitude extrema em face ao não cumprimento da promessa de pagamento dos salários, os mestres ocuparam o prédio da Secretaria de Educação. Na ocasião, o Secretário de Educação, Manuel Couto, foi confinado a uma das salas do prédio, sendo somente libertado com a entrega dos contracheques aos funcionários da pasta.

O acontecimento foi um dos mais marcantes da história da Educação da **APF**. Consideramos este fato histórico por toda a sua riqueza de detalhes e impressões, como o que simboliza a natureza polêmica daqueles anos. A tensão entre os funcionários públicos municipais que já era bastante preocupante em todas as secretarias cresceu substancialmente com aquele novo inusitado fato político.

Em nota oficial nos primeiros dias de abril de 1987, publicada nos principais jornais a cidade, a prefeita Maria Luiza Fontenele comentou o episódio que envolveu o aprisionamento do Secretário Manuel Couto. Na nota delineia-se uma leitura real do quadro de dificuldades enfrentadas pela **APF** com relação ao desequilíbrio financeiro da Administração Municipal e conclamação para o diálogo com a sociedade civil. Nas entrelinhas, contudo, outra vez, buscou-se reverter a situação, deslocando o eixo do problema e a resolução deste para as esferas estadual e federal. Reproduzimos quase na íntegra a referida nota para que possamos avaliar o quadro em que se configurou nesse momento a grave situação da Secretaria de Educação do Município:

NOTA OFICIAL

Os recentes acontecimentos envolvendo parcela dos professores municipais e o secretário de Educação do Município, prof. Manuel Couto, revelam o grau de angústia, necessidades e dificuldades por que passam os educadores e os dirigentes da Administração Pública Municipal, no que concerne à grave crise financeira ora em curso.

Os fatos, embora eivados de um nível de agressão pouco recomendável, serviriam para: a) demonstrar o compromisso e a solidariedade do sr. Secretário de Educação, na medida em que se coloca ao lado destes e da Administração Popular, na busca de soluções, demonstrando claramente que não há contradições entre a luta pelos interesses dos professores e a luta dessa mesma administração por recursos financeiros; b) alertar, a nível nacional, para a necessidade de uma urgente providência de efeito emergencial e duradouro, que solucione o desequilíbrio financeiro da municipalidade; c) mobilizar segmentos representativos da sociedade, tais como: Parlamentares da Assembléia Legislativa e Câmara dos Vereadores; Ordem dos Advogados do Brasil – Ceará; Igreja Católica, na pessoa do Sr. Arcebispo de Fortaleza, Cardeal Aloísio Lorscheider; d) mostrar que só a população, servidores e administradores municipais mobilizados têm força política capaz de implementar as mudanças na nossa estrutura econômica/política/social.

(...)

Assumimos os possíveis erros e acertos na condução das negociações e atitudes tomadas. Consideramos que a aceitação por parte dos professores no recebimento dos salários de fevereiro/87 com o fim dos acontecimentos no prédio da Secretaria de Educação revela a correção do nosso encaminhamento, onde o diálogo substitui a repressão policial, tão comum aos governos ditatoriais até “novos republicanos”;

(...)

Acreditamos na superação dos problemas e juntos haveremos de mudar a caótica situação de vida do nosso povo e no caso presente, da situação de abandono da educação, razão primeira do alto índice de analfabetismo no Brasil.

Prefeita Maria Luiza Fontenele (O POVO, 04.04.87. p.03).

Como podemos observar pelos jornais de Fortaleza, a história da educação da **APF** seguiu o ritmo da polêmica. As dificuldades de governabilidade da prefeita Maria Luiza Fontenele foram bastante sentidas na Secretaria de Educação. Os atrasos salariais provocaram greves em todos os três anos de Administração e tiveram impacto considerável na operacionalização da política educacional, no cotidiano da escola, na relação entre os docente e Administração Municipal. Vale ressaltar que a troca sucessiva de secretários de educação também contribuiu significativamente para o desgaste da **APF**, bem como, atrapalhou a continuidade da política educacional.

Na seqüência, passaremos em revista as principais diretrizes educacionais constantes no programa de governo da Administração Popular. Os documentos pesquisados foram: Relatório do II Seminário Fortaleza da Gente, Educação Municipal: diretrizes para uma reflexão, Plano Operativo para a Educação Municipal de Fortaleza e os relatórios anuais da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

4.2. O Programa de Governo Municipal e a política educacional da APF: os complexos vínculos entre educação e política

O Programa de Governo da Administração Popular de Fortaleza apresentou o simbólico *slogan*: **Construir o novo com o povo**. Dessa forma, a diretriz básica sinalizava como questão fundamental da Administração Municipal a perspectiva de ruptura com o velho estilo de governo praticado pelas forças conservadoras que, anteriormente, estiveram à frente da prefeitura da cidade.

As linhas mestras norteadoras do programa da **APF** tinham por escopo “elevar o nível de mobilização” através da luta pelos direitos sociais dos trabalhadores. Nesse sentido, a mobilização funcionaria como fator de articulação entre o lugar específico do poder e demais espaços não institucionalizados, como apresenta o programa de ação de governo. “*No limite, a administração popular representa uma espécie de em oposição ao poder maior da sociedade, com possibilidade de influir e definir políticas públicas a favor das camadas populares*”.⁶³

⁶³ PMF, **Ação de Governo**. Fortaleza, 1987. p.02.

O Plano de Governo foi resultado da produção coletiva dos seminários denominados de Fortaleza da Gente, nos quais técnicos, intelectuais, associações de moradores e sindicatos discutiram diversas propostas nas áreas de saneamento básico, transporte coletivo, educação, planejamento urbano e finanças, para uma definição da plataforma de governo, ainda no período da campanha eleitoral.

Depois da posse, a nova Administração Municipal promoveu um segundo seminário, que tomando como base os diagnósticos e as propostas contidas no primeiro seminário partiu para a elaboração das diretrizes gerais da **APF**.

Em linhas gerais, o primeiro plano denominado **Ação de Governo, PMF (1987)** diferencia-se basicamente dos planos das administrações municipais anteriores pela escolha de prioridade à “participação popular”.

Os documentos que servem de fonte à história da educação da **APF** têm sua gênese nos seminários *Fortaleza da Gente I e II*. A seguir, nos deteremos mais detalhadamente nas diretrizes apontadas para o setor de educação, examinando o conteúdo dos documentos produzidos por aqueles seminários e outros produzidos posteriormente pela Secretaria de Educação do Município.

As propostas relacionadas à Educação que saíram do seminário *Fortaleza da Gente II* tiveram também com eixo central a idéia da participação popular, a perspectiva de uma educação libertadora e da elevação da consciência dos alunos filhos da classe trabalhadora.

A idéia de participação sugere a descentralização dos mecanismos de poder, de decisão e de recursos indispensáveis à construção de uma escola democrática. Isto significa que os caminhos da escola devem ser escolhidos pelos pais, alunos, professores e funcionários, respeitando os níveis de competência dos vários elementos que constituem a comunidade escolar.⁶⁴

Na entrevista realizada com o 1º Secretário de Educação Padre Haroldo Coelho, ele relata a relação entre seus propósitos à frente da SEM e os principais eixos do documento produzido no *Seminário Fortaleza da Gente I*.

⁶⁴ Cfe. Doc. **II Seminário Fortaleza da Gente**, 1986. p.01-02.

O documento do seminário veio ao encontro do que a gente já pensava. A linha dorsal era fazer uma administração popular. Popular no sentido de compromisso. A primeira atitude foi a gente criar os conselhos populares. Na Secretaria de Educação, o grande projeto era que, no sentido geral, a gente criaria os comitês para surgirem propostas ao programa. A gente visava a participação dos funcionários.⁶⁵

Noutro relato em que o esquecimento é peculiar visto como uma característica da outra face da memória, a narrativa da Prof^a. Fátima Mesquita também menciona esses aspectos da participação popular.

Eu não me lembro. Eu acho que eu li esse documento depois. Por incrível que pareça. Depois da euforia, daquele delírio que a gente só faltou morrer de emoção. Eu andei essa cidade inteira a pé sem sentir nada. Passou o delírio. Aí foi a luta contra tudo e contra todos. Então eu não tive tempo de ver esse documento [...] não tive tempo nem de me lembrar. Eu só sei assim o “PT vai governar com conselho popular” era a palavra de ordem [...] era uma bandeira nossa. Os conselhos de professores estavam colocados no movimento nacionalmente. Era um dos conselhos a serem criados.⁶⁶

Como podemos observar o projeto político do governo municipal da **APF**, incorporou os interesses dos trabalhadores em educação, procurando, fundamentalmente, enfrentar a situação de autoritarismo vigente na administração pública e apresentar uma proposta de educação popular com a proposta dos conselhos populares.

A ideia dos conselhos populares por razões diversas não foi implementada pela **APF**. Não houve consenso acerca das várias propostas apresentadas para discussão. A ideia causou polêmica dentro do PT, na Câmara de Vereadores, no movimento sindical e nas associações de moradores. Sem dúvida, este fato residiu numa das principais frustrações dos defensores e simpatizantes da **APF**.

Mas retornemos às origens dos documentos que alimentam a história da educação da **APF**. Vejamos a narrativa da Prof^a. Fátima Mesquita, referindo-se à campanha de Maria Luiza Fontenele:

Então o que aconteceu, teve a greve e emendando com a greve teve o seminário. Então os professores foram participação maciça neste seminário. Então os professores se sentiam assim donos da candidatura da Maria Luiza. Por que? Porque no encerramento da greve veio o seminário. Era como se realmente estivéssemos elaborando o nosso projeto.⁶⁷

⁶⁵ Entrevista com Pe. Haroldo Coelho já mencionada em nota anterior.

⁶⁶ Entrevista com a Prof^a. Fátima Mesquita já mencionada em nota anterior.

⁶⁷ *Idem*.

Os relatórios dos seminários Fortaleza da Gente I e II serviram como base para todo o processo de discussão que a **APF** manteve com os trabalhadores em educação, nas escolas e na SEM, durante todo o período da Administração Municipal. Nesses documentos, foram assinalados os seguintes princípios básicos: **a democratização, a participação e a autonomia.**

As sistematizações resultantes das discussões dos seminários, além de um diagnóstico conciso sobre a realidade da situação da educação municipal, constavam ainda algumas sugestões e indicações de metas para a nova gestão, na área educacional do município de Fortaleza, dentre as quais, citamos as propostas que se referem à participação popular e ao eixo político-filosófico da política educacional. Vejamos a seguir alguns fragmentos em que são apontados esses aspectos:

- Discussão do documento nas escolas com participação de todos os segmentos da mesma e representação da comunidade, como forma de contribuição na elaboração do Plano Global de Educação.
- Definição de um perfil de educação popular a ser adotado pela Secretaria de Educação do Município a partir de estudos e debates com a Escola e a Comunidade.
- Adoção de uma nova metodologia no processo de alfabetização, dentro dos parâmetros de uma educação popular, inspiradas nos princípios de Paulo Freire.
- Ocupação dos espaços ociosos nas escolas e outros locais da comunidade, para campanha de alfabetização de adultos com utilização do método Paulo Freire.⁶⁸

É muito significativo que apesar desse prévio diagnóstico, somente em 1988, é que o **Plano de Ação para a Educação** tornou-se realidade nas escolas do município. O que aconteceu então para que fosse tão lento esse processo? Quais foram as razões desse retardamento das ações? As evidências apontam para duas ordens de razões para tal morosidade.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que as mais diversas dificuldades político-administrativas, como falta de recursos financeiros, greves contínuas, divergências internas do PT que duraram praticamente os três anos, afetaram a governabilidade da **APF**, além da alta rotatividade dos secretários de educação, o que refletiu sensivelmente na elaboração e implementação da sua política educacional.

⁶⁸ Cfe. Documento **II Seminário Fortaleza da Gente**, 1986, p. 01-02.

Em segundo lugar, é preciso registrarmos que, no primeiro momento, as ações da **APF** se voltaram para a difícil tarefa de conhecer a burocracia da Administração Municipal. Dito de outra forma fez-se prioritário entender e compreender a organização e o funcionamento do sistema municipal de ensino.

O Padre Haroldo Coelho, o primeiro Secretário de Educação, rememorou dessa maneira os primeiros dias na Secretaria, apresentando as dificuldades do cotidiano da pasta, onde aconteceram os *jogos de força* da Secretaria de Educação, conforme fragmento a seguir:

No primeiro dia eu tinha que conhecer a casa. E notei uma resistência muito grande. Depois da posse, eu fui correr os vários departamentos. Quando eu passo em frente uma sala, realizava-se uma assembléia de funcionários. Estavam justamente protestando que nós estávamos inaugurando um regime policialesco⁶⁹.

Uma outra pergunta ficou no ar situada nas entrelinhas dessa resposta. Quais foram essas linhas filosóficas e políticas? Quais seriam as influências dessas linhas na política educacional gestada pela **APF**? Noutra narrativa, o primeiro Secretário de Educação, Padre Haroldo Coelho, assim situou essas inclinações filosóficas e políticas, que aquela época eram pensadas e admiradas por muitos que faziam parte da **APF**. Como podemos visualizar a seguir nesse fragmento de narrativa:

É claro que eu pensava muito na experiência cubana. Aliada a filosofia do método Paulo Freire, pensávamos também a experiência cubana de participação popular. Eu não falava aquela época [...] mas eu olhava muito para a experiência cubana. Mas o principal mesmo era fazer um ensino, pelo menos o nosso acessível a todos. Isso era o fundamental, por isso nós acabamos muitos convênios porque era um desperdício.⁷⁰

Retornemos agora à reconstrução histórica e à análise do plano de ação que conformaram a política educacional da **APF**. O documento denominado **Plano Operativo Para a Educação Municipal de Fortaleza**, pelas dificuldades impostas e já mencionadas anteriormente, só foi apresentado à coletividade, no início do ano letivo de 1988, ou seja, no último ano da **APF**. Serviram como base para elaboração do Plano, além do relatório das formulações produzidas nos seminários Fortaleza da Gente, o documento **Educação Municipal: diretrizes para uma reflexão**, que foi produzido com a colaboração dos professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal, Ozir Tesser e Rosemary Conti Furtado. O Plano elegeu três metas principais para a educação no município de Fortaleza, assim enumeradas:

⁶⁹ Entrevista com Padre Haroldo Coelho já citada anteriormente.

⁷⁰ *Idem*.

1. A universalidade do ensino básico
2. A melhoria da qualidade de ensino
3. A democratização das relações de poder nos seus diversos níveis

No que concerne à primeira meta, foi dada ênfase ao acesso ao saber e à cultura para a população entre 7 e 14 anos, a idéia da universalização do ensino básico e a reafirmação da educação como direito do cidadão e dever do Estado.

As diversas formulações apresentadas no plano operativo visavam corrigir o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de vagas nas escolas municipais. O plano operativo e as suas metas enfocavam a garantia não só de acesso de todos à escola pública e gratuita, como a permanência dos alunos nessa escola, reduzindo significativamente as taxas de evasão e reprovação da população escolarizável. Como afirma o documento em exame:

A Administração Popular de Fortaleza, preocupada com essa problemática, tenta assegurar o atendimento aos direitos elementares da classe marginalizada dos bens sociais e intensificando a prestação de serviços básicos. A educação é um desses serviços, caracterizando-se como instrumento de luta para transformação social e conseqüente melhoria de condições de vida das classes trabalhadoras.⁷¹

A proposta de garantir o acesso à escola esteve intimamente imbricada na proposta de reformular o currículo escolar e de imprimir uma nova qualidade ao ensino. Essa idéia estava ligada ao método de Paulo Freire, que foi norte paradigmático da **APF**. Pela análise dos documentos e depoimentos já mencionados ao longo dessa dissertação, o acesso à escola deveria possibilitar aos filhos da classe trabalhadora a assimilação de um saber significativo para a leitura crítica de sua realidade, de suas condições de vida. Contudo, havia a dificuldade com o currículo das escolas municipais. Era preciso reformulá-lo para adequar-se a política educacional da **APF** à nova perspectiva da educação popular. Nesse fragmento do Plano Operativo podemos ver como foi assinalado esse entendimento da qualidade do ensino:

Entende-se como qualidade necessária à escola pública, para a então Administração Municipal, a que enfatiza prioritariamente a aquisição do saber, cuja assimilação possibilita à classe trabalhadora o conhecimento crítico da realidade, uma das condições para a transformação da sociedade, segundo os interesses daquela classe.⁷²

⁷¹ Cfe documento: **Plano Operativo para Educação Municipal de Fortaleza**. PMF, 1988, p.11.

⁷² *Idem*, p.18

Os esforços no sentido de detonar o processo de reformulação curricular do ensino de 1º da rede municipal contou com o significativo apoio da Universidade Federal do Ceará, através da Faculdade de Educação. Essa articulação em torno da Educação Municipal contou com a participação de estudantes, pesquisadores e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade.

Um diálogo com Menezes (1990) faz-se necessário a esta altura da exposição com a Profa. Ana M^a Dorta de Menezes, com sua pesquisa sobre a política de educação e relações entre a **APF** e UFC. A pesquisadora registrou os diversos momentos dessa parceria entre a Secretaria de Educação do Município e a UFC, destacando-se algumas parcerias importantes como: 1) a contribuição para repensar um novo currículo para as séries iniciais; 2) elaboração de um Plano Operativo da Secretaria de Educação do Município; e 3) a elaboração conjunta de um programa de capacitação de professores e especialistas, através de seminários temáticos realizados no segundo semestre de 1988.

Além dessa atividade, em parceria com a UFC, registra também a pesquisadora vários projetos de extensão e convênios existentes entre SEM/UFC. Menezes (1990) traduz nessa passagem o sentimento que pairava com a parceria entre as duas instituições e as pessoas que participaram do processo de elaboração do plano educacional para a **APF**.

Nesse processo de discussão e elaboração do Plano Operativo da Secretaria Municipal de Educação se faz ativa a contribuição de um grupo de professores e mestrados em educação da UFC, que tinham a expectativa da possibilidade, não só de aproximação entre universidade e o ensino de 1º grau, mas, principalmente, de articular teoria-prática, de fazer ciência na perspectiva de transformação. Era precisamente essa perspectiva que traduzia o caráter novo da aproximação entre universidade e ensino de 1º grau (SEM) uma vez que outras ações já conseguiram reunir esforços entre as duas instituições (MENEZES, 1990, p.49).

Quanto à democratização das relações de poder no sistema educacional, ao nível de cada escola e ainda da Secretaria de Educação, a **APF** propunha não somente facilitar mas, sobretudo motivar o envolvimento, bem como a participação da comunidade escolar e dos setores organizados da sociedade civil na formulação da política educacional do município. Nas linhas do Plano Operativo podemos observar as indicações das ações administrativas, nesse fragmento que segue:

É intenção da municipalidade que a democratização das relações de poder da escola se faça através do envolvimento sempre maior da comunidade escolar (professores, especialista, alunos, pais, funcionários, técnico-administrativos) nos processos decisórios e que, na medida do possível, sejam ouvidos os setores da sociedade (conselhos comunitários, associações de moradores ou congêneres), existentes na localidade onde a escola se situa.⁷³

Para além de um plano de intenções, a **APF**, por meio de Lei Municipal 6.336, de 27.10.88, criou o Conselho de Representantes das Escolas Municipais. Este Conselho de Representantes tinha um caráter deliberativo e consultivo com relação às questões pedagógicas e também administrativas. Como se observa pelo registro dos documentos oficiais, essa medida teve um papel significativo no processo de democratização das relações de trabalho entre a Secretaria de Educação e as escolas.

Apesar dessas inovações, a narrativa da Prof^a. Fátima Mesquita é contundente em sua crítica. Em suas lembranças aponta para alguns limites percebidos para que esta democratização do poder nas escolas se efetivasse. Observemos seus comentários críticos nessa narrativa:

(...) do ponto de vista da democracia na escola eu acho que se avançou pouco. Não me lembro se teve eleições nas escolas. Se chegou a ter! Eu só me lembro desse conselho da escola de comunidade que eu já falei. Mas não teve um trabalho de implantação que cada qual pudesse levar para sua escola, não havia uma orientação. Eu me lembro desse conselho de professores que a gente se reunia e que a gente elaborou um estatutozinho, junto com o pessoal da Secretaria. E ele tinha umas reuniões sistemáticas. Não sei se uma vez por mês e era muito assim, exatamente para tirar a história das diretoras, era criar outro poder que não fossem as diretoras. Era no sentido de realmente tirar o poder das escolas centradas nas diretoras⁷⁴.

Essa narrativa evidencia os limites e os impasses da realização prática da política educacional da **APF** no que concerne a democracia. Ao que nos parece as evidências apontam que as linhas mestras do Plano de Governo ligadas à educação tinham em mente que o ritmo e a direção do desenvolvimento da política educacional estavam relacionados, tanto com a implementação de níveis de participação popular assinalados pelos documentos, bem como na reversão das antigas estruturas de poder internos na gestão das escolas.

O Plano de Governo da **APF** apontava para a possibilidade de que os trabalhadores tomassem consciência das causas determinantes de suas condições de trabalho e de vida, vendo a luta dos trabalhadores brasileiros, revigorando a força do povo. Na perspectiva de que o povo poderia modificar aquela situação através de sua organização e de sua participação nos acontecimentos políticos.

⁷³ Cfe. doc. cit. p.11.

⁷⁴ Entrevista com a Prof^a. Fátima Mesquita já mencionada anteriormente.

No caso de Fortaleza, apesar das inúmeras dificuldades administrativas, o amplo debate dos problemas educacionais, os levantamentos das carências no setor educacional levaram o governo municipal a imprimir uma nova direção à educação escolar e extra-escolar, com o objetivo de favorecer o processo de organização popular. Dessa forma, os programas de governo na área de educação se estruturam para contribuir no avanço do processo de conscientização popular, através de medidas que, melhorando as condições de trabalho e de vida das camadas populares, dinamizassem seu processo de organização e mobilização.

Segundo o programa expresso no documento Ação do Governo, caberia à Secretaria de Educação fazer do sistema de educação, uma nova forma de ser e de agir, pondo-se a agilizar as estruturas existentes e instrumentalizar a participação dos trabalhadores em educação e na estrutura do sistema educacional. Propõe uma educação popular criadora de novos métodos, técnicas, sistemas, processos de educação. Enfim, um tipo de educação que constitua para o *trabalhador um instrumento de sua emancipação progressiva*.

A perspectiva política da educação da **APF** era de uma escola integrada e assumida pela comunidade, inscrita num processo político global de luta pelo avanço dos grupos populares. No caso da proposta para os estudantes da rede municipal, a SEM elege a seguinte filosofia de trabalho apresentada no documento **Educação Municipal: diretrizes para uma reflexão**.

A Secretaria de Educação do Município, a quem compete canalizar todos os esforços para o atendimento às necessidades educacionais das crianças das camadas populares, elege como filosofia de trabalho uma educação democrática e libertadora que deve perpassar toda a ação educativa. Uma educação que não somente promova o aperfeiçoamento das capacidades, mas que também desenvolva a dimensão solidária e que seja transformadora da ordem social.⁷⁵

Nosso estudo poderia deter-se sobre legislação, planos educacionais e relatórios de governo, mas não foi esse enfoque a que nos propomos. A citação de alguns documentos serviu-nos como apoio para melhor explicitar a perspectiva da política educacional da **APF**.

Portanto, é importante lembrar que a política educacional de uma realidade complexa como era a do município de Fortaleza em meados dos anos 80, bem como a do Brasil, resulta de um conjunto de articulações, onde, além dos instrumentos legais, pesa sobremaneira o papel desempenhado pelas diferentes esferas do Poder Público (União, Estado e Município) e pelos

⁷⁵ Cfe. Documento: **Educação Municipal: diretrizes para uma reflexão**. PMF, 1987, p.02.

demais agentes da educação (instituições escolares, as famílias e movimentos organizados, meios de comunicação de massa). Como bem observa VIEIRA (2000) nessa passagem:

A política educacional não resulta apenas da deliberação exclusiva da burocracia. Antes constitui-se como fruto da complexa relação que se estabelece entre o Estado e as forças sociais que logram êxito em fazer valer seus interesses junto ao aparelho estatal (VIEIRA, 2000, p.19).

Não se pode ignorar, no entanto, os limites e as possibilidades que se estabeleceram à execução dessa política educacional. Até então, nas administrações anteriores, a Secretaria de Educação do Município caracterizava-se basicamente como um dos instrumentos do Governo, do qual se apropriavam os grupos hegemônicos para garantir suas bases eleitorais, sendo sua estrutura impregnada de um clientelismo desmedido.

O clientelismo na Secretaria de Educação constituiu-se para os vereadores num elemento privilegiado de sustentação do Poder, servindo à política de clientela através de nomeações e transferência de professores, bem como, da aplicação de recursos na construção e reconstrução de escolas nos redutos eleitorais.⁷⁶

É o que podemos denotar por estas narrativas: “A política estava viciada. Na Educação tudo era clientelismo”. Assim rememora, em entrevista já mencionada, Padre Haroldo Coelho, o primeiro Secretário de Educação da **APF**, falando sobre os projetos e dificuldades de sua breve gestão. “Nós herdamos tantos problemas, de corrupção, de excessos escandalosos de funcionários. Por exemplo, à serviço do gabinete do Secretário havia disponíveis 83 pessoas. Era uma salinha que não cabiam 10 pessoas”.

A professora Fátima Mesquita rememora a questão do clientelismo, de uma outra óptica. Na sua narrativa, ela assinala que o enfrentamento dessa questão iniciou um desgaste do então primeiro Secretário, Padre Haroldo Coelho, e configurou um clima de terror na Secretaria de Educação do Município conforme passagem abaixo:

Na Secretaria de Educação muita gente boa tinha problemas. Todo mundo lá de repente tinha dois contratos. Tinha isso. Tinha aquilo. Mas se criou um clima de terror lá dentro. Primeiro teve o Padre Haroldo que no primeiro dia chegou lá [na Secretaria] formou filas quilométricas para falar com ele. Então, as pessoas acharam que ia só inverter que o povo ia ter participação (risos) então era isso. Eu não entendi aquela fila para ele atender e resolver todos os problemas⁷⁷.

⁷⁶ Tais mecanismos foram denunciados pelos jornais consultados no período. O número de nomeações de professores sem concurso foi excessivo nas administrações anteriores.

⁷⁷ Entrevista com a Profa. Fátima Mesquita supracitada em nota anterior.

Por outro lado, não há dúvidas, as evidências dos *jogos de força* que aconteciam na Secretaria de Educação Municipal são insofismáveis. O novo projeto tendia a escapar aos próprios propositores da **APF**, na medida em que o aparelho burocrático que centralizava a estrutura e o funcionamento do órgão coordenador da política educacional se apresentava prenhe de obstáculos, os mais variados, gestados historicamente. Sob esse aspecto é bem conhecido o papel da burocracia no entrave de projetos político-administrativos.

No projeto político da **APF** mostravam-se indispensáveis as reformas das estruturas burocráticas que presidem a máquina do Município. Foram evidentes, porém, as dificuldades para operacionalizá-las. A máquina estatal mostrou-se emperrada, fosse em virtude de aspectos burocráticos, fosse pela ideologia dos servidores públicos que, amparados legalmente, continuavam nas instituições a prolongar uma ordem anterior que pretendiam manter. Padre Haroldo Coelho fez o seguinte comentário sobre a estrutura burocrática encontrada por ele nos seus primeiros contatos. Observemos sua narrativa:

(...) na Secretaria de Educação havia uma ditadura de um grupo de mulheres. Esse grupo de mulheres era quem determinava. Era a assessoria técnica da Secretaria. Como diz a palavra assessorar quer dizer ajudar, aconselhar, propor; não é dirigir. Era um núcleo de poder. No terceiro dia, estava instalado um complô. Aí uma líder me procurou dizendo que gostaria de colaborar. Eu disse: eu não só desejo, mas quero a colaboração de todos. Do varredor, do contínuo ao mais graduado aqui. Agora tem uma coisa bem clara que eu quero dizer: alinha filosófica e política da Secretaria é dada por nós⁷⁸.

Contrapormos para análise acerca desse mesmo episódio, a narrativa da Prof^a. Fátima Mesquita, evidenciando a noção assinalada por Pollak (1989) a *disputabilidade* da memória, em relação ao depoimento do primeiro Secretário Padre Haroldo Coelho, conforme fragmento abaixo:

Nós chegamos lá tinha uma equipe que funcionava na Secretaria. Nós desmontamos tudo que funcionava para montar outra coisa. Foi outro erro que eu achei. Era porque não se confiava nas pessoas que estavam lá. Isso foi logo no começo com o Padre Haroldo. Então era assim, tinha o pessoal da sala 8. Elas controlavam as lotações. O que se dizia: “diziam que elas lotavam onde queriam, quem queriam. Que havia uma questão de exercício de poder ali”. Eu, particularmente, acho que isso era em termos. Era um pouco injusto dizer que aquilo era só clientelismo⁷⁹.

⁷⁸ Entrevista com Padre Haroldo já citada noutra nota.

⁷⁹ *Idem*.

Apresentamos à guisa de comparação histórica, os registros autobiográficos da passagem do educador Paulo Freire pela Secretaria de Educação na cidade de São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989–1992). Nessas narrativas poderemos perceber como também são evidenciadas dificuldades semelhantes na gestão de Paulo Freire à frente da Pasta de Educação.

Quando eu fui Secretário de Educação da cidade de São Paulo, obviamente comprometido com o fazer uma administração que, em coerência com o nosso sonho de político, com a nossa utopia, levasse a sério, como devia ser, a questão da participação popular nos destinos da escola, tivemos, meus companheiros de equipe e eu, de começar pelo começo mesmo. Quer dizer, começamos por fazer uma reforma administrativa para que a Secretaria de Educação trabalhasse de forma diferente. Era impossível fazer uma administração democrática, em favor da autonomia da escola que, sendo pública, fosse também popular, com estruturas administrativas que só viabilizam o poder autoritário e hierarquizado. [...] Sem a transformação de estruturas assim que terminam por nos perfilar à sua maneira, não há como pensar em participação popular ou comunitária (FREIRE, 1997. p.74).

Noutra narrativa, o educador Paulo Freire rememora a relação com o professorado mesmo os progressistas e outros obstáculos da experiência na direção da educação municipal paulistana, que guarda algumas relações com a experiência aqui relatadas na Secretaria de Educação Municipal de Fortaleza.

Apesar dos obstáculos de ordem ideológica, de ordem orçamentária, apesar dos vícios burocráticos “instituídos” pela secular ideologia autoritária, apesar da compreensão e da experiência política de natureza cartorial, da política de favores, tentar a educação popular foi obviamente muito mais fácil a nós do que a professoras e professores progressistas assumirem projetos democráticos numa administração autoritária que reage sempre ao risco democrático e à criatividade como se fosse o diabo em face da cruz (FREIRE, 1997. p 74).

O caso da política educacional de Fortaleza entre 1986 e 1988 foi infinitamente superior ao quadro de dificuldades da administração petista em São Paulo depois de 1992. Aqui, pode-se afirmar que a experiência foi a mãe de toda a história por toda complexidade que estamos apresentando neste trabalho.

Assim somaram-se, ainda aos embaraços resultantes da interação dos técnicos na implementação do novo projeto educacional do Município, as divisões internas no próprio grupo político, que então, assume o poder, conforme demonstramos na reconstituição histórica da **APF** no primeiro capítulo. As evidências assinalam conforme as narrativas e matérias jornalísticas, que os dirigentes partidários, na ocasião, não tinham como um todo, clareza sobre os propósitos do governo.

Da mesma forma que não foi possível pensar, ao nível dos diversos órgãos do governo municipal, a unidade do projeto que se pretendia viabilizar. Registrava-se um intenso clima de mobilização, mas o nível de organização não se fazia acelerar. Todos se mostravam conscientes do lugar privilegiado da educação no projeto político do Governo, mas não conseguiam dotar a Secretaria de Educação Municipal, da eficácia e da efetividade proclamadas no plano de governo.

Não obstante, com apoio das diretrizes políticas da **APF**, tanto a Secretaria de Educação Municipal, como a Coordenadoria de Ação Comunitária, procuraram revisar suas relações com as classes populares e produziram, com diferentes graus de intensidade, formas de trabalho, orientadas à representatividade de grupos comunitários: associações de moradores, conselhos de bairros, dentre outros.

Em complementaridade a essas medidas, no intuito de lançar bases de formação de pessoal a assumir o projeto foi dinamizado o treinamento de professores com o método Paulo Freire. Sem dúvida alguma, esse modelo de educação exigia um suporte não apenas em termos de financiamento e de formação de recursos humanos, mas da própria sociedade civil. A tentativa de reorganização do ensino foi pensada como uma estratégia de hegemonia, tendo sido assim justificada no documento oficial:

[...] a Administração Popular, elegeu à alfabetização de crianças, adolescente e adultos como uma de suas prioridades por entender que, através da apropriação do saber social elaborado, as pessoas adquiriram instrumental que sirva na sua luta por uma transformação social. Para concretizá-lo optou-se pela elaboração do “**Projeto Alfabetizando Fortaleza**”, caracterizado ‘por uma educação do povo e a partir do povo, fundamentado em ações onde o pedagogo tem como substrato a ação política e coloca a educação não só como um ato de ler, escrever e contar, mas como processo de participação, organização, democratização e núcleo gerador de meios que propiciem a melhoria do nível de vida da comunidade envolvida.⁸⁰

Em linhas gerais, essas considerações expõem as evidências históricas de que o Governo da **APF** apontou a educação como instrumento essencial no projeto de transformação social, situando a contribuição do trabalho pedagógico no âmbito da participação popular. Embora situada historicamente no sistema capitalista, a ênfase da política educacional da **APF** recaiu no engajamento consciente e na emancipação progressiva das massas populares. Fundamentalmente, o que se mostra original e que empresta consistência à proposta é a formação de uma nova consciência. Os temas conscientização, mobilização e participação

⁸⁰ Cfe. Doc. **Educação Municipal**: diretrizes para uma reflexão. PMF, 1987. p.03.

passaram a ser freqüentemente referidos nas propostas de trabalho da Secretaria de Educação Municipal ou Assessoria Comunitária da PMF, bem nas análises de pesquisadoras como podemos observar neste fragmento:

Assessoria Comunitária, por sua vez, é um programa que incorpora ações de atendimento populacional a nível educacional (escolas comunitárias e educação de adultos), conscientização política [...] acompanhamento à formação de Conselhos Comunitários ou Populares, campanhas populares de esclarecimentos e de apoio às ações da Prefeitura. (BARREIRA & FERNANDES, 1991. p.120).

Todavia, podemos perceber pelas narrativas, que não foi fácil nem tranqüilo esse processo de transição política em Fortaleza, em especial da política educacional. De um lado, pela reação dos antigos donos do poder que recorrem a diferentes métodos para destruir o movimento popular, e, do outro, pela responsabilidade e urgência da mudança e superação do atraso. Por tudo isso, evidencia-se que a política educacional representou o lugar estratégico desse projeto político porque se atribui à educação papel fundamental na organização dos interesses de classe, perspectiva esta presente em todos os planos de educação.

Para se pensar a educação como política social é mister nos aproximarmos dessa política como um todo e tematizá-la dentro do possível, reconstituindo a posição de importantes atores da sociedade civil (como empresários, o movimento sindical e os partidos políticos) e sociedade política. A vinculação entre educação e política é uma noção inspirada na leitura gramsciana. Esse liame epistemológico foi importante para alguns autores renomados que se debruçaram sobre as questões da política educacional na esfera federal como FREITAG (1980/1987) e LERCHE (2000).

É preciso notar que a política educacional da **APF** naquela conjuntura de recente derrocada da ditadura militar e do Regime Autoritário veio tentar responder aos desafios de uma sociedade que ensaiava seus primeiros passos para ser democrática. Contudo essa sociedade ainda não havia tomado a sua forma concreta. Foi o momento em que historicamente viveu-se um tempo de busca, de ensaios e de grande efervescência na organização da sociedade. No sentido gramsciano, procurando observar por sua óptica, o *velho* já não atende às demandas que vão surgindo, o *novo*, entretanto, ainda não nasceu.

A política educacional da União, ainda com resquícios autoritários, concebida nos tempos áureos da ditadura, não sustentava e, portanto, era motivo de dificuldades administrativas no relacionamento com a Administração Municipal. A centralização dos recursos financeiros na esfera do Estado e da União, como vimos pela história da **APF**, foi um dos principais entraves

configurando-se num boicote administrativo, que teve como alvo a gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele.

Contudo, essa explicação não absorve toda a dinâmica histórica da **APF** e, especialmente, de sua política educacional. Nesses estudos e pesquisas envolvendo política e educação, independente do período histórico a ser estudado, muitas são as possibilidades de análise da política educacional, o que implica na definição de categorias que possam poder explicativo sobre as diferentes formas de configuração.

Nesse aspecto, buscamos fugir das dicotomias e assumimos desse modo como significativos os dilemas, a noção da *segmentaridade* e das rupturas, bem como a noção de descontinuidade que, ao nosso olhar, evidenciam as características basilares, respectivamente, da **APF** e de sua política educacional.

4. À GUIZA DE ARREIMATE

Olha, na memória dos professores está muito a ideia dos salários atrasados. E aí, ao mesmo tempo que tinha essa idéia, tinha-se a idéia dos cortes de funcionários. Então teve professores que foram muito injustiçados. Pessoas que foram cortadas sem ver nem pra crer. E não houve retrocesso. Foi uma coisa horrível. As pessoas não foram atrás. (...) Então teve assim coisas muito ruins. Agora, por outro lado, os professores têm consciência que foi a época que eles melhor ganharam; mesmo recebendo atrasado foi quando eles tiveram o piso salarial regulamentado. Então era assim, a gente ganhava atrasado; mas quando a gente recebia era um dinheiro legal. Então tem essas duas coisas na memória dos professores e a outra coisa era mais assim essa coisa da ansiedade. Teve muita gente que adoeceu nessa época porque era a insegurança, a ansiedade. E gerou um certo medo porque essa coisa do corte, de não poder ter acumulação de contratos. O medo do corte foi uma coisa muito forte. Porque você entrou numa prefeitura totalmente clientelizada, onde tinha todo um mundo de irregularidades. E todo mundo, por outro lado, tinha vontade se ajeitar. Aquela coisa: eu tenho vontade que dê certo, que se ajeite. Mas, se a minha irmã tivesse com um problema eu não quero que ela seja cortada. Então, quero que a Maria Luiza moralize; mas na hora que mexia com o seu parente, você achava que estava sendo injustiçado.⁸¹

A longa narrativa da professora Fátima Mesquita novamente citada, agora em epígrafe final, apresenta o quadro em que a Educação esteve mergulhada em Fortaleza no período entre 1986 e 1988. Evidencia um quadro rememorado de angústias e conflitos, particularmente, a relação aos trabalhadores em educação, professores e técnicos diversos, bem como as dificuldades mais ligadas ao clientelismo, bastante em voga nas administrações anteriores à **APF**.

A presente pesquisa incorporou o desafio de apreender a memória social da Administração Popular de Fortaleza com relação à sua política de educação. Para um país desmemoriado, que a cada 15 anos esquece outros 15 anos, é importante que esse acontecimento não fique soterrado no esquecimento em nossa cidade.

Por esse aspecto significativo adotamos múltiplas perspectivas, voltando-se ao pretérito como um mosaico, olhando o passado de muitos pontos de vista diferentes, mais próximos o possível dos acontecimentos e da tessitura das intrigas inerentes ao fenômeno sócio-histórico em foco. Se quisermos nos aproximar do seu todo, temos que nos mover e escorregar entre vários pontos de vista multivariados. Essa técnica se impõe por si mesma a todos que buscam apoio na história e na memória, porque, como afirmam os poetas e os historiadores, a história e a memória são como uma ninfa que vislumbramos banhando-se entre as folhas do lago, quanto mais mudamos de perspectiva, mais nos é revelado ou ocultado. Corroborando com as

⁸¹ Entrevista com a Prof^a. Fátima Mesquita já citada em notas anteriores.

idéias de Michael Pollak acerca da *disputabilidade da memória*, o historiador inglês Jacques Le Goff no mesmo sentido, assinala:

A memória coletiva é posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento, é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p.426).

Ao principiar este trabalho de pesquisa, no intuito de revisitar os meandros labirínticos do tecido sócio-histórico da **APF**, partimos da hipótese que a política educacional entre 1986 e 1988 – com seus caminhos e descontinuidades desses caminhos –, tinha sido um caos generalizado, assim como os demais setores administrativos, com raríssimas exceções, na Administração Municipal naquele período.

Nestas considerações finais, queremos compartilhar com os leitores um pouco daquilo que foi nos possível ser analisado, bem como também a frustração de não ter tido condições de abordar algumas questões pertinentes a polêmica **APF**.

Os resultados evidenciados na pesquisa apontam, em primeiro lugar, a constatação de que a memória acerca da **APF** encontra-se de algum modo permeada pela óptica dos grupos dominantes e grupos colaboracionistas e que a *disputabilidade* dessa memória encontrar-se-á em luta mnemônica permanente, especialmente, quando algumas das forças de esquerda em Fortaleza têm a possibilidade de conquistar novamente a prefeitura municipal como aconteceu, recentemente, no início dos anos 2000 e provavelmente acontecerá por toda década seguinte.

Em segundo lugar, quanto à política educacional da **APF**, verificamos através dessa exposição, que apesar de inúmeros equívocos político-administrativos, os sentidos e as nuances da política educacional apontaram para uma educação libertária, democrática e popular, entendendo a Educação, como o pensador Paulo Freire, em **Educação como prática da liberdade**, concepção mesclada ao sentido gramsciano, da elevação da consciência das camadas populares. Isto foi o que pôde ser evidenciado pelas narrativas e documentos examinados.

As evidências indicam ainda, que a formulação da político-educacional da **APF** teve uma clara inspiração no referencial filosófico-pedagógico do educador Paulo Freire. Isto pode ser observado em várias passagens dos documentos oficiais oriundos da Secretaria de Educação Municipal e no teor de algumas narrativas também apresentadas nessa exposição.

Outrossim, foi-nos possível evidenciar que a dramática situação gerada pelas dificuldades político-administrativas, tanto internas, quanto externas, no exercício da governabilidade, em face das sucessivas crises, causaram impactos notáveis na implementação da política educacional, resultando em descontinuidades e iniciativas importantes, mas que deixaram de ser efetivadas no setor educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos de Jornais

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BARREIRA, Irllys & FERNANDES, Adelita. A gestão do “popular” na experiência de poder municipal. In: **A Política da Escassez – Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza FDR/Stylus Comunicações, 1991.
- BARREIRA, Irllys. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- _____. **Sob o signo da contramão – a esquerda e o feminino na experiência da administração municipal**. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992b.
- BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico. In: **Bastide Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo: Ática, 1988.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Obras Escolhidas II**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Disfel, 1989.
- BRAGA, Elza & BARREIRA, Irllys. (Orgs.). **A política da escassez – Lutas urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza FDR/Stylus Comunicações, 1991.
- CARVALHO, Rejane. **A transição democrática e o padrão mediático da política**. Fortaleza: EUFC, 1999.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional**. Fortaleza, 1999. Texto digitado.
- CHAVES, Iduina Mont’Alverne. A pesquisa narrativa: uma forma de evocar as imagens da vida de professores. **Revista Educação em Debate**. Ano 21 – V. I. Fortaleza: EUFC, 2000.
- DELEUZE, Giles. “Micropolítica e segmentaridade”. In: **Mil Platô Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed 34, 1996.
- FARIAS FILHO, Gonçalo Sousa. **A cultura na Administração Popular de Fortaleza**. Monografia apresentada ao Deptº de História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Edição do Autor, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 12ª ed. Rio de Janeiro, 1981.
- _____. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1986.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 4ª ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.
- GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

- GOHN, M^a da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada. 3^a ed. São Paulo, Ática, 1987.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4^a ed. Campinas: EUNICAMP, 1996.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes. **Nas trilhas da experiência**: a memória, a crise e o saber popular. Fortaleza: UNIFOR, 1998.
- MENEZES, Ana M^a Dorta. **A difícil tarefa de construir o futuro**: sobre as vicissitudes de uma política municipal numa Administração Popular em Fortaleza. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira). Fortaleza, 1990.
- MESQUITA, Andréia Pacheco. A História em Nietzsche: um teatro a ser recomposto. *In: Ditos (Mau) Ditos*. Fortaleza, LCR, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Para genealogia da moral**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In Estudos Históricos 3 – Memória*. São Paulo, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *In Estudos Históricos 10 – Memória*. São Paulo, 1992.
- PONTES JÚNIOR, Osmar Sá. **Estado, poder estatal local e participação popular** – a experiência da “administração popular”. Monografia apresentada ao Dept^o de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1989.
- _____. **Dualidade de Poderes**: um mal-estar na cultura política da esquerda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Fortaleza, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. (Três Tomos)
- ROLIM, Marcos. Política municipal e luta revolucionária. *In: Revista Teoria e Debate*. n^o 9, São Paulo: Brasil Debates, Maio/1988.
- SILVA, Antônio Ozai. **História das tendências no Brasil**. Ed. Revisada. São Paulo: Drag, 1987.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**: História Oral. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VASCONCELOS, José Gerardo. **A memória em Construção**: sonho, silêncio e esquecimento dos militantes de esquerda no Brasil autoritário. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC em 19.08.97.
- VIEIRA, M^a do Pilar de Araújo *et al.* **A Pesquisa em História**. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1991.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **A política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.
- VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4^a ed. Brasília: EUNB, 1998.
- Uma proposta de educação para as classes populares**: a experiência de Porto Alegre 1989/1992. Brasília: Ed. do MEC, 199?.
- Uma proposta de educação para as classes populares**: a experiência de Vitória – ES 1989/1992. Brasília: Ed. do MEC, 199?.

Artigos de Jornais

CAMPOS, Pádua. Maria com nota baixa. **O POVO**. 01.01.87. p.07.

CASTRO e SILVA, O fracasso da Prefeita. **O POVO**. 01.01.87. p.07.

LIMA, Francisco. As duas Marias. **O POVO**. 01.01.87. p.07.

SÁ, Adísia. Honestidade só, já não basta.. **O POVO**. 01.01.87. p.07.

Jornais e documentos consultados e referenciados

- **Periódicos:**

O POVO. Dezembro de 1985 a dezembro de 1988.

Diário do Nordeste. Dezembro de 1985 a dezembro de 1988.

Jornal do Brasil. Extra Edição Especial. Dezembro de 1985.

Jornal do Brasil. Edição de 30.01.88.

Fazendo o Amanhã. Ano I – nº 4. Dez. 85.

O Mutirão. Set/77 a Out/78.

- **Documentos:**

I Seminário Fortaleza da Gente. Out.85

II Seminário Fortaleza da Gente. Jan.86,

I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. Maio/86.

Manifesto clandestino do Partido da Revolução Operária (PRO). Maio/86.

Dossiê “Fortaleza Nunca Mais”. Jul./86

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Relatório de Atividades**. Fortaleza, 1986.

_____. **Educação Municipal: Diretrizes para uma reflexão**, Fortaleza, 1987.

_____. **Relatório de Atividades**. Fortaleza, 1987b.

_____. **Ação de Governo**. Fortaleza, 1987c.

_____. **Plano Operativo para Educação Municipal de Fortaleza**, 1988

_____. **Relatório de Atividades**. Fortaleza, 1988b.

Bibliografia Consultada

- BERGSON, Henry. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hyppolyto de Azevedo e Sá**: O espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza, EUFC, 2000.
- DELEUZE, Giles. A memória como coexistência virtual. In: **Bergonismo**. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- DIÓGENES, Glória. **Reivindicações e Programas Sociais**: Estratégias diferenciadas de comunicação com o Estado. In: BRAGA, E. & BARREIRA, Irllys. (Coords). A política da escassez – Lutas urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza FDR/Stylus Comunicações, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1994.
- GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. **Teoria** – Obras Escolhidas. Vol I e II. Lisboa: Estampa, 1974.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- HAGUETTE, M^a Teresa F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3^a ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MANACORDA, A. Mario. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MORROW, Raymond Allen & TORRES, Carlos Alberto. Os dois Gramsci e a educação: competência técnica versus consciência política. In **Teoria Social e Educação**: uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Porto/Portugal: Afrontamento, 1997.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- POZZOBON, Regina Maria. **Os desafios da gestão municipal democrática** - Porto Alegre. São Paulo: Polis, 1998.
- QUEIROZ, M^a Isaura Pereira. **Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH, 1983.
- RUMMEL, J. Francis. **Introdução aos procedimentos em pesquisa em educação**. (Trad. Liana Alendes Cunha). 4^a ed. Porto Alegre: Globo, 1981.
- TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 3^a ed. São Paulo: Globo, 1999.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ANEXOS

I – Icnografia




Anexo 1 – [Imagem da prefeita eleita Maria Luiza Fontenele após apuração das eleições, em novembro de 1985 e divulgada na Agenda do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, 1986]
Cópia digitalizada – Acervo Pessoal



Anexo 2 – [Capa do cordel a História da Maria que venceu os coronéis em que o poeta Crispiniano Neto homenageia a Prefeita Maria Luiza Fontenele, publicado em Fortaleza, 1986]
Cópia digitalizada – Acervo Pessoal

II – Instrumentais da pesquisa



**PREFEITURA
DE FORTALEZA**
ADMINISTRAÇÃO POPULAR

NOTA OFICIAL

Os recentes acontecimentos envolvendo parcela dos professores municipais e o secretário da Educação do Município, prof. Manuel Couto, revelam o grau de angústia, necessidades e dificuldades por que passam os educadores e os dirigentes da Administração Pública Municipal, no que concerne à grave crise financeira ora em curso.

Os fatos, embora eivados de um nível de agressão pouco recomendável, serviram para: a) demonstrar o compromisso e a solidariedade do sr. Secretário da Educação para com o Magistério, na medida em que se coloca ao lado destes e da Administração Popular, na busca de soluções, demonstrando claramente que não há contradição entre a luta pelos interesses dos professores e a luta dessa mesma administração por recursos financeiros; b) alertar, a nível nacional, para a necessidade de uma urgente providência de efeito emergencial e duradouro, que solucione o desequilíbrio financeiro da municipalidade; c) mobilizar segmentos representativos da sociedade, tais como: Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado e Câmara de Vereadores; Ordem dos Advogados do Brasil-Ceará; Igreja Católica, na pessoa do sr. Arcebispo de Fortaleza, Cardeal Aloísio Lorscheider, no sentido da responsabilidade comum quanto às soluções dos nossos problemas comuns; d) mostrar que só a população, servidores e administradores municipais mobilizados têm a força política capaz de implementar as mudanças na nossa estrutura econômica/política/social.

Neste momento, em que o sr. Ministro do Planejamento, dr. Aníbal Teixeira, informa à Frente Municipalista Nacional da implementação de uma reforma tributária de emergência para os próximos dias, antevemos o início da reparação da injustiça tributária para com os municípios e creditamos essa vitória parcial à mobilização do povo brasileiro e em especial de Fortaleza, que participou expressivamente do "Grito das Capitais" evento político de repercussão nacional, como também e principalmente aos servidores municipais.

Há necessidade, entretanto, de se compreender que as medidas tributárias que se anunciam, têm que ser complementadas por outras de relevante importância, tais como: **baixa dos juros escorchantes**, hoje cobrados à taxa de 20% ao mês; anistia da dívida pública municipal acumulada pela inépcia de governos passados e defasagem presente entre receita, despesa etc. Há necessidade que se combata os arautos dos intervencionismos, saudosistas do arbítrio e da volta ao poder daqueles que são culpados do caos atual ou adeptos dos mantenedores das injustiças sociais — a "Nova República" — que se utilizam das dificuldades de uma parcela sofrida dos servidores para manipularem politicamente na direção dos seus interesses mesquinhos.

Aos professores municipais informamos que na próxima terça-feira, dia 07/04, os pagamentos das folhas restantes referentes ao mês de fevereiro/87 estarão sendo efetuados. Esperamos poder cumprir o calendário de pagamento mensal referente a março e reunir condições para antecipar o pagamento dos salários relativos ao período de setembro a dezembro de 86, explicitado na última proposta apresentada, já do conhecimento de todos.

Assumimos os possíveis erros e acertos na condução das negociações e atitudes tomadas **consideramos que a aceitação por parte dos professores no recebimento dos salários de fevereiro/87 com o fim dos acontecimentos no prédio da Secretaria da Educação revela a correção do nosso encaminhamento**, onde o diálogo substituiu a repressão policial, tão comum aos governos ditatoriais até "novos republicanos"; o alargamento da participação social, uma vez que, por nossa iniciativa, convidamos parlamentares, clérigos e juristas, para mediarem, de forma neutra e isenta, os entendimentos, no que fomos prontamente atendidos e aos quais manifestamos nossa profunda gratidão.

Acreditamos na superação dos problemas e juntos haveremos de mudar a caótica situação de vida do nosso povo e no caso presente, da situação de abandono da educação, razão primeira do alto índice de analfabetismo no Brasil.

Solidarizamo-nos com todos os trabalhadores do Brasil.

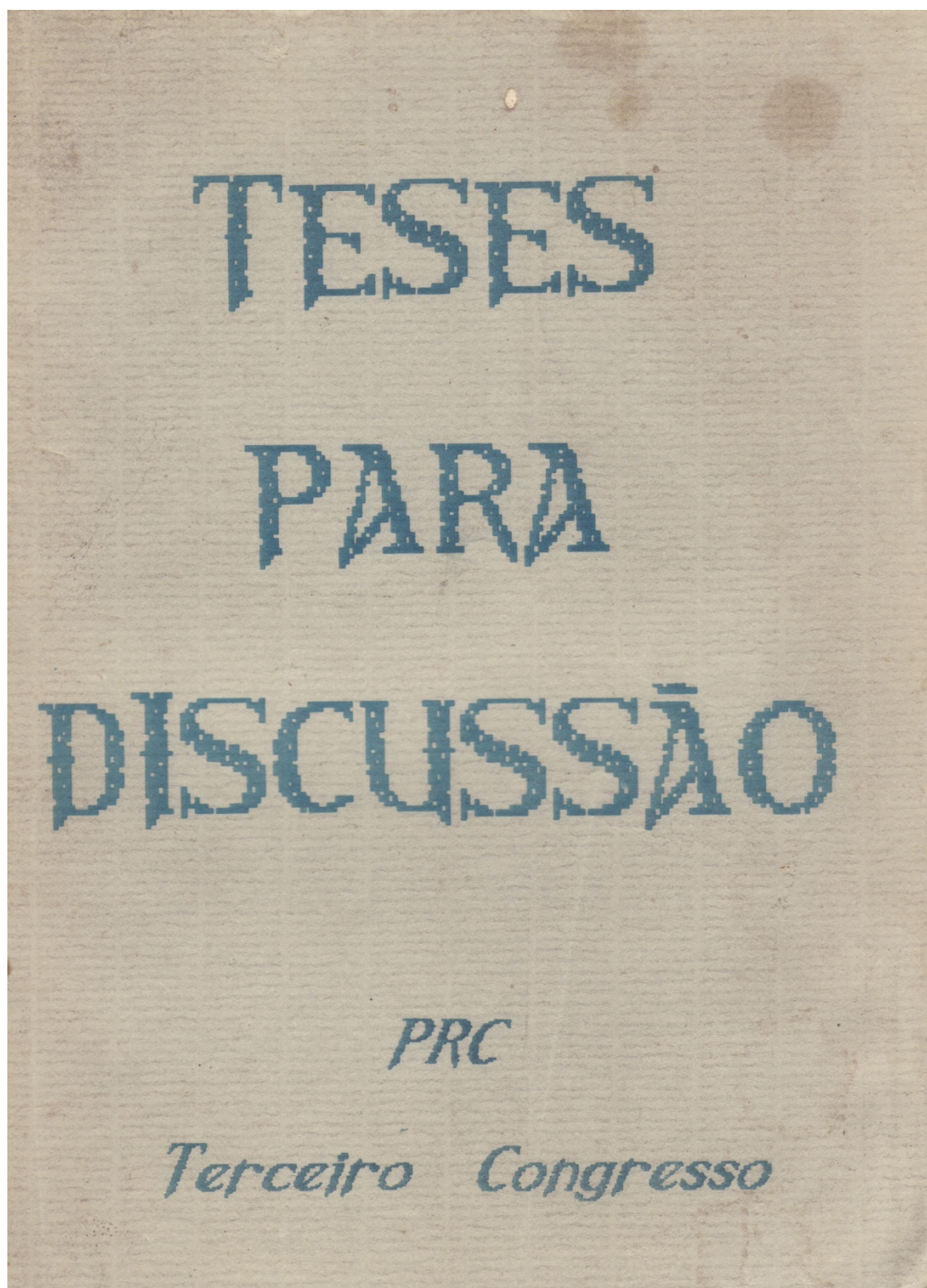
Um abraço fraternal,

Maria Luiza Fontenele
Prefeita do Município de Fortaleza

Anexo 3 – [NOTA OFICIAL publicada no Jornal POVO em 04.04.87. p.03.]
Cópia digitalizada – Acervo Pessoal



Anexo 4 – [Capa do documento – Educação Municipal: diretrizes para uma reflexão.
Prefeitura de Fortaleza – Administração Popular, 1987.
Cópia digitalizada – Acervo Pessoal



Anexo 5 – [Capa do documento – TESES PARA DISCUSSÃO – PRC – Terceiro Congresso 1987.
Cópia digitalizada – Acervo Pessoal

